

Administração Pública: PCP contra ataques aos direitos

Valorizar o trabalho

«A eficácia passa pela motivação dos trabalhadores da Administração Pública, pela formação profissional contínua», afirmou Carlos Carvalhas



no Encontro do PCP sobre serviços públicos, em que participaram também António Filipe e Paulo Trindade.

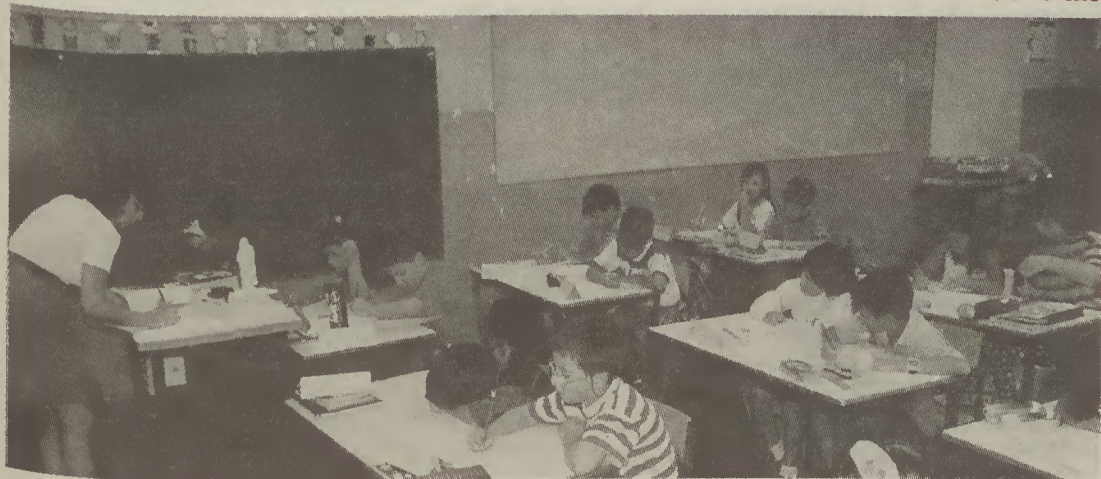
Págs. 6 e 7

Grupo parlamentar comunista presta contas

As leis que o PS não quis

À intervenção da bancada comunista ficará associado tudo o que de bom e de mais progressista foi produzido pelo Parlamento na legislatura que finda. Mas muitas foram as propostas que ficaram pelo caminho, várias as leis que o PS não quis, adiou ou impediu, apoiando-se na direita.

Centrais



Europa demarca-se de Bush

«Eixo do mal» é ficção

A arrogância da administração Bush e o desprezo que mostra pelos aliados europeus vão desfazendo o capital de simpatia granjeado na sequência do 11 de Setembro.

Pág. 15

Tribunal de Haia

Milosevic acusa NATO

O antigo presidente jugoslavo afirma no seu julgamento, que considera ilegal, que os sérvios nunca começaram uma guerra. E apresenta provas das atrocidades da NATO.

Pág. 19

Defender o pluralismo

Contra a discriminação

O PCP protesta contra a anunciada realização de um debate «com a exclusiva participação» do secretário-geral do PS e do presidente do PSD e apela a uma concentração junto à SIC no dia 26.

Pág. 32

festas
COMICIO
CDU

23 Fevereiro (sábado)
15.00 horas
Coliseu - Lisboa

Intervenções de:
Carlos Carvalhas
Secretário Geral do PCP
Heloísa Apolónia
Partido Ecologista «Os Verdes»
Blasco Hugo Fernandes
Intervenção Democrática

Espectáculo com:
Brigada Vítor Jara
e **Paulo de Carvalho**

PCP-PEV

Mudar para melhor
CDU mais forte

Avante!

Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE

Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO

Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO

R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabaís
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 21 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 21 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	50 números: 9 000500 44.90 euros
	25 números: 4 600500 23.00 euros

EUROPA
50 números: 23 000500
114.75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000500
164.60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Manifestação contra co-incineração

Resumo

13 Quarta-feira

Os trabalhadores da ENATUR - Pousadas de Portugal entram greve contra a reestruturação da empresa que implica a venda de pousadas regionais, a diminuição do número de trabalhadores e a privatização de toda a empresa • A British Airways anuncia o despedimento de 5800 trabalhadores • Seis palestinianos são assassinados durante as incursões israelitas em territórios autónomos na Faixa de Gaza • Trinta e quatro novos prisioneiros capturados durante a campanha antiterrorista no Afeganistão chegam à base de Guantanamo, em Cuba.

14 Quinta-feira

Carlos Carvalhas defende, no Funchal, a aplicação rigorosa da Lei das Finanças Regionais, manifestando-se contra o corte de transferências financeiras para as ilhas • O deputado do PCP Lino de Carvalho defende que o Governo deve empenhar-se na renegociação do Pacto de Estabilidade de Crescimento • Os trabalhadores da têxtil Orbimoda, de Coimbra, manifestam-se frente ao Governo Civil e à Câmara Municipal, exigindo a viabilização da empresa e apelando ao pagamento dos salários em atraso • Slobodan Milosevic acusa, no Tribunal Internacional de Haia, as potências ocidentais de serem as responsáveis por «um oceano de mentiras» e garantiu que os serviços nunca começaram nenhuma guerra.

15 Sexta-feira

Técnicos de serviço social do ex-Centro Regional de Segurança Social do Centro realizam uma greve reivindicando a sua integração na Função Pública • Slobodan Milosevic acusa em Haia a NATO de ter lançado um ataque contra a embaixada da China, em Belgrado, a 7 de Maio de 1999 • Um palestiniano é assassinado durante confrontos travados com forças militares israelitas na aldeia de Zeita • As autoridades do Afeganistão abrem um inquérito para apurar os contornos do assassinato do ministro afegão dos Transportes e Comunicações, que foi linchado por um grupo de peregrinos em pleno aeroporto de Cabul.

16 Sábado

O Presidente da República, Jorge Sampaio, pronuncia-se a favor do regresso do tema da despenalização do aborto à agenda política • Mais de 90 por cento dos pescadores do arrasto costeiro aderem à greve para forçar os armadores a retomar as negociações para revisão salarial • A Praça de Maio, na Argentina, é palco de uma manifestação que contou com milhares de desempregados • O governo do Zimbábwe ordena a expulsão do líder da

missão de observação da UE, Pierre Schori, encarregue de supervisionar as eleições de Março • Uma bomba de fabrico artesanal explode num mercado de Jolo, nas Filipinas, causando a morte a cinco pessoas e ferindo outras 45.

17 Domingo

Carlos Carvalhas afirma, em Águeda, que a alternativa de esquerda à política dos governos socialistas é a CDU, sublinhando que, «para derrotar o PSD e impedir que a direita chegue ao poder, é preciso votar na CDU» • Centenas de pessoas participam numa das maiores manifestações de sempre contra a co-incineração de resíduos industriais perigosos na cimenteira da Secil, organizada pela Câmara Municipal de Setúbal, Quercus e Movimento de Cidadãos pela Arrábida • A multinacional MacDonal's retira dos seus stocks na Alemanha carne de vaca susceptível de ter passado por testes pouco fiáveis à doença das vacas loucas (BSE) • Aviões americanos bombardeiam «posições inimigas» no Afeganistão depois de ataques contra as forças afegãs no Leste do país.

18 Segunda-feira

Os cerca de 630 trabalhadores das três fábricas da multinacional inglesa Melka Confecções, duas no Cacém e uma em Palmeira, entram em greve para reivindicar aumentos salariais • Slobodan Milosevic denuncia perante o Tribunal Penal Internacional de Haia uma estratégia ocidental global de dominação do mundo para lançar eslavos contra muçulmanos • Os ministros e altos responsáveis da Saúde de 51 países europeus reúnem-se em Varsóvia, numa conferência consagrada à redução do consumo de tabaco • Os Quinze debatem, em Bruxelas, o que fazer nas próximas semanas em relação ao conflito no Médio Oriente e ao processo eleitoral no Zimbábwe, onde a tensão e violência políticas estão a recrudescer.

19 Terça-feira

Os inspectores ao serviço da Inspeção Geral da Saúde entram em greve em defesa da aplicação do diploma que regula a aplicação de inspeções gerais do Estado • O presidente norte-americano, George W. Bush, chega à Coreia do Sul para uma visita oficial de três dias, por entre protestos e rigorosas medidas de segurança • Sete palestinianos são mortos na sequência de ataques israelitas a edifícios de segurança palestiniana • Os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE decidem por unanimidade impor sanções ao governo do presidente Robert Mugabe, do Zimbábwe, além de retirar os seus observadores eleitorais do país.

Aconteceu

77 verdes anos

Os 77 anos de Carlos Paredes, um dos mais destacados artistas no campo da música portuguesa, foram assinalados, nesta semana, com uma edição de uma «Antologia» dos seus trabalhos.

O seu primeiro trabalho discográfico foi o EP «Carlos Paredes», em 1957. Depois de vários discos, composições para filmes e até peças de teatro, Carlos Paredes, apresentou-se pela primeira vez no estrangeiro pela mão de Amália Rodrigues, que o levou ao Olympia de Paris, em 1967.

Em Dezembro de 2000, foi editado o seu último trabalho de originais, «Canções para Titi - Os inéditos de 1993», gravado em Julho de 1993, quando o músico já se encontrava seriamente doente e impossibilitado de tocar.

Agora foi editada a antologia «Uma Guitarra Com Gente Dentro», o mais completo disco de Carlos Paredes com todos as suas mais significativas criações. Neste trabalho, com 22 faixas, que passa em revista a carreira do músico desde «Verdes Anos», o seu primeiro grande êxito, até ao álbum «Dialogues» de 1990, Carlos Paredes toca a solo, por vezes acompanhado por Lusa Amaro e Fernando Alvim, ou ainda em duetos com Charlie Haden e António Victorino d'Almeida.

Carlos Paredes conquistou em 1961 o Prémio da Casa da Imprensa na categoria de solista e em 1992 foi condecorado pelo Presidente da República com a Ordem de Comendador de Santiago da Espada.



Diplomados demoram seis meses para conseguir emprego

Um estudo relativo aos licenciados do ano de 1994/95, no âmbito do Sistema de Observação de Percursos de Inserção de Diplomados do Ensino Superior (ODES), revela que, em média, são necessários seis meses para conseguirem um empre-

go. Destes a Administração Pública absorve quase metade, relativamente ao sector empresarial.

Os dados são os do primeiro inquérito de percursos aos diplomados e o objectivo foi o de recolher e analisar informações sobre o percurso dos

diplomados nos cinco anos após a conclusão do curso. Para isso foram tidos em conta quatro momentos: um mês depois de terminarem o curso, 18 meses, 36 meses e em Maio de 2001.

Os empregos mais rápidos de obter, entre os três e

os quatro meses, foram na área da Saúde e Protecção Social e na Formação de Professores/Formadores de Ciências da Educação. Os licenciados em Direito são os que mais demoram a alcançar emprego, uma média de 17 meses.

O estudo do

ODES revela ainda que os homens demoram menos que as mulheres a atingirem um emprego. Só nas áreas de Ciência da Vida, Ciências Veterinárias e Saúde as mulheres diplomadas demoram menos que os homens para «assinarem contrato».

Desemprego sobe em Portugal

A taxa de desemprego em Portugal subiu em 2001, cifrando-se nos 4,1 por cento, revelou segunda-feira o Instituto Nacional de Estatística (INE). Os números apontam para 216,1 mil desempregados no último trimestre do ano passado, um aumento homólogo de 10,9 por cento. Note-se ainda que, em 2000, o número médio de desempregados cifrou-se nos 211,5 mil, mais 3,4 por cento do que no ano precedente.

Além das 216 100 pessoas classificadas pelo INE como desempregadas, no quarto trimestre de 2001, 82,1 mil indi-

viduos afirmaram-se disponíveis para trabalhar mas foram classificados como inactivos por não preencherem as condições da metodologia do inquérito ao emprego. Assim, no final do ano passado, cerca de 300 mil pessoas estavam desempregadas.

O Alentejo mantém a taxa de desemprego mais elevada do País (6,1 por cento), seguida de Lisboa e Vale do Tejo (5,5 por cento), enquanto os Açores estão no situação oposta, apresentado o mais baixo índice (2,3 por cento).

Relativamente aos quartos trimestres de 2000 e 2001, o



emprego na indústria, construção, energia e água baixou 1,7 por cento, enquanto o número de postos de trabalho nos serviços aumentou 4,6 por cento. No conjunto de 2001, o emprego na agricultura subiu dois por cento.

Carne suína perigosa

Falta de higiene, falhas de controlo sanitário, inspecção com falhas graves e carne contaminada são alguns problemas detectados em matadouros e propriedades pecuárias portuguesas por inspectores da Comissão Europeia, de acordo com um relatório divulgado na passada semana.

Em dois estabelecimentos visitados a higiene de produção é considerada totalmente insatisfatória. A falta de controlo sobre a utilização de medicamentos administrados aos suínos é outra irregularidade descrita no relatório do Gabinete Alimentar e Veterinário da Comissão Europeia.

A equipa de peritos europeus concluiu que os processos de inspecção das autoridades portuguesas revelam «lacunas importantes». A justificação avançada pelos responsáveis de Bruxelas é a complexidade da estrutura das autoridades veterinárias portuguesas e a fragilidade dos processos de coordenação.

Por isso, nas recomendações enviadas a Portugal destaca-se o melhoramento da coordenação entre os serviços oficiais. As autoridades portuguesas devem ainda reavaliar as licenças de todos os estabelecimentos e controlar os seus procedimentos para confirmar se respeitam as exigências de legislação comunitária.

Morreu o actor e encenador Fernando Gusmão

O actor e encenador Fernando Gusmão morreu no domingo, aos 84 anos, na Casa do Artista, em Lisboa, onde residia.

Gusmão foi um dos fundadores em 1961 do Teatro Moderno de Lisboa, junto com Rogério Paulo, Armando Cortez e Rui Mendes, e do grupo Proposta, com Augusto Sobral e Luís Alberto.

Ao longo da sua carreira, encenou o grupo LENIC, da Faculdade de Direito de Lisboa, o Teatro Experimental do Porto (TEP) e o Teatro Experimental da Universidade de Coimbra.

Sempre polémico e irrevolvente, mas defensor de um sentido ético da vida e do teatro, Fernando Gusmão não quis estar presente na cerimónia realizada em 18 de Junho de 1995, onde foi nomeado sócio honorário do TEP, embora agudecendo a distinção.

Além do teatro, Gusmão enveredou também pelo cinema, tendo participado em filmes como «Rosa de Alfama», «O Primo Basílio» ou «Os Demónios de Alcácer Quibir».

Crónica Internacional

• Jorge Cadima

Previsões

Em 1996, a Resolução Política do nosso XV Congresso assinalava que «o desenvolvimento do militarismo e a intensificação das ingerências e agressões do imperialismo correspondem ao propósito de consolidar, reforçar e alargar a todo o mundo o domínio do sistema capitalista e, particularmente, das maiores potências imperialistas. [...] o desaparecimento da URSS, [...] o chamado 'fim da guerra fria' não conduziram a um mundo mais pacífico e seguro [...] a agressividade e as tendências militaristas inerentes ao imperialismo manifestam-se de forma mais aberta e perigosa. [...] O militarismo confirma-se assim como uma tendência e uma característica intrínseca do imperialismo que encerra enormes perigos para a paz, a independência e soberania dos povos e para o próprio futuro da Humanidade. [...] Na sua política agressiva os EUA e outras potências imperialistas utilizam como pretexto o que designam por 'novas ameaças', usam como capa o combate ao 'terrorismo', ao tráfico de droga e a outras formas de crime organizado (em que aliás participam também) [...]». E depois de assinalar que processos de colaboração e «solidariedade de classe do grande capital [...] não anulam nem domesticam as contradições no campo imperialista», afirmava que «não pode ser subestimado o perigo

de que a guerra económica [entre potências imperialistas], agudizando confrontos políticos, possa resvalar, por vias diversas, para a disputa militar».

A gravidade da situação mundial não pode ser ignorada

Quando estas palavras foram escritas (há mais de 5 anos) não terá faltado quem as achasse catastrofistas, datadas ou maniqueístas. Hoje será difícil questionar o acerto da análise e previsões dos XV e XVI Congressos. Acerto que resulta de duas questões essenciais: basear a análise num estudo dos factos; e aplicar os princípios teóricos do nosso Partido (princípios que são, por sua vez, a síntese da experiência de muitas décadas do movimento operário). Hoje, quando as pseudoteorias apologéticas do capitalismo actual ('fim da História', 'Nova Economia', ortodoxias neoliberais, teorizações do fim da luta de classes, da 'necessidade de se adequar às novas realidades', etc.) se aprofundam perante a realidade, importa lembrar que houve quem tivesse visto certo, mesmo quando isso não era compreendido.

A té mesmo aqueles que apadrinharam a escalada belicista do imperialismo norte-americano (com a vergonhosa conivência dos Partidos ditos Socialistas que chefiavam a maioria dos governos da UE) começam a ter receio do monstro que ajudaram a alimentar. O recente discurso do Estado da União de Bush, as ameaças ao Iraque, Irão e Coreia do Norte, os discursos dos dirigentes americanos na Conferência sobre Segurança de Munique, o anunciado aumento do Orçamento militar dos EUA em 48 mil milhões de dólares, estão a suscitar tímidas declarações públicas de demarcação por parte de governantes europeus. *The Economist* escreve (30.01.02, edição electrónica) que «a nova militância e agressividade da América [...] irá perturbar aliados e inimigos». No *International Herald Tribune* (16.02.02) dois comentaristas alertam para o facto de «a clivagem transatlântica se estar tornando séria» e advertem que «se a NATO não souber combater como uma aliança, as diferenças políticas irão desagregá-la». Mas estes sinais de incomodidade são acompanhados por outros sinais de escalada no colaboracionismo que tem caracterizado os últimos anos. Prepara-se para Novembro um novo alargamento da NATO (*Financial Times*, 27.01.02). O governo socialista sueco aprova uma nova política de defesa que enterra a tradicional neutralidade do país e deixa antever uma futura adesão à NATO (*AFP*, 13.02.02). Os EUA e GB realizam testes nucleares conjuntos (*Reuters*, 15.02.02). O Secretário-Geral da NATO, o «trabalhista renovado» Robertson declara (*AFP*, 01.02.02) que o caminho para ultrapassar as crescentes clivagens no seio da NATO reside numa nova corrida armamentista por parte da «Europa» (o que além de agravar a situação dos trabalhadores europeus e dos povos que estão na mira das agressões imperialistas, apenas contribuiria para aumentar o perigo das «disputas militares» a que fazia alusão o XV Congresso).

A gravidade da situação mundial não pode ser ignorada. Os trabalhadores e povos não podem deixar o seu futuro nas mãos de quem recorre à guerra para impor a sua pilhagem, lucros e domínio. Se outras razões não houvesse, bastaria esta para votar CDU a 17 de Março.

Editorial

TRÊS SEMANAS DE TRABALHO

N um cenário marcado pela acentuação dos aspectos negativos que, progressivamente, ao longo dos anos, têm vindo a ser introduzidos na luta eleitoral, prossegue a campanha das legislativas antecipadas. A demagogia, o recurso a todos os meios susceptíveis de caçar o voto desejado, a manipulação e a mistificação utilizadas como *argumento* eleitoral, o desrespeito pela inteligência dos eleitores - constituem práticas que, repetidas com crescente intensidade, têm vindo a desvirtuar a batalha eleitoral e lhe têm retirado conteúdo democrático.

Na campanha em curso, uma vaga imensa de retórica eleitoralista percorre o País e tende a apagar das memórias os exemplos, as experiências e as lições do passado, inclusive do passado recente. O vale-tudo institucionalizou-se e as promessas repetidas sucedem-se, igualzinhas às que foram feitas em passados actos eleitorais - e não cumpridas pelo partido que, graças a elas, chegou ao governo. Os eleitores são tratados como *objectos votantes*, destinatários de todos os sorrisos até ao dia das eleições e postos de parte, como *objectos descartáveis*, no dia seguinte.

“CDU, o voto que é útil para derrotar a direita e a política de direita”

Também o ridículo e o provincianismo tendem a crescer de eleição para eleição: o actual despique entre Ferro Rodrigues e Durão Barroso, cada um procurando valer mais do que o outro em matéria de apreciação e apoio de dirigentes políticos estrangeiros, não só supera incontestavelmente as passadas cenas protagonizadas pelos seus antecessores (e que permanecem em muitas memórias), como atinge níveis que se imaginavam impensáveis. Mas é claro que, se se tiver em conta a carga de subserviência patente em tais posturas, o provincianismo e o ridículo são o que de menos grave há nelas.

Tudo isto coloca grandes dificuldades e exigências aos que recusam entrar nesse jogo e persistem em se dirigir ao eleitorado apresentando-lhe *apenas* a verdade; estimulando-o a reflectir, a considerar os dados em jogo, de forma a votar em consciência; incitando cada eleitor - homem, mulher, jovem - a concluir, através da reflexão, qual o sentido de voto que melhor serve os seus interesses pessoais e os interesses da maioria dos portugueses.

É esta a opção da CDU, é este o caminho escolhido pelos milhares de militantes comunistas e outros activistas da Coligação Democrática Unitária: através das mais diversas iniciativas, e dando particular atenção ao contacto directo com os eleitores, lembrar os compromissos

assumidos nas últimas legislativas; prestar contas do trabalho desenvolvido nos últimos dois anos (demonstrando que os deputados do PCP e do PEV estão ligados a tudo o que de positivo foi aprovado na Assembleia da República e estiveram contra tudo o que de negativo ali foi aprovado); lembrar as muitas medidas positivas propostas pelos deputados comunistas e que não foram por diante devido à obstrução do PS (nomeadamente: o aumento do salário mínimo nacional, o combate à precariedade do emprego; a actualização das pensões degradadas da função pública; a Lei-Quadro do associativismo juvenil); apresentar, com a seriedade e a responsabilidade que nos caracterizam, o que nos comprometemos a fazer - e faremos - na próxima legislatura. E, com tudo isto e suportados por factos concretos e incontestáveis, demonstrar que a existência de um forte grupo parlamentar comunista corresponde, objectivamente, aos interesses da enorme maioria dos portugueses e portuguesas; tornar claro que votar na CDU em 17 de Março próximo é votar na defesa dos interesses de todos os trabalhadores portugueses, dos reformados e pensionistas, dos pequenos e médios empresários, dos jovens, das mulheres, tornar claro que votar na CDU é, ao fim e ao cabo, votar na defesa dos interesses de todos os que foram vítimas preferenciais da política praticada, durante dez anos, pelos governos do PSD/Cavaco Silva/Durão Barroso, e que voltaram a sê-lo durante os seis anos de governos PS/António Guterres/Ferro Rodrigues.

É sabido que a luta dos militantes comunistas é uma luta de todos os dias, feita de múltiplas batalhas travadas com muitas dedicações, vontades, coragens, empenhos - e que, em cada momento, há uma batalha prioritária e para a qual, naturalmente, é mobilizado o essencial do esforço e da atenção do colectivo partidário. Concluída essa batalha prioritária, e independentemente do resultado obtido, outra batalha se segue - para ser travada com as mesmas dedicações, vontades, coragens, empenhos.

Na situação actual, a batalha eleitoral é, obviamente, a prioridade para todos os militantes comunistas e para os milhares de outros activistas da CDU. Nas quase três semanas que nos separam do dia das eleições, muito é necessário e possível fazer: no esclarecimento sobre o que, de facto, está em causa nestas eleições; na desmontagem das várias mistificações amplamente divulgadas; na demonstração da utilidade do voto na CDU - o voto de esquerda, o voto que é útil para derrotar a direita, para derrotar a política de direita e para abrir o caminho a uma alternativa de esquerda; o voto que é útil para dar mais força à luta que tem que continuar. E que continuará.

E nessa luta de todos os dias, os trabalhadores e o povo sabem que contarão sempre com o PCP, com a intervenção determinada dos militantes comunistas. E sabem, certamente, que quanto mais forte for a expressão eleitoral da CDU mais forte será essa luta e maiores serão as possibilidades de os seus interesses e direitos serem defendidos e garantidos.

Actual Catorze dias seguidos

• Vítor Dias

Não vale a pena fingirmos que não sabemos o que realmente sabemos, isto é, como tem sido manifestamente diminuta, objectivamente discriminatória e globalmente incaracterística, embora com gradações diferentes, a cobertura das actividades do PCP e da CDU, em todo o período de pré-campanha, em boa parte dos órgãos de comunicação social.

Dito isto, diga-se logo de seguida que seria mais prudente e proveitoso que os que se considerem visados, antes de se eriçarem, se dispusessem a uma avaliação serena das evidências que suportam a nossa anterior afirmação, e que se podem resumir no facto de que, nestes politicamente cruciais primeiros vinte dias de Fevereiro, as notícias em alguns diários de «referência» sobre actividades do PCP e intervenções do seu Secretário-Geral terem sido em número muito inferior ao de certos artigos de opinião publi-



cados em Janeiro a contestar a orientação do PCP.

E que só depois desta avaliação, tirassem as suas conclusões, nem que sejam as do costume: a de que está tudo bem assim, que o pluralismo informativo sobre a vida política vive hoje um dos seus momentos mais fulgurantes e que, em matéria de coberturas jornalísticas de pré-campanha, reina a maior das equidades, a mais imaculada das isenções e não há nem parentes ricos nem parentes pobres.

Quem talvez tenha alguma dificuldade em sustentar semelhante visão das coisas será certamente a SIC que acaba de conseguir uma proeza (que o profissional muito qualificado e pessoa de grande correcção que é o editor de política nacional da SIC não se ofenda com o que vem a seguir) que parece extraída dos sinistros tempos da RTP dirigida por Proença de Carvalho.

Essa proeza consistiu em ter consegui-

do, de 4 a 18 de Fevereiro, ou seja durante catorze dias seguidos, não ter dado no seu «Jornal da Noite» uma única notícia sobre qualquer actividade do PCP e da CDU ou qualquer intervenção de Carlos Carvalhas, que como se sabe não tem estado nem de férias nem doente, antes tem tido uma intensa agenda de actividades e compromissos.

Quem nos lê não precisa certamente que este facto brutal seja servido com mais molho de adjectivos, significados e consequências.

Mas talvez outros, de outros quadrantes, que tanto escrevem sobre a «qualidade da democracia» e sobre o malfadado «poder dos partidos», queiram agora, a partir deste facto brutal, escrever qualquer coisinha sobre esta doença contra a democracia e sobre o real e incomparável poder dos «media» na política nacional.

Enquanto isso, o mais prudente e avisado é que os comunistas e todos os que confiam no PCP percebam como a parada está alta e como temos de chegar de viva voz e em contacto directo àqueles que tudo vão decidir em 17 de Março.

Sair do nevoeiro

• Aurélio Santos

Não basta tentar construir falsas catedrais para fazer subir no tecto do mundo. E qualquer arquitecto com um mínimo de honestidade sabe que se o seu projecto for destinado apenas a enganar o dono da obra, o edifício ruirá em breve.

Nas próximas legislativas, como em todos os actos eleitorais, deverá ser o povo português, como dono da obra, colocado perante a escolha dos projectos que lhe são apresentados.

Mas quais projectos?

O último fim-de-semana proporcionou-nos o espectáculo transmitido em directo pela TV, da subida à tribuna (ao púlpito?) de um Durão Barroso saído de um sebastiânico nevoeiro, como se usa nos espectáculos de ilusionismo, e envolto numa louvaminheira encenação de «culto da personalidade» como o «José Manuel» de que o país estaria à espera para sua salvação. Mas do nevoeiro – o que saiu?

Ideias soltas, tendo como pano de fundo vagas promessas avulsas para iludir justas reivindicações sociais, cada vez mais urgentemente reclamadas pelo país.

Dez anos de cavaquismo e seis de guterrismo comprovaram que não pode haver uma política social sem uma política económica que torne possível atender e realizar os direitos e reivindicações sociais.

Séculos decorridos após o Estado capitalista ter forjado o liberalismo como seu suporte político, as ideias eleitorais do PSD e do PS regressam ao passado, continuando a reger-se por concepções primitivas do «mercado regulador da sociedade». A «modernidade» de que tanto se reclamam não é mais do que uma ultrapas-



sada visão do Estado, assente no velho liberalismo do século XIX, agora brutalmente actualizado pela ditadura mundial do capital financeiro internacional, baptizada como globalização neoliberal.

Os que se deixam arrastar pela retrógrada maré vazante de neoliberalismo acusam-nos de «imobilismo» por resistirmos à correnteza e apontarmos um outro rumo à política nacional: uma política com uma visão de Estado para o nosso tempo construída com alicerces seguros de promoção do potencial produtivo do país, de desenvolvimento apoiado por mais e melhor política social, mais e melhor justiça económica na distribuição da riqueza, mais e melhores condições para a participação do povo na governação democrática do Estado. Para sairmos do nevoeiro de ilusionismo eleitoral.

O PCP teima num futuro de céu menos nublado para as trabalhadoras. E entende que com a sua acção será sempre força indispensável e disponível para defender qualquer proposta que se mostre propícia à luta dos que exigem para os próximos anos mais e melhor justiça social, mais democracia política e económica, como pilares que possam sustentar catedrais sólidas que nos dêem a segurança de que não vão ruir a qualquer momento. Afirmando como o velho mestre Afonso Domingues, honesto construtor do Mosteiro da Batalha, a quem garatiam que a inovadora abóbada por ele projectada iria ruir: «a abóbada não caiu, a abóbada não cairá».

Não caiu.

Os senhores do «centrão»

• Carlos Gonçalves

Em Janeiro voltaram à passerelle político-mediática o «bloco central» e uns quantos modelos aparentados – «acordo de regime», «pacto ao centro», «consenso alargado», etc.

Salvo erro ou omissão, quem, numa soirée da «sociedade civil», tão na moda deste Inverno, propôs formar um «governo de coligação» PS-PSD, foi Ernâni Lopes – ex-ministro das Finanças de má memória do governo do «centrão» de 83/85 e «capitão» da banca, do lobing e de «elites» diversas.

Mas logo Rui Machete, também do PSD e ex-ministro do «centrão», e da Fundação Luso-Americana de Desenvolvimento (FLAD), veio clarificar que, dados os efeitos perversos, a questão é antes de «pacto de regime» e «convergência».

E eclodiu um frenesim de acções, manifestos e artigos em defesa do «consenso» - das finanças à «família», da política europeia à economia, do sistema político à defesa.



É o «manifesto dos nove economistas» - entre eles António Borges, Miguel Belezza, Miguel Cadilhe, Bagão Félix e Silva Lopes, sete ex-governantes do «centrão», oito administradores da Banca e uns cinco aderentes da «obra», da FLAD e da SEDES – que assumem a «cobertura técnica» do PS e do PSD para a drástica redução da despesa pública, em prejuízo dos trabalhadores e das populações e em benefício da privatização das funções sociais lucrativas do Estado.

E é o «compromisso de mudança» proposto pela SEDES ao PS e PSD - a neotecocracia de serviço aos grandes interesses, como no Verão de 2001, no infanticídio da reforma fiscal e na selecção de Oliveira Martins para lhe fazer o enterro.

Assim, não surpreendeu que João Salgueiro, guru da dita SEDES e da Associação de Bancos, tenha liderado os ban-

queiros António Sousa (CGD), Jardim Gonçalves (BCP), Ricardo Espírito Santo (BES) e Santos Silva (BPI) – que dirigem 75% do mercado bancário – na abordagem ao PS e PSD para ditar o «consenso», sempre em nome da «sociedade civil».

Nem surpreende que os grandes patrões da CIP, CAP e CCP juntem forças no Conselho Empresarial e Belmiro de Azevedo e Nogueira Simões ditem, também eles, as políticas económicas, fiscais e orçamentais da «convergência».

Surpresa seria se, do alto do seu dinheiro, não fossem estes os senhores do «centrão» e do «consenso alargado», do PSD e do PS, e da muleta PP.

Boa e grande surpresa, e enormíssimo progresso, seria se o PS, por uma vez, se viesse a libertar do «centrão», deste «bloco central» inorgânico e do serviço dos grandes interesses, e assumisse o lado certo e alternativo da democracia.

E para que sobre ao menos essa mínima possibilidade – está bem de ver - o caminho mais seguro e até o mais curto, passa, já em 17 de Março, pelo reforço do PCP e da CDU.

Frases

“Se há dois anos o PS tivesse perdido quatro por cento dos votos a favor da CDU, o Governo não teria espaço para a asneira, porque os comunistas não deixariam que prosseguisse uma política semelhante à do PSD nas questões essenciais”

(Carlos Carvalhas, Diário de Notícias, 18.02.02)

“Este desgraçado País, minado pela corrupção, completamente à mercê de grupos organizados, legais e ilegais, em que o chamado crime de colarinho branco se passeia livre e alegremente pelo sistema económico e financeiro, pode estar certo de que tudo irá mudar para ficar cada vez mais na mesma”

(António Ribeiro Ferreira, ibidem)

“Este desgraçado País, cheio de promessas, comícios e convenções com montes de independentes, que já viveu e sobreviveu a dez anos de cavaquismo e suportou estoiicamente seis anos de guterrismo, pode estar certo de que o futuro imediato será igual aos passados recentes”

(Idem, ibidem)

“A 17 de Março somos todos Portugal”

(José Maria Aznar, primeiro-ministro espanhol, na Convenção do PSD, ibidem)

“As sondagens podem ser, também, instrumento de manipulação, se os dados obtidos não forem tratados com o necessário rigor”

(Estrela Serrano, ibidem)

“Os jovens actores são escolhidos pelo seu físico, pela sua cara, de acordo com a personagem. Mais tarde, quando tiverem 30 anos, e se não tiverem desenvolvido a técnica, serão substituídos por outros. São mercadoria”

(João Mota, Jornal de Notícias, 16.02.02)

“Os diagnósticos feitos pela sociedade civil na economia e na educação não deixam margem para dúvidas. Portugal tem sido desgovernado há longos anos e a culpa, quer se queira quer não, tem de ser atribuída ao PS e ao PSD”

(António Ribeiro Ferreira, Diário de Notícias, 14.02.02)

“De repente, parece que os problemas económicos do País se reduzem e concentram num só: o problema das finanças públicas (...) Infelizmente (...) a realidade não é assim. Os principais e grandes problemas da economia portuguesa continuam a ser o seu baixíssimo nível de produtividade, o mais baixo da UE. Os elevadíssimos desequilíbrios nas contas externas, os mais elevados da UE (...)”

(Octávio Teixeira, ibidem)

“O Bloco Central quer, por razões políticas e ideológicas, reduzir substancialmente a despesa pública. Cortar fortemente nas remunerações dos trabalhadores, caminhar para a privatização de funções sociais, reduzir substancialmente as taxas dos impostos sobre os lucros e os rendimentos pessoais mais elevados. Por isso Durão Barroso o abraçou de imediato e Ferro Rodrigues o acolheu com simpatia”

(Idem, ibidem)

“Involuntariamente talvez, esta moda dos apelos por cima da cabeça dos partidos só vem confirmar, em plena campanha eleitoral, a profundidade da crise da representação política, em Portugal”

(Manuel Villaverde Cabral, Diário de Notícias, 15.02.02)



PCP recusa culpabilizar trabalhadores e contesta ataques aos direitos

Reforçar o sector público Valorizar os trabalhadores

«**A** eficácia passa pela simplificação burocrática, pela motivação dos trabalhadores da Administração Pública, pela formação profissional contínua», afirmou Carlos Carvalhas no encontro do PCP sobre serviços públicos, no qual participaram também o deputado António Filipe e o sindicalista Paulo Trindade.

O secretário-geral do PCP considerou que os problemas da Administração Pública têm vindo a ser vistos na óptica da

contenção de despesas e não na do custo, eficácia e visão de conjunto e lembrou que, sempre que há apertos

financeiros, os «culpados do costume vêm à baila». E estes são os trabalhadores que, ou há a mais, ou ganham de mais para o pouco que fazem, ou é necessário despedir alguns e

alterar a contratação a outros. Carlos Carvalhas recusou estas teorias e recordou que fustigar a Administração

Os lucros vão para os privados, os custos ficam para o Estado

Pública em tempo eleitoral parece ser «de bom tom», pois parece existir a convicção de que o tema rende votos. Porém, os partidos que fazem suas estas teorias nas campanhas eleitorais são os mesmos que, mal chegam ao poder, «aumentam o número de “funcionários” da sua cor partidária».

Quando é necessário cortar no Orçamento, são os trabalhadores da Administração Pública os primeiros a serem visados.

Para o PCP, o País precisa de uma Administração Pública cada vez mais eficiente e isto passa também pela motivação dos trabalhadores, pela gestão criteriosa dos recursos humanos, pela sua formação profissional, bem como pela simplificação administrativa, afectação dos recursos humanos em função das reais necessidades dos serviços e admissão em função das aptidões ou competência profissional.

Reforma fiscal é prioridade

Carlos Carvalhas lembrou que o problema das finan-

ças públicas não é só de despesas mas também de receitas e que estas se conseguem «pelo aprofundamento e alargamento da reforma fiscal iniciada em 2000, visando o alargamento da base tributária e uma mais justa repartição da carga fiscal, pela luta decidida e sem sofismas contra a fraude e a evasão fiscais e pela reorganização e reforço da administração tributária».

O secretário-geral sublinhou a necessidade de «prosseguir a reforma fiscal do imposto sobre o rendimento, com a revisão geral do estatuto dos benefícios fiscais, o aprofundamento do regime da tributação das empresas financeiras e seguradoras, a revisão drástica dos privilégios ilegítimos concedidos às zonas

francas». Tudo isto a par da reforma dos impostos sobre o património, da tributação das operações da venda de títulos em Bolsa ou fora dela e do efectivo combate à fraude e evasão fiscal, nomeadamente sobre o rendimento, garantiria ao Estado uma enorme fonte de receitas.

Reforçar o sector público

Carlos Carvalhas transmitiu, a finalizar, a importância de respeitar a Constituição, os direitos dos cidadãos e os imperativos do progresso social e do desenvolvimento nacional, «em que o Estado assegure efectivamente as funções sociais que lhe cabem», não

esquecendo que serviços públicos como os transportes, telecomunicações, electricidade, água, saneamento, vias de comunicação, entre outros, «constituem um elemento fundamental para a vida das populações e do País». Portanto, só uma forte responsabilidade do sector público, «em alguns casos total, dada a natureza dos sectores, pode permitir a força e capacidade necessárias para, com uma gestão eficaz, garantir uma orientação e prática de acordo com o interesse público». No caso de subsistirem dúvidas, Carvalhas responde com a prática, que mostra que a qualidade dos serviços prestados e o custo dessa prestação «tem substanciais diferenças no caso de um serviço público ou privado».

Defender as funções sociais do Estado

Os comunistas também defendem uma reforma da administração e dos serviços públicos, afirmou Paulo Trindade, dirigente da Frente Comum de sindicatos da Função Pública, no encontro do PCP sobre o tema, realizado no passado dia 13. Mas, ressaltou, uma reforma em moldes diferenciados das defendidas por PS, PSD e PP, «ao serviço de uma política de mais justiça social, que assegure a assunção das funções sociais do Estado», nomeadamente no que respeita ao direito universal de acesso sem discriminação em função da situação económica e social do utente.

O sindicalista lembrou que, se haverá excesso de pessoal em alguns serviços, também é verdade que exemplos como o da escola secundária da Quinta do Conde, que encerrou por falta de auxiliares de

acção educativa, sucedem-se por todo o País.

Paulo Trindade chamou ainda a atenção para as reivindicações salariais dos trabalhadores da administração pública – 6 por cento –, consideradas irrealistas pelo «coro do grande capital» que imediatamente se lamuriou pelo facto dos lucros do BCP no último ano terem sido «só» de 13 por cento. Se os trabalhadores da Administração Pública reivindicam um aumento mínimo de 7 mil e seiscentos escudos, afirmou o dirigente sindical, e se o grupo parlamentar do PCP propõe consagrar essa medida no Orçamento do Estado, «o PS vota contra e o PSD e o PP abstêm-se por tacticismo eleitoral, mas depois pactua-se com aumentos de 30 por cento para dirigentes de institutos públicos».

Ataque ao «Estado de bem-estar»

António Filipe, deputado e candidato pelo círculo de Lisboa, considerou que é sobre os trabalhadores que recai, injustamente, a recriminação dos utentes dos serviços pelo seu mau funcionamento e são também estes trabalhadores que «sofrem nas suas condições de trabalho, nas suas carreiras e nas suas remunerações, as consequências das políticas apontadas para a destruição de serviços públicos, da sua entrega a privados ou da instrumentalização da Administração Pública ao serviço de interesses partidários e clientelares». Para lá dos discursos do PS e PSD – que prometem, contraditoriamente, reduzir as despesas com pessoal e contrariar as carências de polícias, médicos ou juízes –, o deputa-

do comunista lembrou que estas dois partidos «alinham, essencialmente, pelo mesmo diapasão»: privatizar serviços, alienar as responsabilidades do Estado em relação a direitos sociais fundamentais, atacar os direitos dos trabalhadores do sector público, usar o aparelho de Estado ao serviço das suas clientelas.

Afirmando que o Estado de bem-estar social, herdado do 25 de Abril, «começou a ser destruído pelas mãos dos governos da AD, do Bloco Central, do PSD e do PS», António Filipe lembrou que essa destruição atacou preferencialmente o sector empresarial do Estado, que competia com o privado, bem como serviços públicos fundamentais – e lucrativos –, como a distribuição de energia, os transportes ou as telecomunicações, que passaram para o sector privado.

• Armando Morais

Critérios jornalísticos e censuras «democráticas»

De onde menos se espera, ou se deveria esperar, eis alguns órgãos de comunicação social regionais a silenciarem as actividades de uma força política, neste caso o PCP. E fazem-no de uma forma mais radical nos períodos eleitorais quando as iniciativas por este promovidas contam com a presença do secretário-geral do Partido. No distrito de Castelo Branco, era prática, há uns anos atrás, as iniciativas políticas do Partido merecerem por parte dos órgãos de comunicação social idêntico tratamento noticioso ao de outros partidos e, em especial, quando se tratava de iniciativas de determinada dimensão e impacto, com a divulgação antecipada da notícia e posteriormente um resumo da mensagem transmitida.

Ainda hoje a maioria dos jornais do distrito e em especial as rádios locais têm essa maneira de proceder, não discriminando o nosso Partido e, em períodos eleitorais, procuram dar um tratamento jornalístico baseado em critérios não discriminatórios. Infelizmente, não é o caso do «Jornal do Fundão» (J.F.) nem da RTP/Castelo Branco, que vêm promovendo o ostracismo do PCP, silenciando as muitas iniciativas e posições políticas que o Partido realiza, todas as semanas, todos os meses, todos os anos.

A RTP, desde a sua instalação em Castelo Branco, há cerca de 3 anos, nunca entrevistou um dirigente regional do Partido (nessa qualidade). É como se não existíssemos ou não tivéssemos actividade.

Nas últimas eleições autárquicas estabeleceram «rigorosos» critérios de cobertura jornalística, digo «rigorosos» porque para o Partido e a CDU foi o silêncio, enquanto para todos os outros partidos a cobertura multiplicou-se, como por exemplo para o Bloco de Esquerda, que foi contemplado com três peças jornalísticas, embora só tenha concorrido a uma Câmara Municipal do distrito. No passado dia 2, a RTP, mais uma vez, ignorou a iniciativa de apresentação pública da lista da CDU com a presença do camarada Carlos Carvalhas. E nem sequer respondeu a uma carta de protesto que a DORCB lhe enviou.

O «Jornal do Fundão», apesar das suas tradições democráticas e tantas lutas contra a censura, foi o único semanário regional que silenciou as últimas três deslocações do secretário-geral do Partido ao distrito realizadas em períodos eleitorais, opção tomada, não por ser Carlos Carvalhas, mas por serem actividades políticas do PCP. A opção do «J.F.» de não noticiar o PCP, excepto, por vezes, por razões negativas de alguns escritos ou citações, causa tristeza e merece reprovação, principalmente a quem conhece as tradições democráticas daquele semanário.

É habitual a Comissão Nacional de Eleições (CNE) enviar, antes do período eleitoral, a todos os órgãos de comunicação social do país a legislação que obriga ao tratamento não discriminatório das diversas candidaturas. Sublinhe-se que, para além da imposição legal, existem critérios de isenção que devem nortear a linha editorial dos órgãos de comunicação social e a deontologia profissional dos jornalistas.

Pelos exemplos dados se prova que a mensagem da CNE não chega a muitos lados, talvez por deficiências dos correios ou mesmo da internet, ou mais provavelmente porque, para beneficiar uns tem-se obrigatoriamente de prejudicar outros. É pena, a democracia fica mais pobre.

Off-shore da Madeira é paraíso para negócios obscuros evasões fiscais e branqueamento de capitais

Pôr termo aos benefícios ilegítimos

O secretário-geral do PCP esteve na passada quinta-feira na Madeira e participou em vários encontros sobre direitos dos trabalhadores e justiça social e fiscal.

Em visita de trabalho à Madeira, Carlos Carvalhas dedicou especial atenção às questões financeiras, que assumem especial importância numa região como esta, onde funciona um *off-shore* sobejamente conhecido pelas facilidades concedidas, facilidades essas promotoras de gritantes injustiças sociais.

Num debate que teve lugar numa unidade hoteleira do Funchal, foram expostas algumas propostas sobre medidas a tomar para combater a evasão fiscal, a fuga aos impostos e o branqueamento de capitais, nódoas que mancham o *off-shore* da Madeira, já denunciado como um dos paraísos fiscais mais apetecíveis para grandes negociatas com contornos obscuros.

Ao contrário do que PSD e PS querem fazer crer, foi clarificado que a CDU não pretende o encerramento do *off-shore* da Madeira, mas sim uma revisão aprofundada e radical dos privilégios fiscais e benefícios dados sobretudo ao capital financeiro e às sociedades gestoras de participações sociais, por forma a pôr termo aos benefícios ilegítimos, e apertar o cerco à evasão fiscal, o que permitiria ao Estado dispor de mais receitas. E o País bem precisa dessas receitas, pois há que fazer face à situação negativa em que nos encontramos, afirmou o secretário-geral.

Também merecedoras de atenção foram questões que têm vindo a lume tais como as propostas do PSD para um «choque fiscal», e os medicamentos genéricos e as farmácias sociais. Sobre os projectos de Durão Barroso, é mais do que certo que trarão apenas mais injustiça fiscal, pois quer o encarecimento do IVA, quer o desagravamento do escalão mais alto do IRS e do IRC só vêm penalizar quem dispõe de pequenos rendimentos. Também ficou demonstrado que o actual Governo PS continua a dar uma má orientação e a fazer uma péssima interpretação das políticas sociais, chegan-

Só a viragem à esquerda pode salvaguardar os direitos dos trabalhadores

do ao cúmulo dos «genéricos de marca» e da sobrecarga do erário público com participações nos medicamentos perfeitamente inevitáveis; assim se vê o conluio existente entre este Governo e as grandes multinacionais farmacêuticas, que não olham a meios para atingir o lucro máximo.

Salvaguardar direitos

Mas esta visita serviu igualmente para abordar a temática do Património e do Trabalho. Num almoço com sindicalistas, Carlos Carvalhas frisou a necessidade de reforçar a CDU para uma verdadeira viragem à esquerda na política de Portugal, por forma a salvaguardar os direitos de quem trabalha e vive exclusivamente do seu trabalho. Há que implementar medidas que promovam mais justiça social e limitem os ataques do patronato e do

grande capital aos direitos dos trabalhadores.

Ainda durante a tarde, foi a vez do Património e Cultura, com uma visita às áreas históricas do Funchal, com especial destaque para o Museu da Quinta das Cruzes, um dos símbolos da História desta Região.

Uma das propostas da CDU prende-se com a candidatura do Funchal a «Cidade Património Mundial», e tal só será possível com uma profunda intervenção nas áreas do núcleo histórico, não só através do restauro arquitectónico mas também com a requalificação urbana, a todos os níveis, especialmente na melhoria das condições de vida das populações ali residentes, pois só assim é que podemos ter uma área histórica verdadeiramente viva e dignificada, que se possa apresentar a tão importante selecção como é a escolha para Património Mundial.



O *off-shore* da Madeira foi já denunciado como palco de negócios obscuros

SIC-Notícias prejudica pluralismo

A CDU protestou junto da estação de televisão por cabo SIC-Notícias, através de carta enviada à sua direcção, contra o plano geral de debates sobre as eleições legislativas que aquela estação está a promover, sublinhando a «completa falta de critérios coerentes e uniformes», dado que se verificam situações em que participaram PS, PSD e PP, como Aveiro, outras em que participaram apenas PS e PSD – Braga ou Coimbra – até àquelas em que vão participar PS, PSD, CDU e PP, casos de Faro, Porto e Setúbal.

A coligação sustenta na referida carta a necessidade de que os debates televisivos «abranjam as forças políticas representadas na AR, evitando-se assim critérios que redundem em discriminações e em prejuízos para o acesso dos telespectadores a debates com características efectiva-

mente pluralistas» e manifestou o seu firme protesto pela sua «inadmissível» exclusão, sobretudo de debates respeitantes a círculos onde tem deputados eleitos, como são os casos de Braga e Santarém.

Face a esta situação, a CDU reclamou da referida estação «uma pronta rectificação dos absurdos critérios adoptados» de forma a garantir «um efectivo pluralismo e um verdadeiro confronto democrático de ideias e propostas eleitorais».

Reais problemas ausentes

Após a realização do debate da SIC-Notícias sobre as eleições legislativas no distrito de Aveiro, que não contou com a presença do candidato da CDU e no qual participaram os candidatos do PS,

PSD e PP, a CDU do distrito reafirmou o protesto efectuado aquando do anúncio dos moldes do debate, que o Avante! deu nota na última edição.

Tal como a CDU havia previsto, o debate não focou as «grandes questões do distrito» nem vastos sectores sociais. «O simples elencar de dois ou três aspectos que são os mais mediatizados no distrito, sobre os quais o PCP apresentou já propostas que PS ou PSD chumbaram, não esconde o profundo alheamento das condições de vida e de trabalho da esmagadora maioria da população do distrito, afirma a nota da CDU, que considera terem ficado de fora temas fundamentais para o distrito como os baixos salários e as suas causas, a discriminação das mulheres no sector têxtil e do calçado, os horários de trabalho numa

região onde muitos patrões não respeitam a lei das 40 horas ou as questões da higiene e segurança no trabalho.

A não referência no debate às situações sociais que neste momento se vivem no distrito, designadamente na Philips, na Rhode, na Yazaky Saltano, na CJ Clarks, na Lusosuber, na APV, entre outras, demonstra, no entender da coligação, a inexistência de qualquer preocupação por parte dos candidatos quanto «à real possibilidade de que outras grandes empresas ou unidades encerrem também as suas portas, atirando para o desemprego novas vagas de trabalhadores».

Face a estas omissões, a candidatura da CDU considera que o debate não foi mais do que «uma conversa incipiente que em nada contribui para a necessária afirmação de um distrito mais forte».

PALMELA

Empresários denunciam injustiças

Carlos Carvalhas e Jerónimo de Sousa, que encabeça a lista de candidatos da CDU pelo círculo eleitoral de Setúbal, jantaram em Palmela com cerca de duzentos micro, pequenos e médios empresários. Ouviram-se duas intervenções que puseram a nu a situação desvantajosa das empresas daquela dimensão. Carlos Carvalhas afirmou que o PS e o PSD «encham a boca com a importância das micro, pequenas e médias empresas para o País», mas depois nada fazem, pois são outros interesses que servem, os dos «senhores do grande grupos económicos, da finança, da distribuição, da especulação, do grande capital multinacional, quase sempre transformado em salvador da Pátria».

AVEIRO

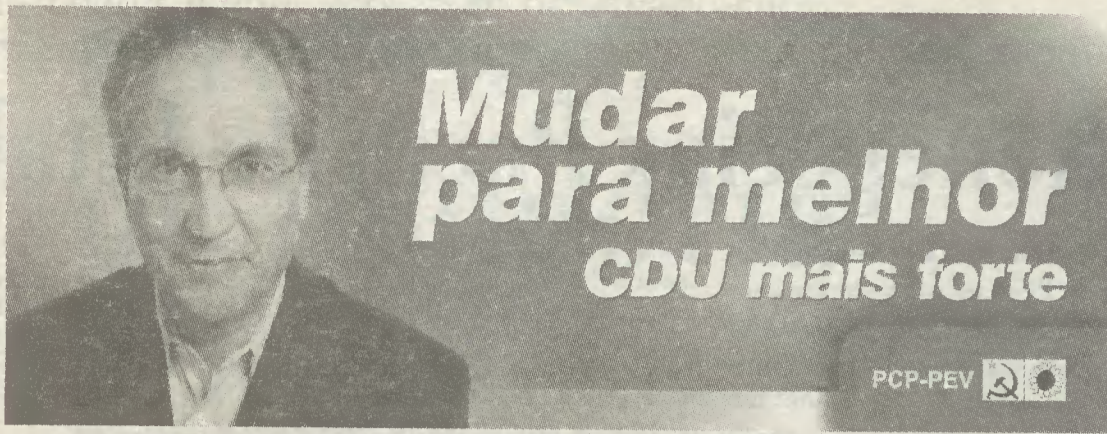
Voto no PS não evita «asneiras»

O secretário-geral do PCP participou, juntamente com o cabeça de lista por Aveiro, Joaquim de Almeida, num jantar em Águeda onde avisou que o tão proclamado «voto útil» no PS não evita as «asneiras socialistas» nem tão pouco o voto na CDU altera o resultado numérico da direita. No jantar, no qual estiveram presentes cerca de 400 apoiantes, Carlos Carvalhas lembrou que «se há dois anos o PS tivesse perdido 4 por cento dos votos a favor da CDU, o Governo não teria espaço para a asneira, porque os comunistas não deixariam que prosseguisse uma política semelhante à do PSD nas questões essenciais». Em seguida, lembrou o que foi o trabalho dos deputados da CDU ao longo da legislatura e concluiu que «todos os avanços positivos registados tiveram a sua marca». Por isso, afirmou, «podemos pedir o voto de cabeça levantada».

FRONTEIRA

Mobilizar para a campanha

Activistas da CDU do concelho de Fronteira promoveram, no domingo, um almoço, que contou com a participação de Fernando Carmosino, cabeça de lista da CDU pelo distrito de Portalegre. Na iniciativa, em que participaram mais de três dezenas de pessoas, esteve presente Anabela Fino, sub-chefe de redacção do *Avante!*, que, numa breve intervenção, evocou a memória de Carlos Aboim Inglês e sublinhou a importância do órgão central do Partido no esclarecimento e informação de militantes e activistas, fundamental para a campanha eleitoral e para o reforço da representação parlamentar do PCP. O candidato apelou à mobilização para a campanha eleitoral, sublinhando a importância de eleger um deputado da CDU pelo distrito de Portalegre.



O novo outdoor da CDU, tal como a restante propaganda, transmite a convicção que, para qualquer mudança positiva, é fundamental o reforço da CDU

CDU com nova propaganda nas ruas

O voto para mudar para melhor

Para além das milhares de distribuições, sessões de esclarecimento e debates, a CDU apresenta nesta fase da campanha, nova propaganda, composta por um outdoor, um mupi, um documento de distribuição geral e um outro, específico, para os trabalhadores. A sair, mais dois documentos específicos: um para as mulheres e outro para os reformados.

Com a palavra de ordem de «mudar para melhor – CDU mais forte», a coligação apresenta, desde o final da passada semana, novos materiais centrais de propaganda.

O documento geral, massivamente distribuído por milhares de militantes nas várias organizações do Partido no passado fim-de-semana, relembra o traba-

lho desenvolvido pela bancada comunista nos dois anos, que durou a legislatura, chama a atenção para o que de positivo foi aprovado por iniciativa do PCP e do PEV e o que não foi aplicado por oposição do Partido Socialista, como por exemplo o aumento do salário mínimo nacional. O documento apresenta

A campanha da CDU é virada sobretudo para os trabalhadores

Almada Falar, explicar esclarecer

Cerca de 160 pessoas participaram, no passado sábado, no encontro concelhio da CDU de Almada. Com a presença do cabeça de lista regional, Jerónimo de Sousa, o encontro aprovou um comunicado – a distribuir à população – em que a CDU se compromete a tudo fazer para esclarecer que esta eleição tem como objectivo «eleger deputados e não primeiro-ministro e que, apesar de sermos um País da União Europeia, são possíveis outras políticas sociais, económicas e culturais». No documento, aprovado por unanimidade, é considerado que, a par do prosseguimento da luta em várias frentes, estas eleições surgem como «uma nova oportunidade de, no quadro institucional, se mudar de política e construir uma solução política de esquerda para Portugal», para a qual é necessário o reforço da CDU.

A intervenção de abertura esteve a cargo do responsável pela organização concelhia do PCP, Manuel Valente, que destacou que, apesar da demagogia e superioridade de meios financeiros que os outros partidos apresentam na campanha, a CDU dispõe da força das suas convicções, do valor das propostas e da militância e empenho dos

seus activistas. Em relação ao concelho, o dirigente comunista deu alguns exemplos, como a defesa, por parte do PS, da construção da *Manhattan* de Cacilhas, ou a defesa por parte dos comunistas dos postos de trabalho na Confélis e no Arsenal, contra a passividade do Governo. A terminar, Manuel Valente colocou duas questões centrais desta campanha: a necessidade de uma grande disponibilidade de todos os activistas e eleitores da CDU; e a confiança nas capacidades, propostas, candidatos, trabalho e intervenção da coligação.

seus activistas. Em relação ao concelho, o dirigente comunista deu alguns exemplos, como a defesa, por parte do PS, da construção da *Manhattan* de Cacilhas, ou a defesa por parte dos comunistas dos postos de trabalho na Confélis e no Arsenal, contra a passividade do Governo. A terminar, Manuel Valente colocou duas questões centrais desta campanha: a necessidade de uma grande disponibilidade de todos os activistas e eleitores da CDU; e a confiança nas capacidades, propostas, candidatos, trabalho e intervenção da coligação.

O cabeça de lista, Jerónimo de Sousa, encerrou o encontro chamando a atenção para o facto de nunca a direita ter ganho no distrito, pelo que o voto na CDU é o voto que contribui para manter a direita em minoria e, ao mesmo tempo, para alterar positivamente a correlação de votos entre o PS e a CDU, condição essencial para uma viragem à esquerda.

Ao longo do encontro, muitos dos presentes tomaram a palavra para apelar à necessidade de agilizar a campanha, indo até onde estão os trabalhadores e as populações e, mesmo numa postura informal, falar, explicar e esclarecer as dúvidas dos trabalhadores e das populações.

ainda algumas das principais bandeiras que a CDU continuará a levar à Assembleia da República e propõe aos eleitores, sobretudo aos que se sentem indignados com as injustiças e sentiram os seus interesses agredidos, para que, com o voto, digam «já basta à política de aperto do cinto e de acrescidas dificuldades para a maioria da população que tanto o PS, como PSD e o CDS-PP claramente anunciam para depois das eleições».

É também objectivo deste documento contribuir para dissipar confusões apregoadas por muitos, tais como tratar-se as eleições legislativas da simples eleição de um primeiro-ministro ou de ser sempre o partido mais votado a formar governo ou ainda de serem necessárias as maiorias absolutas para a estabilidade governativa.

Privilegiar o contacto directo

Para além do documento geral, já está a ser distribuído um, outro documento, direccionado para os muitos

milhares de trabalhadores portugueses que sofrem as consequências da política de direita. Este material de propaganda constitui um pretexto para o contacto com os trabalhadores nas suas empresas e valoriza a grande quantidade – e sobretudo qualidade – dos projectos que a CDU defendeu e defende para este sector da população e denuncia os interesses que os outros partidos defendem, contrários aos de quem trabalha. A prová-lo, as medidas concretas assumidas por PS, PSD e PP: os socialistas suportam as suas políticas de «sensibilidade social» pelos descontos que os trabalhadores fazem para a Segurança Social, deixando os lucros intocáveis; para os horários de trabalho, propõem a «adaptabilidade e flexibilidade» dando a possibilidade às empresas de «gerir e organizar o horário para aumentar a exploração, desarranjar a vida social e familiar dos trabalhadores»; para o emprego, normalmente na Administração Pública, pretendem eliminar o vínculo à função pública; PSD e PP

pretendem ainda «privatizar a Segurança Social, a Saúde, praticar a política de caridade e facturar aos trabalhadores os custos das dificuldades». O PCP e a CDU bater-se-ão, como até aqui, pelo aumento dos salários, a redução do horário para as 35 horas sem perda de regalias, o combate aos acidentes e às discriminações, a luta pelo direito universal à Segurança Social e pela efectivação dos direitos.

Por todo o País, um milhão de lares receberão uma carta do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, em que este se dirige aos eleitores, explicando as razões que justificam o voto na CDU, «porque há votos que só são úteis para o partido que os recebe e não para os cidadãos que os dão» e depois há os votos que são sobretudo úteis para o povo e o País, os votos na CDU.

Para além dos materiais centrais, muitas organizações estão a produzir documentos específicos sobre questões locais ou regionais, para apoiar as acções de esclarecimento, como as sessões, os debates ou as visitas.

Coimbra Combater a crise na educação

«A CDU considera que a actual situação do ensino e da educação em Portugal – visível, por exemplo, nos resultados menos positivos dos alunos, nomeadamente em algumas disciplinas – tem responsáveis: o PSD e o PS que, no conjunto, ocuparam o Ministério da Educação nos últimos 23 anos», afirma uma nota da CDU de Coimbra, sobre o tema da educação. E vai mais longe ao considerar que, nos anos de governo PS – e com a educação mergulhada na crise em que o PSD a envolveu –, «as palavras foram sempre mais adequadas que os actos, as experiências sucederam-se sem que delas se fizesse uma avaliação séria e rigorosa, a instabilidade do sistema educativo manteve-se inalterável».

A CDU «é a única força candidata que apresenta propostas concretas para alterar e inverter o actual estado da educação» e propõe um conjunto de medidas de carácter nacional, com consequências ao nível distrital, e outras de maior incidência no distrito, decorrentes de políticas nacionais.

Assim, quanto às medidas nacionais, a

CDU propõe a suspensão da Revisão Curricular proposta pelo Ministério da Educação – e que já provocou enormes lutas estudantis nos últimos anos, com mais de 200 mil jovens a participarem em manifestações, greves e outras acções –, a alteração dos actuais regimes de autonomia e gestão das escolas, a aprovação de legislação com vista à fixação dos docentes às escolas, entre outras. Ao nível regional e local, a CDU de Coimbra bater-se-á pela melhoria das condições das escolas do distrito, incluindo do Ensino Superior, pelo direito de integração de todas as crianças no sistema regular de ensino e pelo incentivo à fixação de docentes em zonas isoladas e desfavorecidas, «por forma a estabilizar o corpo docente das escolas aí situadas, aumentando dessa forma as oportunidades de sucesso de todos os alunos».

Estas foram algumas das 12 medidas apresentadas pelo mandatário distrital da CDU, Joaquim Morais, em relação à educação e ao ensino, medidas essas a serem defendidas pelo seu deputado, «a eleger no próximo dia 17 de Março».

É na orientação da despesa pública que reside o principal problema do País, afirmou Lino de Carvalho, na Ordem dos Economistas

Renegociar Pacto de Estabilidade

Apresentando, na Ordem dos Economistas, o Programa Eleitoral do PCP, na sua vertente económica, o deputado comunista Lino de Carvalho optou por centrar a sua intervenção nas políticas de finanças públicas e fiscal.

Considera este deputado que o principal problema do País não é o do volume da despesa pública - a despesa pública corrente pri-

mária do Estado é, em Portugal de 37,6% do PIB, inferior em cerca de cinco pontos percentuais à média da União Europeia - mas

sim o da orientação da despesa pública. Aliás, uma das razões por que o PCP se opõe ao Pacto de Estabilidade e Crescimento tem a ver não com «o do necessário rigor e disciplina nas finanças públicas», mas sim com «o se querer impor um pronto a vestir a todos os países da zona euro», sem ter em conta as

especificidades e as necessidades diferenciadas de cada Estado-membro.

A verdade, porém, lembra Lino de Carvalho, é que «temos sobre a nossa cabeça, como um cutelo, o cumprimento do Pacto e do respectivo Programa», o que a verificar-se, só seria possível «à custa de uma fortíssima contracção da despesa pública»... naturalmente nas áreas sociais.

possível) e a sua adequação às exigências da economia real de cada País.»

A segunda tem a ver com a reorganização da administração pública, não na perspectiva de despedimento de trabalhadores ou dos contratos individuais de trabalho ou do congelamento dos seus salários («solução mais fácil da direita e

das opções neoliberais») mas sim da sua reorganização interna, da melhoria dos meios tecnológicos à sua disposição, da formação, envolvimento, remuneração adequada e mobilização dos seus trabalhadores.

Neste âmbito, o PCP defende, ainda, a «revisão radical» da administração paralela criada pelo PSD e

pelo PS (institutos, fundações e associações de todo o tipo), bem como o reforço do controlo financeiro dos fundos e serviços autónomos, e propõe «a prioridade na afectação dos recursos orçamentais à concretização das funções sociais e no assegurar dos serviços públicos que ao Estado compete garantir, ao investimento produtivo e em infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento, à investigação e modernização tecnológica, à defesa e preservação do ambiente».

Por fim, o PCP defende a promoção das reformas de fundo necessárias a uma melhor e mais eficiente prestação de serviço público com menores custos, especialmente nas áreas da Saúde, da Educação e Formação profissional, da Justiça e da Administração Pública.

Um sistema fiscal injusto

Do lado da receita, a questão fundamental está na política fiscal, diz o PCP, considerando o nosso sistema fiscal «socialmente injusto», como prova o peso dos impostos sobre os rendimentos do trabalho (63,4% do total dos impostos directos e 28% das receitas fiscais totais).

Assim, é necessário não só prosseguir o desagrevamento do imposto sobre os rendimentos de trabalho, como repor a tributação efectiva das mais valias; tributar as operações cambiais não suportadas em transacções comerciais; proceder-se à revisão geral do estatuto dos benefícios fiscais.

Noutro plano, é «absolutamente imperioso» rectificar-se o escandaloso baixo nível de tributação efectiva do sector financeiro e segurador, colocando-se, entre outras medidas, a revisão do regime das provisões, a regulamentação do funcionamento das sucursais financeiras e o combate à evasão fiscal.

Em matéria de política fiscal, os comunistas defendem, ainda, a criação de um imposto sobre o património ou riqueza, com o estabelecimento de uma limite de isenção tendo em vista a não tributação dos pequenos patrimónios - desaparecendo a

Sisa, o Imposto sobre as Sucessões e Doações, o Imposto Municipal sobre Veículos e a Contribuição Autárquica - e o desenvolvimento da tributação das actividades degradadoras e poluidoras do meio-ambiente.

Finalmente, é necessário alargar as possibilidades de acesso da administração fiscal às informações protegidas pelo sigilo bancário e reforçá-la com meios humanos e informáticos.

Com estas medidas, garante o PCP, «aumentaria significativamente a receita fiscal», permitindo acomodar a despesa pública necessária ao País.

Urge nova política industrial

Em relação à política económica, Lino de Carvalho apresentou resumidamente algumas notas que dão o pensamento dos comunistas sobre a matéria.

Em primeiro lugar, surge a necessidade de uma nova política industrial, que passa por definir as áreas a promover; restabelecer uma indústria transformadora de base nacional que altere o papel periférico do País; investir tecnologicamente nos sectores tradicionais; dinamizar centros tecnológicos de apoio à indústria; melhorar a articulação e cooperação entre o sistema de ensino, a ciência e a tecnologia, as empresas e as necessidades de desenvolvi-

mento económico do País. Por fim, suster a liquidação do sector público, acabando com a sua alienação ao capital privado, reorganizando-o e dando-lhe um novo impulso em áreas estratégicas.

O PCP defende, ainda, a revisão da política para o sector do comércio e distribuição e a aplicação e fiscalização da lei da concorrência e da figura de abuso de posição dominante (tanto em relação à produção como em relação ao pequeno comércio).

Quanto ao turismo, os comunistas propõem «a definição de um Plano Nacional de Turismo, suportado em Planos Regionais que diversifiquem a oferta, os destinos

e os mercados de origem», uma política activa e articulada de promoção e uma política de formação e valorização profissional.

Sem tempo para se debruçar sobre a agricultura e pescas, Lino de Carvalho não deixou, porém, de colocar como questão fundamental a necessidade da revisão profunda da PAC e da PCP, «tendo em conta as profundas diferenças, heterogeneidades e especificidades de cada Estado-membro da União Europeia e a definição de uma Política Agrícola Nacional e de uma Política de Pescas Nacional «que não se resumam a ser os restos das políticas europeias».

71.º aniversário do Avante!

Diversas iniciativas assinalaram, durante a semana passada, por todo o País, a passagem do 71.º aniversário do *Avante!*.

Em Lisboa, por exemplo, mais de cem pessoas reuniram-se no Centro de Trabalho Vitória, num jantar promovido pelos sectores de Empresas e Serviços, que contou com a participação de José Casanova, membro da Comissão Política e director do *Avante!*.

No decurso da iniciativa, foi aprovada uma saudação a todos aqueles e aquelas camaradas que, com grande dedicação e empenho cumprem a tarefa eminentemente política, revolucionária, de divulgar, de fazer chegar o mais longe possível, o órgão central do PCP.

Por seu lado, o chefe de redacção do nosso jornal, Leandro Martins, participou num colóquio sobre as questões da comunicação social, promovido pela Comissão Concelhia de Almada, na passada sexta-feira. O aniversário do *Avante!*, ali recor-

dado, foi pretexto para um vivo debate, muito participado, em que foi sublinhado o papel do órgão central do Partido na divulgação das ideias, propostas e actividade dos comunistas e no combate desigual e intenso que hoje se trava em Portugal e no mundo contra a dominação ideológica do capital e do imperialismo.

No domingo, o camarada participou num almoço na Baixa da Banheira, promovido pela respectiva organização do PCP a fim de assinalar o 71.º aniversário do *Avante!*. No final, e antes de se soprarem as velas do bolo, em breves palavras, foi salientada a importância do nosso jornal, nomeadamente na actual situação política marcada pelas tarefas que as eleições legislativas impõem ao colectivo partidário. Importância sublinhada pelo silenciamento e deturpação com que a generalidade dos órgãos de comunicação tratam a actividade e os pontos de vista do PCP.

Alqueva

Cumprir o acordado

Com o objectivo de procurar uma solução para o impasse em torno da construção da nova unidade fabril destinada à indústria de papel reciclado, o deputado comunista Lino de Carvalho e Diamantino Dias, membro da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP, encontraram-se, na semana passada, com os presidentes das Câmaras Municipais de Monsaraz e Mourão.

Também, apesar da situação de dissolução da Assembleia da República, o PCP requereu a presença do ministro da Economia na reunião de ontem da Comissão Permanente.

O PCP quer ouvir as explicações do Governo para o não cumprimento da cláusula decorrente do processo de privatização da

Gescartão, que obriga à construção de uma nova unidade fabril, em Mourão, em substituição da fábrica da Portucel, a ser submersa pela albufeira de Alqueva.

O problema reside no facto de a empresa adquirente, a IMOCAPITAL, do grupo Sonae, faltando aos seus compromissos, recusar-se a construir aquela unidade fabril e, fazendo tábua rasa do facto de os trabalhadores da Portucel Recicla serem especializados na produção e tecnologia do papel reciclado e não em tecnologias de carpintaria, propor, em troca, a construção de uma fábrica de móveis. A isto, acresce que o investimento previsto para nova fábrica de papel era da ordem dos 30 milhões de contos, enquanto o

da suposta fábrica de móveis orça apenas os cerca de 3 milhões de contos.

A DOREV do PCP, a quem cabe a denúncia, considera, assim, que o não cumprimento da obrigação contratual assumida pelo Grupo Sonae, violando o diploma legal da privatização, põe em causa todo aquele processo. E como é, igualmente, «intolerável» que o Governo «se demita de fazer cumprir a autoridade democrática», aponta o que este «pode e deve fazer»: «anular o concurso de privatização, por não cumprimento de uma decisiva cláusula do processo, reassumindo o Estado o capital da Portucel Recicla e construindo a nova unidade fabril a que se comprometeu.»

▼ CAMARADAS FALECIDOS

António Baião

Faleceu, no dia 20 de Janeiro, com 81 anos de idade, o camarada António Baião. Estava organizado no Comité Local do Bom Sucesso, freguesia de Alverca do Ribatejo.

Augusta Ferreira Catarino

Faleceu, no dia 7 de Fevereiro, a camarada Augusta Ferreira Catarino, de 54 anos. A camarada estava organizada na freguesia de Sta. Maria de Belém, Lisboa. Apesar de sofrer de uma deficiência motora, esteve sempre disponível para o cumprimento das tarefas que o Partido lhe confiava.

Delfim Lopes

Faleceu, no dia 13 de Fevereiro, com 77 anos, o camarada Delfim Lopes, operário gráfico reformado. Membro do Partido de há longos anos, foi dirigente sindical dos gráficos, membro da Inter Reformados. Estava organizado na freguesia do Cacém, Sintra.

Izélia Maria Engrácia

Faleceu, no dia 5 de Fevereiro, com 79 anos, a camarada Izélia Maria Engrácia, reformada. Camarada de grande dinamismo, militava na organização de Alcácer do Sal.

Jorge Silva Marques

Faleceu, no passado dia 1 de Fevereiro, o camarada Jorge Silva Marques, organizado na freguesia de Santo Condestável, em Lisboa. Era um camarada muito dedicado, tendo sido durante anos responsável pelo Centro de Trabalho do PCP no Casal Ventoso.

José João

Faleceu, no dia 12 de Fevereiro, com 58 anos, o camarada José João, operário metalúrgico. Foi membro da célula da Portalex. Actualmente estava organizado na freguesia de S. Marcos, Sintra.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do *Avante!* manifesta sentidas condolências.

SETÚBAL Intensa actividade

O PS e o PSD «mais não são do que alternância de caras e bandeiras, com as mesmas políticas de direita», afirma a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, após análise à situação social e política nacional e do concelho.

Neste contexto, uma mudança política, que sirva os interesses do povo e do país, «só se concretizará com o reforço da CDU na Assembleia da República», diz o PCP que, no âmbito da Coligação vai promover um conjunto de iniciativas de esclarecimento.

Em nota à comunicação social, o PCP sublinha, ainda, a importância da luta que agora se reacendeu contra a instalação do processo de co-incineração no Parque Natural da Arrábida - de que se destaca a jornada de protesto realizada no domingo, na Arrábida - e manifesta a sua solidariedade com as autarquias e os movimentos sociais e populares que rejeitam a co-incineração.

MARVILA Reforçar a CDU

Por sua vez, a Comissão de Freguesia de Marvila do PCP, através dos seus eleitos, garante à população que, honrando a confiança que lhe foi renovada, irá dar continuidade ao trabalho e à luta pela melhoria das condições de vida dos que vivem e trabalham naquela freguesia. Considerando, entretanto, as eleições de 17 de Março como uma oportunidade para «romper com uma política que não interessa a Portugal e que é praticada ora pelo PSD ora pelo PS», os comunistas de Marvila reafirmam a necessidade de reforçar a CDU em votos e deputados e lembram que foi a CDU, com os seus 17 deputados (contra 115 do PS e 81 do PSD), a força política que mais projectos de lei produziu, contribuindo sempre com o seu voto para aprovar leis positivas para o povo português. Tais são os casos da reforma do IRS, «que permitiu que os rendimentos provenientes do trabalho pagassem menos impostos», e da Lei de Bases da Segurança Social, «que acentuou o seu carácter gratuito, público e universal».

ALTO DO PINA Defender os moradores

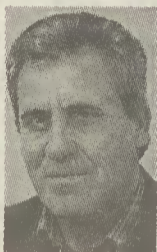
Também a Comissão de Freguesia do PCP Alto do Pina, através dos seus eleitos, reafirma a «sua firme vontade de continuar a defender, na Assembleia de Freguesia, os interesses e anseios dos moradores». «Pela nossa acção, fiscalizando, denunciando e fazendo propostas concretas ao Executivo da Junta, à Assembleia de Freguesia e à Câmara de Lisboa, vamos continuar a defender a população da nossa Freguesia», garantem aqueles eleitos, que dizem ser «esta posição coerente, de luta e de proposta, que faz do PCP a verdadeira alternativa de esquerda».

ALEMANHA CDU ausculta Associações

O candidato da CDU pela Europa, Luciano Caetano da Rosa, encontrou-se no passado fim-de-semana com uma delegação da Federação das Associações Portuguesas (FAPA), na Alemanha, para auscultar as dificuldades e problemas com que actualmente se debate a comunidade portuguesa e o movimento associativo. No encontro foram abordadas várias questões, desde o ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas até ao funcionamento dos serviços e do apoio consular à comunidade.

Exercício de memória

Nesta fase de campanha para as eleições legislativas assistimos a uma fenomenal operação de limpeza de memória, de branqueamento de responsáveis por políticas desastrosas, de silenciamento implacável do PCP e da CDU.



Jerónimo de Sousa
Membro da Comissão Política

Num autêntico passe de magia, as responsabilidades de 16 anos de políticas encetadas ora pelo PSD, ora pelo PS, ficam órfãs. A frase populista ou a promessa tronitroante secundarizam e atiram para os confins do difuso as propostas e os objectivos mais dolorosos que se seguirão para os trabalhadores, os reformados e os sectores mais vulneráveis da sociedade portuguesa.

De repente, o ex-ministro do consulado cavaquista de má memória, agora secretário-geral do PSD, tendo a seus pés toda a comunicação social e ami-

de quase tudo, incluindo áreas da Segurança Social, da Saúde, do próprio vínculo de emprego público, que põe como «lebres de corrida» os seus economistas a defender a contenção salarial dos trabalhadores da Administração Pública.

Mas pronto! Roupa nova no que é velho, luzes, balões e discurso «F.R.A.», e aí estão prontinhos para surgir como a grande alternância ao PS, a oferecer o mais do mesmo!

Mas também o PS, num notável exercício de magia e maquilhagem, sacode o capote do que foi desastroso

nestes últimos 6 anos, capitaliza o que de positivo se conseguiu, recicla e refresca promessas, põe um ar de esquerda e aí estão prontos para pedir o voto não só de quem lho deu

em 1999 e foi enganado e se sentiu desiludido, como ainda a quem, pela opção do «medo da direita», definiu como voto útil um voto no PS.

PCP silenciado

Num *desarrincanço*, Ferro Rodrigues alerta para o perigo das propostas do PSD em relação às privatizações, à Segurança Social, à fiscalidade, à redução da despesa pública. Põe os seus porta-vozes a proclamar com toda a força que em relação à legislação laboral, lei dos despedimentos nem pensar, quando muito mais «flexibilidade» no horário de trabalho, ou seja, permitir que sejam os detentores da empresa a gerir, a organizar, a anular os horários, com todas as consequências laborais, sociais e familiares para os trabalhadores e suas famílias.

O mesmo PS que combate a proposta destrutiva e privatizadora do PSD em relação ao sistema de Segurança Social é o mesmo que enxertou o princípio do tecto contributivo - o denominado plafonamento - abrindo a porta à gula das seguradoras privadas.

O mesmo PS que ataca o neoliberalismo desenfreado do PSD converge com ele na desvalorização dos salários da Administração Pública e a proliferação do contrato individual de trabalho - regime privado - calando, tal como o PSD e o PP, uma questão nuclear: que políticas foram realizadas para que hoje, dez famílias já determinem 25% do Produto Interno Bruto, que hoje se fique escandalizado com o acumular de fortunas fabulosas por parte do capital financeiro e especulativo, enquanto se alargam e crescem as manchas das precariedades, das desigualdades e da pobreza?

O problema é que quando se exigia um balanço do que cada força política prometeu, fez ou não fez, fez bem ou fez mal, o método foi rasurar da memória das pessoas os responsáveis e responsabilidades dos problemas e das situações que vivemos.

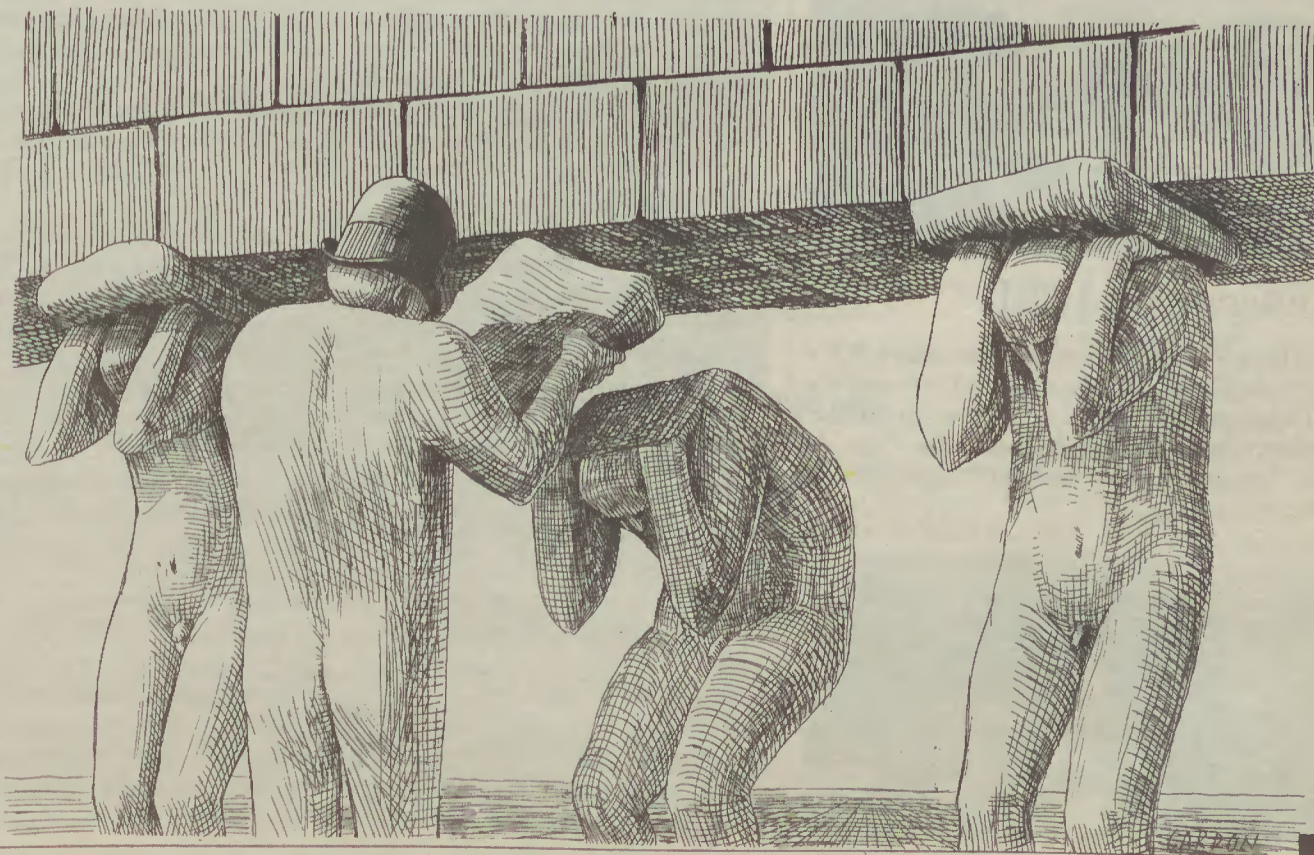
Não fossem os trabalhadores e o povo português perceber, os donos da comunicação social deram ordens para silenciar ou distorcer a iniciativa, o trabalho, a proposta do PCP e da CDU, limitando o jogo democrático e eleitoral aos dois tabuleiros PS ou PSD, que dão garantias para continuar a velha política dos últimos 16 anos. Falar hoje de igualdade no exercício da democracia, na divulgação da mensagem, do projecto e das propostas, do valor das candidaturas nestas eleições, coloca a questão de como se concebe e exerce a própria democracia tendo como referência a Constituição da República. As regras não estão a ser iguais para todos!

É claro, também ninguém esperaria que o grande capital, pelo seu domínio nos meios de comunicação social estivesse disponível para dar espaço à força que de forma coerente e firme mantém um inabalável combate ao seu poder e privilégio. Coloca-se ao PCP e à CDU uma batalha onde temos de dar o sentido de tarefa fazendo boa cara ao mau tempo.

“O jogo democrático está limitado aos tabuleiros do PS e do PSD”

gos, antes da onça e agora do peito, anuncia que não pode haver grandes obras enquanto existirem crianças nas listas de espera dos hospitais e reformas baixas. Em tom proclamatório anuncia a justiça social, o choque fiscal, a aproximação do país à média dos países da União Europeia, a garantia de que não tocará nos direitos dos trabalhadores.

E, no entanto, foi o PSD, enquanto governo, quem desencadeou a mais virulenta ofensiva contra a legislação laboral, que chegou a defender o princípio de que «quem quer saúde paga-a», que depois de Abril esteve 20 anos à frente do Ministério da Saúde, que acentuou as desigualdades sociais, que propagandeou a política do betão, enquanto silenciava as filas de espera nos acessos à saúde, as precariedades crescentes, os favores e mordomias ao grande capital. O mesmo PSD que hoje defende a privatização





PCP recebe Ordem dos Médicos...

Uma delegação do PCP, constituída pelo secretário-geral, Carlos Carvalhas, e Bernardino Soares, da Comissão Política, recebeu, na quarta-feira passada, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da Ordem dos Médicos, com quem abordou a situação na área da saúde e questões relacionadas com os problemas dos médicos.



... Associação de Farmácias...

Na sexta-feira, Carlos Carvalhas e Bernardino Soares receberam também, no CT Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da Associação Nacional de Farmácias, com quem discutiram a política do medicamento.



... Associação Nacional de Sargentos e Associação Pupilos do Exército...

O PCP reuniu-se anteontem com uma delegação da Associação Nacional de Sargentos, constituída nomeadamente pelo seu presidente, Lima Coelho, e o seu vice-presidente, Hernâni Balsa.

No mesmo dia, o Partido recebeu uma comitiva da Associação dos Pupilos do Exército, composta por Borges Correia e Miguel Fernandes.

Rui Fernandes, membro do Secretariado, e António Rodrigues, membro do Comité Central, representaram o PCP.



... e Confecoop e APED

Também na terça-feira se realizaram reuniões entre o PCP e a Confederação de Cooperativas Portuguesas (Confecoop) e a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED). Carlos Carvalhas, o deputado Agostinho Lopes e Elsa Pedro, da Comissão dos Assuntos Económicos do PCP, representam o nosso Partido



Resposta firme e em unidade
à intransigência patronal nas negociações

Melka volta a parar

«Mais lucros para a empresa e menos salário para os trabalhadores é uma injustiça, a que a luta tem que responder», proclama o Sindicato dos Têxteis do Sul.

Os trabalhadores das três fábricas da Melka, reunidos durante a greve realizada segunda-feira, decidiram por unanimidade fazer novas greves nos dias 25 e 26, informou o sindicato. As fábricas do grupo Melka paralisaram e os trabalhadores, tal como tinham feito no dia 7, concentraram-se nas instalações do Cacém.

Reunidos no refeitório, relata a nota de imprensa do sindicato, repudiaram as posições assumidas pela administração, que recusa encetar as negociações do Acordo de Empresa enquanto os trabalhadores não retirarem o processo judicial em que exigem o pagamento de horas suplementares em dívida, no período de 1997 a 2000, no valor de cerca de cem mil contos. No dia 14 teve lugar uma reunião entre representantes dos 630 trabalhadores e da administração da Melka, mas, ao fim de 4 horas, «da parte patronal não houve qualquer movimentação» que permitisse a resolução do conflito, com uma justa actualização dos salários, lamentou o sindicato.

Na nota recorda-se que a Melka, «nos últimos cinco anos, encerrou as suas contas com 800 mil contos de lucros, e no mesmo período, devido à quebra dos prémios de produção provocado pelo

aumento dos tempos, as massas salariais somente aumentaram 1,1 por cento».

Os trabalhadores exigem crescimento dos salários e prémios de produção, respeito pelo regime de faltas, melhorias na regulamentação do complemento de reforma e mais qualidade da comida nos refeitórios.

O patronato quer reduzir salários para mais facilmente aumentar os lucros

ampliação dos direitos sociais, o trabalho com direitos e o emprego de qualidade e um decidido combate às desigualdades e a garantia de uma justa repartição do rendimento nacional», o que só poderá ser assegurado com «o reforço eleitoral do PCP e da CDU» nas eleições legislativas.

Cristalaria

Foi convocada para amanhã uma greve abrangendo as empresas filiadas na Associação Indus-

recuse a aplicar o contrato de trabalho do sector, depois de este ter sido acordado, assinado pelas partes e publicado oficialmente.

Também no sub-sector do vidro de embalagem os patrões «não deixam outra alternativa aos trabalhadores, se não o caminho da luta», revelou sexta-feira o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (que integra a federação e a CGTP). Num comunicado que divulgou um dia depois de ter reunido com representantes das empresas Barbosa & Almeida, Sotancro e Saint-Gobain Mondego, a quem transmitiu



Unidade e solidariedade têm marcado a luta das trabalhadoras das fábricas da Melka

O organismo de empresas do concelho de Sintra do PCP manifestou apoio e solidariedade à luta dos trabalhadores da Melka. Em comunicado, os comunistas afirmam que «a política de esquerda que o PCP propõe exige a defesa e

trial de Cristalaria. A decisão, divulgada pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal, foi tomada durante uma série de plenários em que os trabalhadores repudiaram que a AIC se

as decisões de recentes plenos de trabalhadores, o STIV revela que não foi aceite a proposta de nivelamento dos aumentos salariais pelos 5 por cento, já obtidos na Ricardo Gallo e na Santos Barosa.

Os comunistas «bons»

Foi levantada uma exagerada polémica em torno da candidatura, mais uma vez, do jornalista Alfredo Maia, numa lista da CDU no Porto. Numa modesta e distanciada observação de quem não conhece pessoalmente os iniciadores da contestação, mas tem em elevada consideração os autores de algumas posições públicas sobre o assunto, verifica-se com desilusão que estamos perante uma versão repetida pela enésima vez daquela desculpa de mau eleitor que se ouve desde que há comunistas e desde que estes têm o apoio de quem opta por não se inscrever como militante: «até é boa pessoa, só é pena ser comunista...» ou dar-se com os comunistas, partilhar de muitos dos ideais do PCP e até ter actividade política juntamente com os comunistas.

O actual presidente do Sindicato dos Jornalistas, como toda a gente, afinal, acaba por reconhecer, é um profissional com dezenas de anos de currículo limpo, tanto no trabalho, como na relação com os camaradas de trabalho; tornou-se sindicalista, coisa que não é profissão, pelo menos numa actual forma de encarar a defesa dos interesses dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores, organizados colectivamente porque os problemas são de todos e a desigualdade de forças com o patronato a isso obriga (salvo talvez

raras estrelas, a esmagadora maioria dos jornalistas sente que esta linguagem não é de todo desadequada ao que se passa hoje nas redacções); é, por fim, um bom presidente do SJ, eleito sem esconder as suas opiniões e opções.

Estava tudo a correr tão bem, quando foi divulgada a lista da CDU para as próximas legislativas no círculo do Porto, figurando lá, em lugar reconhecidamente não elegível, o nome de Alfredo Maia. E pronto: para uns tal é inaceitável, para outros é desaconselhável, para outro é infeliz acto de cidadania...

A profissão de jornalista tem exigências rigorosas para quem opta por este modo de vida. Como a vida tem mostrado e os que andam por cá há mais tempo poderão contar, nem sempre os que mais alto clamam em defesa dos valores deontológicos são os mais cumpridores dos deveres que exigem de todos. Isto é válido, certamente, para todas as profissões. Também nestas, se coloca o problema do relacionamento com a política por parte de cada «trabalhador» (ou alarguemos o âmbito para «profissional», abarcando também profissionais liberais ou por conta própria, empresários, desportistas, padres e outras pessoas, muito conhecidas e presumivelmente influentes na opinião pública local ou nacional). Para a maior

parte deles, assumir claramente as suas opções partidárias tem custos muito elevados, sobretudo se os identificam como comunistas lato sensum.

Forcemos a imaginação, e admitamos que no nosso país todos os comunistas (e aliados) que exercem actividades, designadamente em cargos para onde foram eleitos, seguem como bons os «democráticos» argumentos esgrimidos contra Alfredo Maia e desatavam a optar: ou abandonavam a militância política, ou abandonavam a militância nos sindicatos, nas associações profissionais, nas colectividades recreativas, desportivas e culturais, nas autarquias e em tantas estruturas colectivas. Às tantas, até nem se podia acumular a actividade política com a administração do condomínio! Perdia a democracia, perdia o PCP, perdia o País, perdiam os muitos milhares de cidadãos que, ao votarem para tantos órgãos representativos, confiavam nos comunistas e nos que estão com os comunistas.

Há comunistas «bons», sim, senhores! Estão a trabalhar, estão activos na defesa de justos interesses colectivos e vão assim manter-se com tanta mais firmeza, quanto mais incomodados se mostrarem aqueles que têm da democracia uma visão ateniense.

● Domingos Mealha

GNR

Os sindicatos das forças de segurança vão realizar uma manifestação a 16 de Abril, em Lisboa, de apoio ao associativismo na GNR e de solidariedade para com os dirigentes da Associação dos Profissionais da Guarda suspensos. A decisão foi tomada dia 13, na reunião da comissão coordenadora permanente dos sindicatos e associações dos profissionais das forças e serviços de Segurança, que é constituída pelas associações Sócio-Profissional da Polícia, dos Profissionais da Guarda, Sindical dos Funcionários da Investigação Criminal da Polícia Judiciária, Sócio-Profissional da Polícia Marítima e os sindicatos da Guarda Prisional e da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF. Esta decisão, refere a Lusa, prende-se com o facto de o presidente da APG, José Manageiro, e o delegado desta associação na zona Sul, José Aho, terem sido suspensos das suas funções pelo Comando-Geral da GNR por declarações prestadas à comunicação social na qualidade de dirigentes associativos. Numa carta ao Presidente da República, ao presidente da AR, ao Primeiro-Ministro, ao MAL, aos grupos parlamentares e ao Comando-Geral da GNR, a comissão considera que aquela punição «representa um grave atentado aos mais elementares direitos do associativismo sócio-profissional e de cidadania» dos profissionais da GNR.

Vidreiros

No Tribunal Judicial da Marinha Grande realiza-se amanhã a terceira sessão do julgamento de trabalhadores vidreiros, acusados de participarem nas lutas contra os salários em atraso e pela viabilização da Manuel Pereira Roldão, no final de 1994 e início de 1995. O Ministério Público, segundo uma nota do STIV/CGTP, divulgada anteontem, «vai tentar ouvir os únicos e verdadeiros responsáveis máximos de toda a situação que foi vivida naquela altura». Além de Carlos Antero e Azevedo Coutinho, proprietários, deverão ser ouvidos ainda outros membros da direcção da empresa, adianta o sindicato, frisando que «quem deveria há muito tempo ter sido sentado no banco dos réus eram precisamente estas pessoas».

Recicla

Deslocaram-se anteontem a Lisboa trabalhadores da Portucel Recicla, de Mourão, acompanhando membros da CT e autarcas que iam reunir no Ministério da Economia. Uma nota do Sindicato da Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa adianta que o objectivo da viagem era recusar a construção de uma fábrica de aglomerados de madeira, como alternativa à fábrica de papel desactivada por se encontrar na área que ficará submersa na Barragem de Alqueva.

Luta acesa em empresas e sectores

Por salários justos

O Conselho Nacional da CGTP foi convocado para analisar ontem a situação político-sindical, designadamente no plano da acção reivindicativa, quando ocorrem diversas lutas por melhores salários.

Mais de 90 por cento dos pescadores do arrasto costeiro aderiram ao primeiro de quatro fins-de-semana de greve, convocados pela Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca para forçar os armadores a retomarem as negociações da revisão salarial.

António Macedo revelou sábado à Lusa que só 40 das 500 embarcações pesqueiras de arrasto estavam em actividade. O dirigente da estrutura sindical da CGTP no sector acusou a Associação de Armadores de Pesca Industrial de tentar minar a greve, substituindo ilegalmente pescadores

que aderiram à greve e protelando o regresso de barcos de Espanha a Portugal para impedir os tripulantes de participarem na paralisação.

As pressões e intimidações não evitam elevados níveis de adesão às lutas

Nas negociações do contrato colectivo de trabalho, interrompidas pela ADAPI desde o princípio deste ano, os sindicatos exigem aumentos de 50 euros (dez contos) na soldada fixa, de 125 euros (25 contos) nos subsídios de férias e Natal, e de 30 euros (seis contos) no prémio de pesca intensiva. Os pescadores portugueses, salienta a federação, não vêm os salários actualizados há dois anos e

ganham, em média, menos três ou quatro vezes que os dos restantes países da UE.

De ontem até 1 de Março vão ocorrer greves em várias empresas de transporte rodoviário, anunciou sexta-feira a Festru/CGTP. Depois da TST, durante todo o dia de quarta-feira, pára hoje a Carris, das 9 às 13 horas, período em que os cerca de 4 mil trabalhadores vão participar em plenários descentralizados. Na Transportes do Sul do Tejo, os trabalhadores não aceitam a imposição de aumentos de 3,5 por cento nem os salários tenham sido nivelados por baixo, após a fusão das empresas que originaram a TST. Na Carris a proposta da administração situa-se nos 2,75 por cento. Em ambos os casos, a Festru exige 6 por cento.

Para dia 28 está prevista uma greve de 24 horas na Eva (Algarve). Aqui a empresa quer aplicar 2,8 por cento aos cerca de 600 trabalhadores,

que exigem também melhores condições de trabalho e respeito pelos seus direitos. A 1 de Março entram em greve os trabalhadores da Caima (Aveiro) e das Rodoviárias da Beira Litoral (Coimbra) e Entre-Douro-e-Minho (Braga), todas do mesmo grupo, com cerca de 1500 trabalhadores, que recebem frequentemente os salários com atraso.

O Sindicato da Hotelaria do Sul convocou uma greve de 24 horas para hoje, nos hotéis Ritz e Estoril-Sol, reclamando resposta patronal aos cadernos reivindicativos dos trabalhadores.

Desde anteontem até final do mês, os trabalhadores da Paracélsia paralisam uma hora por dia; nesta primeira semana, a hora de greve é seguida de uma hora de plenários, revelou o Sinorquifa. O aumento salarial mínimo exigido é de 30 euros (seis contos).

Greve nas pousadas

Cerca de 90 por cento dos 1200 trabalhadores da Enatur Pousadas de Portugal aderiram à greve de dia 13, contra a reestruturação que prevê a redução do pessoal e a privatização das pousadas regionais. A greve de 24 horas obrigou, segundo disse à Lusa o presidente do Sindicato da Hotelaria do Norte, ao encerramento de pelo menos 15 pousadas, ficando as restantes muito diminuídas nas suas capacidades de atendimento ao público.

A paralisação deriva do facto de a Enatur ter em desenvolvimento um plano de reestruturação que prevê, numa primeira fase, a venda de pousadas regionais e a diminuição do número de trabalhadores por pousada e, numa segunda fase, a privatização de toda a empresa, afirmou Francisco Figueiredo. O mesmo dirigente acusou os

administradores de incompetência, porque a «fraca taxa de ocupação das pousadas» resulta do facto de a direcção da empresa «não saber vender o produto turístico».

Para os representantes sindicais, a preservação do património, com as pousadas históricas, não pode ser feita à custa dos baixos salários e da diminuição do número de

trabalhadores. A greve foi também desencadeada porque a empresa ainda não apresentou aos trabalhadores uma proposta de aumentos salariais para 2002.



Durante a paralisação a Fesah/CGTP e os trabalhadores realizaram uma concentração junto à sede da empresa, em Lisboa

Em defesa da Molin

Na passada segunda-feira, dia 11, cerca de três dezenas de trabalhadores da Molin, acompanhados de dirigentes sindicais do Sinorquifa, foram recebidos no PCP, a seu pedido, por Honório Novo e Ilda Figueiredo, candidatos da CDU à Assembleia da República. Os trabalhadores manifestaram o seu agradecimento pelas várias intervenções do PCP, desde a primeira hora, em defesa dos seus interesses e da viabilização da empresa. Aproveitaram ainda a oportunidade para convidar os deputados a visitarem as instalações e contactarem com os trabalhadores, durante o dia de amanhã.

Foi solicitado a Ilda Figueiredo que, na sua qualidade de

membro da Assembleia Municipal de Gaia, apresentasse uma moção para impedir a alteração no PDM da utilização dos terrenos onde se situa a empresa e para conceder a isenção de taxas municipais às entidades eventualmente interessadas em continuar a actividade da Molin, desde que dêem garantia da manutenção dos direitos dos trabalhadores e salvaguarda dos postos de trabalho.

Honório Novo agradeceu a iniciativa – inserida numa série de deslocações que foram realizadas naquela data, assinalando os 7 meses de inactividade da Molin e levando o reconhecimento dos trabalhadores a várias entidades dos concelhos de

Gaia e Porto – e informou acerca da nova lei sobre os créditos aos trabalhadores, impulsionada pelo PCP, que coloca o pessoal da Molin desde já na posição de credores privilegiados. Apelou ainda a que cada trabalhador divulgue publicamente o valor da aprovação desta lei, mostrando o compromisso sério do PCP com a defesa dos interesses dos trabalhadores.

A Molin, recordou o Sinorquifa/CGTP, foi declarada falida a 11 de Julho. Os seus 165 funcionários estão a receber um subsídio de desemprego que, segundo o sindicato, é na generalidade dos casos inferior a 70 contos. A empresa facturava anualmente 1,7

milhões de contos, tinha mercado garantido e laborava no máximo da sua capacidade instalada, recordou ainda o Sinorquifa.

Petrogal

Num plenário com muito forte participação, os trabalhadores da Refinaria da Petrogal no Porto reafirmaram a sua oposição à desactivação desta unidade e aprovaram «iniciativas complementares à greve geral, a realizar a 1 de Março», informou a Comissão Central de Trabalhadores. No plenário, segunda-feira, foi exigida a demissão imediata da administração da empresa.

Bombardier

Na ex-Sorefame, os trabalhadores realizam hoje uma greve de duas horas, depois de, na terça-feira, terem igualmente paralisado por um período de duas horas, em defesa do Caderno Reivindicativo apresentado à administração da empresa. Num apelo dirigido aos seus companheiros de trabalho, a célula do PCP na Bombardier considera a proposta reivindicativa como «séria, realista e necessária», porque é baseada nas aspirações dos trabalhadores da empresa a verem aumentados os seus rendimentos e melhoradas as suas condições de vida e trabalho; porque se fundamenta numa análise à situação da empresa, à sua produção e às suas possibilidades e potencialidades; e porque «a política da empresa não pode assentar em baixos salários» que apenas conduzem «a uma crescente estagnação» e à inviabilização, em muitos casos, «do aumento de produtividade, do poder de compra dos trabalhadores e do fomento da economia nacional».

Leiria

Dirigentes metalúrgicos, entre os quais membros da comissão negociadora sindical, decidiram exigir na passada segunda-feira que sejam abandonados os objectivos patronais de suprimir direitos dos trabalhadores (em particular quanto a horários de trabalho e qualificação profissional) e de aplicar baixos aumentos salariais. Para tal, os sindicalistas foram bater à porta da Fornocerâmica e da Lubrigaz, em Leiria, empresas que integram órgãos de direcção da Anem e da Anegra.

Coimbra

Técnicos de serviço social do ex-Centro Regional de Segurança Social do Centro resolveram entrar na sexta-feira, dia 15, em greve pela sua integração na Função Pública, e deslocar-se a Lisboa, para entregarem um abaixo-assinado ao Primeiro-Ministro. Marli Antunes, do Sindicato da Função Pública do Centro, disse à Lusa que os técnicos naquela situação são cerca de uma centena e prestam serviço ao abrigo de um contrato administrativo de provimento, celebrado por tempo definido, mas sem vínculo efectivo aos quadros do Estado. A dirigente frisou que o sindicato não aceita que estes contratos sejam convertidos em contratos individuais de trabalho, que não são abrangidos pelo regime jurídico da Função Pública. Como os trabalhadores realizam, desde 1997, tarefas de permanente necessidade, o sindicato defende que devem ser integrados nos quadros nos locais em que desempenham a sua actividade. Marli Antunes estimou que existem em todo o País cerca de 700 daqueles técnicos, com contratos administrativos de provimento.

Fenprof alerta para incorrecções e caos previsível nos concursos para docentes

Mais polémicas em torno do ensino

As polémicas em torno do ensino e da escola fazem neste momento parte do nosso dia-a-dia. Neste momento estão em causa erros no aviso de abertura dos concursos para docentes.

O aviso de abertura do curso para docentes do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário aos quadros de

zona pedagógica, contém incorrecções, denuncia o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

Uma situação que gerou grande confusão «entre os docentes que, por concurso, se encontram vinculados ao quadro de zona pedagógica coincidente com o CAE de Lisboa que engloba os concelhos de Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira,

Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra», como assinala o SPGL. O aviso de abertura do concurso está incorrecto e é contraditório e o Ministério da Educação (ME) não clari-

fica a forma de transição dos docentes para os novos quadros em que o quadro de Lisboa foi dividido.

A FPCCR pretende que as colectividades dêem hoje ao país, relativamente à sociedade de informação, um contributo tão importante como deram há um século na alfabetização

que surge na sequência do balanço feito sobre a última pausa escolar – as férias do Carnaval.

A Conpaf defende que as escolas deverão assumir um

papel diferente e estar abertas durante um período mais alargado, «até porque têm condições físicas para oferecer uma componente social». E nesse sentido propõe-se reunir todos os parceiros para reflectir sobre um novo calendário.

«2001 Associações»

Levar os benefícios das tecnologias da informação e das comunicações a estratos sociais que correm o risco de não serem tocados pelo progresso, é o objectivo do projecto «2001 Associações». Uma iniciativa da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR), que conta com apoios comunitários e do Estado.

O projecto prevê a utilização generalizada das tecnologias de informação e comunicação na actividade das colectividades, a criação de espaços públicos de acesso à Internet, com formação básica acompanhada por monitores e animadores, a criação



O papel da escola está uma vez mais em debate

de um portal das colectividades e a elaboração de um programa de gestão e contabilidade para as colectividades.

As 51 colectividades até à data abrangidas pelo projecto piloto situam-se em 51 freguesias em risco potencial de info-exclusão, pois este é um projecto de interioridade, que só funciona no interior, fora das sedes de concelho.

Com este projecto, a FPCCR pretende que as colectividades dêem hoje ao país, relativamente à sociedade de informação, um contributo tão importante como deram há um século na alfabetização e como dão hoje em dia ao proporcionarem actividades desportivas e culturais a milhares de portugueses que não têm fácil acesso a essas práticas.

As colectividades abrangidas pelo projecto da info-alfabetização situam-se em freguesias dos concelhos de Abrantes, Tomar, Torres Novas, Ourém, Covilhã, Fundão, Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Nisa, Gavião, Ponte de Sor, Montemor-o-Novo, Mora, Arraiolos, Estremoz, Borba e Coruche.

• Diogo Bastos

Quem se expõe ao perigo procura a sua perda

Apanhando a boleia do disparate com dolo cometido pelo PSD ao reduzir para 4 meses o tempo de SMO (serviço militar obrigatório), o PS, versão Veiga Simão, quis rever a Lei do Serviço Militar ignorando os alertas vários colocados pelo PCP e por diversas estruturas e personalidades, desde logo militares, quanto às implicações dessa medida.

A situação actual é a de nem haver SMO nem haver um real regime de contrato e voluntariado, de os jovens que entram via SMO verem o seu tempo de serviço aumentado, enfim, a granel. Acresce, que grande parte dos que entram para o contrato são oriundos do SMO. Portanto, se o eliminam crescem os problemas de pessoal. Este é, sinteticamente, o flash da situação existente. Parafrazeando Molière dir-se-á que «a uma política sem princípios corresponde um planeamento falseado».

Mas o que se passa com os voluntários e contratados? Vejamos um caso recente. A flutuação dos ordenados tipo valores da bolsa é significativa! Eis as tabelas de vencimentos apresentadas respectivamente em 1 de Junho, 7 e 27 de Novembro de 2001, para segundo grumete (2GR RC), primeiro grumete (1GR RC) e segundo Marinheiro (2MAR RC):

Posto	1 de Junho	7 Novembro	27 Novembro
2GR RC	110.175\$00	111.575\$00	68.100\$00
1GR RC	122.475\$00	123.275\$00	73.000\$00
2MAR RC	128.575\$00	128.975\$00	78.100\$00

Qual a razão que explica tais diferenças? Poderíamos avançar uma bem ao gosto do capitalismo dominante: é ao sabor do mecanismo automático da oferta e da procura. Dirá o leitor mais avisado que esta não serve... Bom, então talvez sirva a explicação das dificuldades financeiras com que se debatem as Forças Armadas. Também não convence inteiramente? Então é mistério. Mas o que realmente importa é que este

simplex exemplo ilustra o estado a que as coisas chegaram; ilustra o mal-estar que percorre estes militares; ilustra que entre discursos e a realidade vai uma enorme distância. E este é um simples exemplo do quotidiano. É por isso que não se pode deixar de ficar espantado, quando alguém resolve introduzir no discurso reflexões sobre se o Chefe do Estado-Maior General deve ter ou não o comando completo, ou se o Presidente da República deve ter ou não mais poderes, ou se deve ou não existir um estado de crise, ou... Apetece dizer: Alto! Em que planeta andais? Acham mesmo que esses são os urgentes problemas das FFAA? Ou ouviram isso algures lá fora numa das muitas viagens que tendes feito a outros planetas?

Bom, mas gostaríamos também de saber onde está o contrato modelo e a jura solene e quem já celebrou tal contrato; ou quem já mereceu entrada em concurso interno da função pública; ou quem é que já recebeu o subsídio de reintegração; ou quem já entrou na Universidade pelo modelo estabelecido; ou onde estão as unidades de reintegração na vida activa (civil), e poderíamos continuar. É por isso uma completa demagogia e irresponsabilidade continuar a insistir na eliminação do

SMO em 2004 como faz o PS e o PSD. E daqui se afirma que se forem por aí, só com a implementação de uma política de «quero, posso e mando», trucidando direitos, flexibilizando ainda mais as funções dos militares dos QP, agravando a situação existente nas Forças Armadas e tratando estes militares como mão-de-obra barata. Portugal perde! Mas não é isso que tem vindo a suceder com a política do centrão?

• Sérgio Ribeiro

Fala de um avô (que ainda não sou) a um neto (que ainda não tenho)

Avô, por que é que trabalhaste tanto para ter uma reforma tão baixa?

Antes de dar a resposta, o avô deveria dizer ao neto que a frase está cheia de equívocos e mal construída (e mal intencionada).

Para começar, o avô não trabalhou tanto (se tanto foi) para ter uma reforma. O avô trabalhou porque, no tempo em que o avô tinha a idade que o neto tem hoje, havia a ideia de que, quem tivesse pais (ou avós) que pudessem pagar os estudos, estudava até acabar os estudos e começar a trabalhar, e que, quem não tivesse pais (ou avós) que pudessem pagar os estudos, começava logo a trabalhar, até porque... havia muitas bocas para sustentar e era preciso que todos ajudassem.

Aliás, isso das reformas, no tempo em que os avós tinham a idade que têm hoje os netos, e até quando começaram a trabalhar, ainda não existia como existe hoje. Ainda não tinha havido essa coisa que foi 25 de Abril de 1974!

Esclarecido o neto de que o avô não trabalhou tanto (se tanto foi) para ter uma reforma, faria (esse avô... que posso ser eu, uma vez que para tal tenho idade que chegue) a apologia do trabalho, tão precisa neste tempo que vivemos e em que de tal modo o trabalho foi aviltado, com a omnipresente ideologia individualista e exploradora dos outros que faz com que se diga (e aceite!) que só trabalha quem mais nada saiba fazer.

Assim, o avô podia (deveria) ainda dizer mais qualquer coisa sobre o trabalho e a razão porque se trabalha. Podia dizer esse avô (ou digo-o eu, que é o mesmo) que o trabalho é um acto libertador, que é pelo e no trabalho que o homem e a mulher se realizam, que o que é grave é que vivamos

numa organização de sociedade em que trabalhar é um sacrifício porque se identifica trabalho com venda da força de trabalho a quem explora o trabalhador e em que não é considerado trabalho aquilo se faz com gosto e para os outros. Quando isto – fazer, criar, agir, transformar com gosto e para os outros – é que é mesmo o trabalho.

Feito este intróito, o avô poderia (ou deveria) passar a explicar ao neto porque é que a sua reforma é tão pequena, depois de dizer que a reforma é um direito seu por tanto ter trabalhado, direito que conquistou porque ele e outros o conquistaram após duras lutas. Pelo que, acrescentaria, a pergunta até seria aceitável se tivesse uma outra ordem na formulação:

Avô, por que é que a tua reforma é tão pequena quando tu trabalhaste tanto?

E então o avô responderia:

Olha, meu neto, é porque os governos que temos tido há mais de vinte anos (Aliança Democrática – PSD e PP –, Bloco Central – PS e PSD –, PSD – de 1985 a 1995 – e PS desde 1995), acham que não temos direito a mais e sempre impediram que fossem aprovadas propostas que o PCP não se cansou de fazer – e não se cansará – para que as reformas sejam melhores que aquilo que são. Como um direito e não como qualquer coisa que podem comprar os que tiverem dinheiro para isso.

Então o avô (agora sou mesmo eu que o digo, embora avô não seja, apesar da idade para o ser) diria ao neto:

É por isso que, além de achar indecente essa publicidade «abrasileirada», sempre votei PCP, sou candidato à Assembleia da República e vou votar CDU!

E gostaria muito de ouvir o meu neto (que ainda não tenho!) dizer:

Que pena não poder votar, avô!



Uma das maiores manifestações de sempre contra a co-incineração no Outão

Centenas de pessoas manifestam-se Não à co-incineração na Arrábida

Centenas de pessoas participaram numa das maiores manifestações contra a co-incineração no Outão, em pleno Parque Natural da Arrábida. Uma acção convocada pelo Movimento de Cidadãos pela Arrábida, Câmara de Setúbal e Quercus, poucas horas antes do início dos testes com queima de resíduos perigosos.

O protesto contra os testes com resíduos perigosos na Sécil juntou centenas de moradores da zona, os presidentes das Câmaras Municipais de Setúbal, Palmela e Moita, representantes de diversas associações e dirigentes e candidatos do PCP, Bloco de Esquerda e «Os Verdes».

Em causa está, como denuncia o Movimento de Cidadãos pela Arrábida, «a ausência de criação, por parte do Governo, da anunciada Comissão de Acompanhamento para os testes a realizar na Sécil, a não realização dos necessários estudos epidemiológicos à população, a fim de avaliar os impactos da queima de resíduos na saúde pública e o procedimento condenável de fazer crer à opinião pública de que a co-incineração é a única forma de eliminar os resíduos perigosos, fazendo tábua rasa de outros processos ambientalmente menos nocivos para a saúde pública».

Esta manifestação insere-se num movimento de protesto que inclui outras iniciativas. Estão em curso diversas acções jurídicas patrocinadas pelo Movimento de Cidadãos pela Arrábida. A Quercus deverá entregar, ao Tribunal de Setúbal, uma providência cautelar.

«Os Verdes» solicitaram a presença, com carácter de urgência, do ministro do Ambiente no Parlamento, esta quarta-feira, dia em que reúne

a Comissão Permanente da Assembleia da República.

Lucros e críticas

Não se pode pensar no desenvolvimento sustentado da península, instalando num parque natural um sistema de queima de lixos tóxicos e perigosos

Os primeiros resíduos industriais perigosos entraram na cimenteira de Outão, Setúbal, pela primeira vez, no início da tarde de dia 18. Em Souselas, Coimbra, os testes estão marcados para 18 de Março.

Um primeiro passo — testar a capacidade mecânica do forno que está previsto fazer a co-incineração — num processo em que se cruzam produção de cimento e queima de resíduos perigosos. Os resíduos perigosos serão introduzidos directamente no fornos da cimenteira juntamente com as matérias-primas usadas para produzir cimento e ambos os materiais são queimados durante sete segundos a uma temperatura de 2500 graus.

Para as cimenteiras, a grande vantagem de queimar resíduos industriais perigosos é económica, já que é uma forma financeiramente mais rentável de obter combustível. É de lucros que se trata, portanto.

E para as populações, quais serão as consequências? Porque os protestos? Como se avança com o processo desde o início recebido com forte contestação dos ambientalistas e populares?

Na fundamentação do pedido para que o ministro do Ambiente comparecesse no

Parlamento, «Os Verdes» sublinham factos como a Lei da Assembleia da República não estar a ser cumprida no que se refere ao sistema de gestão e tratamento de resíduos industriais, e não existirem estudos epidemiológicos às populações de Souselas e Outão, nem comissões de acompanhamento no local do processo de queima de resíduos nas cimenteiras. E frisam que «todo este processo tem revelado uma grande desonestidade por parte do Governo, não só para o Parlamento, mas fundamentalmente para com a população portuguesa e para com a população de Setúbal e Coimbra, em particular».

Para o presidente da Câmara de Setúbal, «a co-incineração constitui uma forte ameaça ao ambiente e às espécies naturais do Parque Natural da Arrábida e da Reserva Natural do Estuário do Sado». O autarca comunista salienta que «não se pode pensar no desenvolvimento sustentado da península, instalando num parque natural um sistema de queima de lixos tóxicos e perigosos».

O dirigente da Quercus, Francisco Ferreira chama a atenção para a falibilidade dos testes em curso, uma vez que são utilizados resíduos relativamente inócuos e todos os materiais estão no máximo da afinação, o que não é o que acontece no dia-a-dia, e lembra ainda que não há monitorização ambiental da envolvente.

O representante da Quercus considera também que o Governo não cumpre a legislação aprovada na Assembleia da República e argumenta que «se houvesse uma política de redução, haveria apenas três ou quatro mil toneladas para queimar, enquanto o Governo fala em co-incinerar 80 mil toneladas».

Um processo em que uma vez mais se evidencia o fosso entre o interesse do lucro e a defesa do ambiente e os direitos das populações.

Três instantes

• José Brinquete

Visão premonitória. Karl Marx, em carta ao seu amigo

Kugrilmann a propósito dos meios de comunicação da altura, escreve o seguinte: «Até hoje pensava-se que a formação dos mitos cristãos durante o império romano só havia sido possível porque a imprensa ainda não havia sido inventada. Hoje a imprensa e o telégrafo, que difundem os seus inventos por todo o universo num abrir e fechar de olhos, fabricam em um só dia mais mitos do que se criavam antes em um século.» Marx morreu em 1883, estas palavras foram escritas duas décadas antes, praticamente na infância dos meios de comunicação de massas. Mais tarde surgiram o telefone, a rádio, a televisão, o satélite, a internet, etc. Sem dúvida que este ponto de vista era, há 150 anos, já uma lúcida preocupação do perigo da utilização negativa que pode ser feita das descobertas da revolução técnico-científica. Marx, estava certamente longe de imaginar que esta sua análise viria a conformar-se, de forma ainda mais flagrante, nos dias que correm. Qualquer observador, minimamente atento, verificará que os actuais detentores dos grandes meios de comunicação social e os seus serventários mais devotados utilizam, conscientemente e sem quaisquer escrúpulos, os jornais, as rádios e as televisões para perpetuarem os seus interesses de classe. Como há 150 anos, tudo depende de quem detém os meios de produção...

Era mas não sabia que era! Em conversa com um amigo de alguns anos, pessoa que sempre tem votado nos partidos da social-democracia (PSD e PS), aconteceu uma coisa inesperada. A nossa conversa versava os problemas do distrito de Bragança, espalhando-se por assuntos como a inexistência de acessibilidades, o abandono e definhamento da agricultura, a falta de assistência médica, a desertificação humana do território com o abandono das populações sobretudo mais activas (jovens e trabalhadores), etc. Num determinado momento, o meu amigo diz-me: «O que é necessário é uma nova política, um governo que olhe mais para o interior, que defenda os agricultores das produções agrícolas estrangeiras, que considere o país como um todo».

e não como até agora: só o litoral é que conta.» Perante este conjunto de afirmações, com as quais comungo, disse-lhe: «Ouve lá! Tu a falares assim, falas como um comunista!» Ao que ele me respondeu: —«tu sabes bem que eu não sou comunista». Ainda não tinha terminado a sua frase quando lhe respondi: «Tu és comunista, só que não sabes.» A conversa demorou mais um pouco até que nos despedimos, prometendo voltar a falar no assunto. Alguns dias depois, o meu amigo telefonou-me muito entusiasmado, dizendo-me que não lhe saía da cabeça aquilo que eu lhe tinha dito e que começa a acreditar que o mais certo era ser comunista, pelo menos na maneira de ver algumas coisas...

Deitar sementes à terra. A pré-campanha eleitoral já começou por todo o país, incluindo no Nordeste Transmontano. A CDU, em Bragança teve uma ideia original, que consiste em oferecer pacotes de 10 gramas de couve penca, alface, salsa e flores, no contacto que irá ter com as populações. Iniciativa com que se pretende homenagear a agricultura e os agricultores da região.

De facto, os candidatos da CDU consideram que o Nordeste Transmontano e as seus gentes têm valores e potencialidades para vencer o atraso e transformar o distrito de Bragança numa terra de e com futuro. Sabem dos seus recursos e sobretudo acreditam na sua maior riqueza: os homens, mulheres e jovens que aqui vivem, estudam e trabalham, assim como na sua capacidade de inovar e criar. Rejeitam o miserabilismo das políticas que têm sido implementadas pelo PS e pelo PSD. Acreditam no futuro alicerçado no seu património histórico, cultural, natural e ambiental.

Assumem a sua ruralidade e acreditam nela como um instrumento de criação de riqueza e desenvolvimento.

Querem assumir a ruptura da interioridade, a ruptura com o atraso. Só possível com a implementação de políticas descentralizadoras e solidárias, que transfiram para o distrito competências e verbas, alterem as assimetrias existentes e estanquem a desertificação humana. Sendo a CDU um amplo espaço partilhado por milhares de cidadãos, com e sem filiação partidária, que defendem com convicção e alegria os valores da solidariedade, da justiça social, da inovação, do progresso, da democracia e da liberdade, no dia 17 de Março a grande novidade será votar na CDU. Rejeitando fazer promessas, apresentam aquilo a que chamam compromissos eleitorais. Comprometendo-se, por último, a manter uma ligação permanente às populações e a estabelecer encontros regulares com as instituições económicas, sociais, culturais e ambientais do Distrito de Bragança, sendo portavozes dos seus anseios e reivindicações. Nas próximas eleições todos os votos contam para reforçar a CDU. Acresce que, no círculo eleitoral de Bragança, votar CDU também será apostar numa voz própria na Assembleia da República.

**OUTRA
POLÍTICA?**

**Só com
a CDU
mais
forte!**





Os três tenores

• Pedro Guerreiro

No início da actual campanha eleitoral para a Assembleia da Republica (AR), somos mais uma vez confrontados com a tentativa de mistificação e branqueamento das convergências em questões fundamentais entre o PS, o PSD e o PP e das suas profundas responsabilidades quanto à difícil situação social e económica do País. Tentativa de mistificação protagonizada pelos responsáveis destas forças políticas, com a activa colaboração de inúmeros «comentadores» e de alguns órgãos de comunicação social, o que não impede que por vezes sejamos surpreendidos... Vem esta prosa a propósito da clareza de um título de notícia que afirma «Manifesto «une» partidos»⁽¹⁾. Aguçada a curiosidade, logo se pode ler, «... Manifesto de nove reputados economistas... motivou uma curiosa (?) e rara (?) sintonia entre os líderes do PS, PSD e CDS/PP...»⁽²⁾ - os pontos de interrogação acrescentei-os eu. E mais à frente podemos saber que Ferro Rodrigues «considera que as... recomendações (dos economistas) correspondem «exactamente às prioridades do PS», nomeadamente no objectivo de atingir o défice zero em 2004», que Durão Barroso «sublinhou que as propostas preconizadas «fazem parte do programa de Governo» que o PSD vai levar às eleições» e que Paulo Portas fez «questão de referir que «no essencial» (o Manifesto) coincide com as propostas» que já apresentou. E que recomendações, prioridades e propostas são estas? Um grupo de economistas (da área do PSD e do PS, alguns dos quais com responsabilidades governativas anteriores) partindo da sua avaliação da situação das finanças públicas - acrescente-se, resultante da política de direita - avança com um conjunto de propostas, sendo que algumas das quais vão no sentido de aumentar a transparência e fiscalização da utilização dos bens públicos (devendo salientar-se que estas não foram aplicadas ou foram rejeitadas pelo PSD ou pelo PS quando no governo), mas que no essencial, reafirmam e aprofundam linhas fundamentais da política de direita, como o cumprimento estrito do Pacto de Estabilidade, a moderação salarial ou a modificação da legislação laboral na função pública, assim como a tentativa de fazer crer que os problemas do país se reduzem às «despesas» públicas.

A memória

Sobre o contínuo aprofundamento das disparidades entre os mais ricos e os mais pobres, sobre a injusta repartição da riqueza produzida no nosso País, não ouvimos nós palavra. Sobre as isenções fiscais ao grande capital, nomeadamente ao financeiro, que vê os seus lucros crescerem de ano para ano, o silêncio. Sobre o facto dos trabalhadores

portugueses terem os salários mais baixos e um dos menores poder de compra da União Europeia (UE), não é importante. Sobre o facto de Portugal ser um dos países da UE que menos investe na protecção social por habitante e que menor percentagem do produto interno bruto investe na protecção social, apenas um pomenor.

Para promover a continuação da mesma política de direita procura-se apagar da memória e fazer crer que a actual situação económica e social do País não tem causas nem responsáveis. Como se esta não fosse resultado de uma política que se caracterizou pela promoção da destruição e debilitação do aparelho produtivo nacional, pela abdicação da defesa dos interesses nacionais, nomeadamente no quadro da UE, que levou à dependência externa do nosso País. Uma política que promoveu a privatização do sector público e a contínua degradação dos serviços públicos, alavancas estratégicas e essenciais para uma política de desenvolvimento do nosso País que dê resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações. Como se ao longo dos últimos 25 anos não tivessem estado no governo ora PS/CDS, ora PSD/CDS, ora PS/PSD, ora PSD, ora PS.

Por uma política de esquerda

PS, PSD e PP propõem no essencial a prossecução da política de direita, que aponta, entre muitos exemplos, para a continuação da minimização das funções sociais do Estado, para a diminuição do papel do orçamento de Estado na redistribuição da riqueza nacional, para a continuação da pressão sobre os salários e os direitos dos trabalhadores (precarização do trabalho, carreiras, negociação colectiva) nomeadamente da função pública. Parecendo três tenores, que interpretam uma mesma peça musical, Durão Barroso, Ferro Rodrigues e Paulo Portas procuram, cada um, ser aquele que - com um ou outro aspecto que os diferencie, nomeadamente quanto à explicitação e ao alcance de algumas medidas - interpreta melhor a política de direita, que dá resposta às prioridades e aos interesses do grande capital. Pelo que temos uma exigente campanha de esclarecimento pela frente, de contacto com os trabalhadores e outras camadas da população, uma campanha que denuncie a política de direita e os seus executantes, uma campanha que divulgue a nossa análise e posições políticas e as propostas inscritas no programa para a AR que ontem divulgámos, por uma política de esquerda!

⁽¹⁾ «DN» de 10.02.02

⁽²⁾ «Manifesto sobre as finanças públicas», «DN» de 9.02.02

Em ano de eleições, França e Alemanha «refreiam» ímpeto privatizador na UE

Serviço público dá votos

Face à aliança estratégica da Itália, Inglaterra e Espanha para acelerar o processo de privatizações na Europa, França e Alemanha mostram-se «cautelosas».

Em plena pré-campanha eleitoral, os governos da França e da Alemanha garantem que vão defender na próxima cimeira de Barcelona, marcada para Março, o modelo de serviço público, apresentando-se assim como opositores inesperados à orientação liberalizadora que tem dominado a economia dos Quinze.

As declarações dos dirigentes gauleses e germânicos vieram a propósito da aliança consumada entre Tony Blair, Silvio Berlusconi e José Maria Aznar para impulsionar a abertura de sectores-chaves como o da energia, gás ou dos transportes.

Esta aliança contra-natura não deixou de ser apontada ao trabalhista britânico que foi lesto a responder que «algumas das velhas distin-

ções entre direita e esquerda já não têm a validade que há 30 ou 40 anos».

Blair dá a mão a Berlusconi para reforçar orientação liberalizadora

Em conferência de imprensa realizada, na sexta-feira, em Roma, no final do encontro dos líderes britânico e italiano, Berlusconi terá mesmo aproveitado a «deixa» para assinalar que a política do seu governo, que classifica de centro-direita, «é absolutamente igual à dos trabalhistas ingleses». E é verdade que, na essência, é difícil detectar diferenças significativas.

Noutro registo, sublinhe-se pré-eleitoral, os governos francês e alemão, socialista e social-democrata, respectivamente, ambos da mesma família política em que se inclui o primeiro-ministro britânico, mostram-se incomodados com o debate sobre

as liberalizações. A França afirma-se contra o princípio da liberalização total em áreas com a da energia. Não se opõe, todavia, a uma abertura progressiva e controlada e recorre até aos exemplos desastrosos da liberalização eléctrica na Califórnia (leia-se a escandalosa falência da Enron) ou da privatização dos caminhos-de-ferro britânicos (cuja degradação já constitui uma ameaça à segurança pública).

Por esta nota afinou também o presidente francês. Partidário do mercado «mais coerente e dinâmico», Jacques Chirac afirmou no final de um encontro com o chanceler alemão Schroder, que ambos estão «extremamente comprometidos em que isso não ponha em causa o nosso modelo social europeu e o nosso modelo europeu em termos de serviços públicos, e do direito de todos os europeus a ter um serviço público que seja, simultaneamente, igual e o melhor possível»... Afinal a caça ao voto já passa pela defesa dos serviços públicos.

Europa admite extradição para EUA

Os ministros da Justiça dos Quinze concordaram em negociar o primeiro tratado de cooperação judicial entre a União Europeia e os Estados Unidos na luta contra o terrorismo e o crime organizado.

O «acordo político», alcançado sexta-feira passada em Santiago de Compostela, Espanha, prevê garantias para que não seja aplicada a pena de morte e que os indivíduos extraditados para os Estados Unidos tenham julgamentos justos.

Segundo Angel Acebes, o ministro da Justiça de Espanha, país que assegura a presidência rotativa da União Europeia, o tratado ou acordos que se firmarem com os Estados Unidos deverão ter em conta os limites, no qua-

dro do respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, consagrados nos ordenamentos jurídicos e constitucionais dos Estados-membros da UE, bem como as garantias processuais.

Acebes anunciou que a presidência espanhola vai meter imediatamente mãos à obra para poder apresentar, num dos próximos conselhos formais de ministros da Justiça e Interior da UE, o documento sobre o mandato da negociação.

O objectivo desta iniciativa é unificar as políticas da UE sobre cooperação jurídica internacional, no quadro das relações com os Estados Unidos.

O futuro tratado, havendo acordo, será pioneiro, pois as

relações diplomáticas, no âmbito da Justiça, têm sido até agora questão do foro dos Estados e fruto das relações bilaterais, pelo que esta seria «a primeira plataforma, com carácter judicial, concertada entre a UE e outro país», sublinhou Acebes.

Os ministros reunidos em Santiago de Compostela também deram o seu apoio ao plano espanhol contra a imigração ilegal. Este plano contempla cerca de vinte medidas relativas à política de vistos, troca de informações acerca de imigrantes irregulares, endurecimento do controlo fronteiriço, harmonização das medidas para repatriamento e a criação de uma base de dados única à escala europeia.

UE decide primeira operação militar

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE decidiram assumir a força da Polícia Internacional na Bósnia-Herzegovina. O acordo final foi obtido na reunião realizada na passada segunda-feira e inclui uma fórmula de financiamento baseada numa partilha dos custos entre o orçamento comunitário e os Estados membros.

Calcula-se que serão necessários 38 milhões de euros anuais para fazer frente

aos gastos da missão policial na Bósnia-Herzegovina, 17 dos quais destinados à alimentação dos soldados. Dez milhões serão retirados do orçamento comunitário e os restantes serão repartidos entre os países da UE em conformidade com o seu PIB (Produto Interno Bruto). Só para este ano, prevê-se serem necessários 14 milhões de euros para investimentos em equipamento.

A UE assumirá esta operação a partir de 1 de Janeiro

de 2003 por um período de três anos e a missão integrará 466 polícias, 67 especialistas civis e 289 contratados locais.

Trata-se da primeira operação militar assumida pelos Quinze no âmbito da nova política de Segurança e Defesa, apesar de neste caso se resumir a uma troca de capacetes e de financiamento, uma vez que os agentes actualmente estacionados na Bósnia já são maioritariamente europeus.

Quinze congelam iniciativa de paz

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze falharam, na segunda-feira, a aprovação de uma proposta europeia para um plano de paz no Médio Oriente. A proposta em discussão previa o estabelecimento a curto prazo de um Estado palestino como medida prévia à negociação sobre os estatuto final que determinará as fronteiras. No entanto, as divergências apresentadas pela Alemanha, que defendeu um referendo nos territórios palestinos sobre o fim da violência, pela Grã-Bretanha, que foi quem mais insistiu no cessar fogo como condição prévia a qualquer iniciativa política, e pela Holanda que se juntou ao coro afirmando que a situação não está madura para apresentar iniciativa, obrigaram os Quinze a fazer marcha atrás.

UE paga mal atum são-tomense

O ministro da Economia de S. Tomé e Príncipe, Júlio Silva, contestou na passada semana o acordo de pescas que o arquipélago tem com a União Europeia, considerando «ridículo» o valor pago por uma tonelada de atum pescado nas águas do arquipélago. Esta posição foi tomada no final da cerimónia da renovação da assinatura do acordo bilateral, orçado em 2,2 milhões de euros (cerca de 440 mil contos), que permite o acesso de embarcações europeias às águas são-tomenses para pesca de atum e caranguejo, durante três anos. Perante os representantes da União Europeia para o sector das pescas, Júlio Silva afirmou que o acordo precisa ser revisto, devido ao baixo valor da contrapartida financeira. «É ridículo vender uma tonelada de atum por 75 euros (cerca de 15 contos)», disse. Os responsáveis da UE reconheceram a proposta legítima admitindo que poderá ser analisada.

Relatório causa incómodo

O relatório da Comissão Europeia que aponta graves irregularidades em matadouros portugueses despertou nos industriais do sector novos receios de uma possível contracção no consumo. E o caso dá que pensar. A fiscalização detectou várias deficiências na inspecção e controlo sanitário de matadouros de suínos e propriedades pecuárias, tendo já dado origem ao encerramento de duas instalações de abate. Num deles, segundo o relatório, os trabalhadores lavavam os aventais directamente nas bancas de trabalho, junto de pedaços de carne desprotegida. Num outro matadouro, os vestírios encontravam-se «imundos» e com mau cheiro, os esterilizadores não funcionavam à temperatura correcta e alguns equipamentos não podiam ser desinfectados.



O novo ataque dos EUA ao Iraque para derrubar Sadam Hussein conta com a oposição declarada da própria Comissão Europeia

Europa demarca-se da política de Bush

«Eixo do mal» é uma ficção

A arrogância da administração Bush e o desprezo que mostra pelos seus aliados europeus estão aos poucos a desfazer o capital de simpatia ganho na sequência dos atentados de 11 de Setembro.

O discurso de George W. Bush sobre o «eixo do mal», em 29 de Janeiro, e os receios de que os Estados Unidos desencadeiem novos ataques contra o Iraque fizeram estalar o verniz diplomático que fez brilhar as relações entre a Europa e os EUA nos últimos meses.

Depois de vários ministros dos Estrangeiros se terem claramente demarcado das intenções norte-americanas, na sexta-feira passada, foi a vez da própria Comissão Europeia, através do comissário das Relações Exteriores, o britânico Chris Patten, vir a público manifestar a sua firme oposição às ameaças dos EUA de atacar o chamado «eixo do mal», onde incluem

o Iraque, Irão e a Coreia do Norte, com intervenções militares unilaterais.

Dias antes, o diário britânico, «The Guardian», citando fontes americanas, dava como certo que «o Pentágono e a CIA já haviam iniciado a preparação de um ataque contra o Iraque envolvendo até 200 mil homens, com o objectivo de derrubar Sadam Hussein».

Em artigo publicado no «Financial Times», o comissário europeu reagiu e pediu ao presidente Bush que abandone «certas tendências instintivas perigosas», como o unilateralismo e que utilize a sua liderança para «promover» a cooperação internacional. «A lição do 11 de Setem-

bro é que necessitamos da liderança norte-americana e da cooperação internacional. É do interesse do mundo como o é da próprio interesse da maior potência que a liderança se exerça em conjunto», escreveu Patten.

O comissário acrescenta que o êxito «assombroso e inesperadamente rápido da campanha militar no Afeganistão», revelador da capacidade norte-americana, terá «reforçado certas tendências instintivas perigosas». Entre estas estão ideias como a de que «a projecção militar é a única forma de garantir uma verdadeira segurança, que os EUA só podem contar consigo próprios», podendo mesmo dispensar os aliados se for necessário.

Surpresa e rejeição

Os rumores de que os EUA estavam a preparar um ataque ao Iraque surpreenderam o ministro britânico da Defesa, não pelo facto de existi-

rem planos nesse sentido, mas por «o Reino Unido não ter sido consultado previamente».

Posição mais clara manifestou o ministro francês da defesa, Alain Richard, ao afirmar que «não só o embargo que afecta a população não é uma boa solução como não seria uma ofensiva militar» contra o Iraque.

Richard reafirmou a oposição da França e, disse, «de todos os europeus» à visão de Washington sobre o chamado «eixo do mal», que não reflecte a realidade «do que são as fontes de instabilidade e de perigo para o mundo».

Visivelmente irritados com estas reacções, os Estados Unidos não dão o braço a torcer. Pela voz do secretário de Estado, Colin Powell, qualificaram de incompreensíveis as posições europeias, afirmando que a sua política não mudou. Por outro lado, assegurou Powell, quando o presidente Bush decidir passar à acção fá-lo-á depois de «consultar os seus amigos e aliados».

Caso da EPPET vai a Estrasburgo

A deputada Ilda Figueiredo esteve na passada

semana na Escola Profissional Pública de Electrónica e Telecomunicações,

em Lisboa, onde se inteirou

das preocupações quanto ao futuro desta instituição.



Ilda Figueiredo encontrou-se com a direcção, professores e associações de pais e estudantes

A visita inseriu-se no quadro de uma exposição que a Associação de Pais da EPPET pretende fazer chegar às instâncias europeias em defesa da continuação do carácter público da Escola e garantia do seu financiamento, com vista a dar resposta às necessidades de formação profissional na área da electrónica e telecomunicações.

Ilda Figueiredo manifestou o seu apoio aos objectivos da Associação e comprometeu-se a defender no Parlamento Europeu esta experiência de escola pública numa área tão importante para a formação da juventude em novas tecnologias.

EUA violam Convenção Climática

O plano alternativo ao Protocolo de Quioto anunciado pelo presidente norte-americano, George W. Bush, prevê a emissão de gases causadores do efeito de estufa superiores em 36 por cento às definidas pelo protocolo, denunciou sexta-feira a Greenpeace Internacional.

«Nos termos do plano, as emissões de dióxido de carbono aumentarão ainda mais depressa do que nos últimos cinco anos e esta política não fará nada para ajudar a estabilizar as concentrações de gases a longo prazo», declarou Benedict Southworth, especialista em questões climáticas da organização ecologista.

O presidente dos Estados Unidos afirmou que o seu objectivo de limitação da progressão dos gases causadores do efeito de estufa é «comparável aos progressos médios exigidos aos países signatários do Protocolo de Quioto». «Uma grande ilusão», responde Steve Sawyer, igualmente especialista em questões climáticas da Greenpeace, recordando que o objectivo de redução de emissões do protocolo é feito em comparação com o nível de emissões de 1990, enquanto George W. Bush fala em uma redução relativa às emissões projectadas para 2012.

«Em vez de serem campeões da luta mundial contra os gases causadores do efeito de estufa, os EUA caminham na direcção exactamente oposta à seguida pelo resto da comunidade internacional no Protocolo de Quioto», considera a organização. O plano norte-americano nem procura mesmo estabilizar as emissões e viola assim as obrigações assumidas pelos Estados Unidos enquanto parte da Convenção» do Rio de Janeiro sobre o clima, o acordo que precedeu Quioto, conclui a Greenpeace.

No mesmo dia, a comissária europeia do Ambiente, Margot Wallstrom, considerou também que as propostas de George W. Bush para substituir o protocolo de Quioto vão permitir «um aumento significativo das emissões» de gases que provocam o efeito de estufa.

«Parece que as propostas do presidente Bush não vão conduzir a uma redução das emissões de gás para o efeito de estufa, mas sim permitir um aumento significativo. Põe-se ainda a questão de saber se os EUA serão capazes de respeitar os critérios requeridos pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas», afirma a comissária em comunicado.

Grupo Parlamentar do PCP presta contas

A esquerda

só com o contributo do PCP

A intervenção da bancada comunista ficará associado tudo o que de bom e de mais progressista foi produzido pelo Parlamento durante a VIII Legislatura. De positivo, entenda-se, para os trabalhadores, as populações e o País. Sendo esta realidade extensível aos mais variados domínios, foi-o sobretudo e de modo patente no reforço de direitos e em conquistas e avanços nas áreas do social e em matéria laboral.

Para essa característica distintiva da acção do PCP temos vindo a chamar a atenção do leitor, pondo em relevo, nomeadamente, o facto de lhe pertencer a liderança na apresentação de iniciativas legislativas e parlamentares, incluindo projectos de lei, com a singularidade adicional de ter sido, neste último plano, o partido que mais propostas, originariamente suas, viu serem materializadas em Leis da República. Fruto da sua profunda ligação ao povo, onde se situam as suas próprias raízes, que lhe moldam a identidade, desse labor temos vindo a falar nas últimas semanas. Para mostrar, concretamente, como a acção do PCP, em plena sintonia com as

aspirações populares, deu um contributo determinante para responder a questões e problemas que afectam o quotidiano dos portugueses.

Muitas outras sugestões e contributos ficaram, porém, infelizmente, pelo caminho. Várias foram as medidas positivas para enfrentar problemas e injustiças oriundas da bancada comunista que não encontraram eco ou esbarraram no sentido de voto negativo do PS, sozinho ou com o apoio do PSD e do CDS/PP.

Por sua exclusiva vontade e responsabilidade, várias foram as leis que o PS não quis. Medidas de política de esquerda que o PS adiou ou impediu. O que torna ainda mais chocante -

sabendo-se como se sabe que assim não foi -, afirmações como a que o seu líder actual, Ferro Rodrigues, proferiu, em entrevista ao «El País», na qual considera que «foi por causa dos comunistas» que o PS não levou a cabo uma política de esquerda e não modernizou o País. Uma afronta? Certamente. Uma falsidade? Em absoluto. Mas, acima de tudo, um dislate que em nada abona o seu autor, só explicável, convenhamos, por inadmissível distração ou por supremo exercício de hipocrisia. Como a seguir se demonstra, recordando algumas das que foram propostas concretas a que o PCP deu corpo sob a forma de projecto de lei e às quais o PS disse não.

As Leis que o PS não quis

Aumento do Salário Mínimo Nacional

(Projecto de lei N.º 1/VIII)

Primeiro projecto de lei apresentado pelo PCP na VIII Legislatura, correspondeu ao cumprimento dos compromissos por si assumidos na campanha eleitoral. Rejeitado, propunha um critério de aumento do Salário Mínimo Nacional centrado na taxa de inflação acrescido de, pelo menos, três pontos percentuais, procurando assim garantir-se a recuperação do poder de compra perdido e aproximar as remunerações dos trabalhadores portugueses da média da União Europeia.

Basta lembrar que no momento do debate do projecto de lei do PCP o salário mínimo nacional, em Portugal, era de 306 euros, em Espanha de 406 euros, na Grécia 458 euros, na Irlanda 958 euros, na França 1049 euros ou na Bélgica 1074 euros. Foi rejeitado com os votos contra do PS, PSD e CDS-PP.

Actualização das pensões degradadas da Função Pública

(Projecto de lei N.º 148/VIII)

Face ao escândalo do baixo valor das pensões dos trabalhadores da administração pública que se reformaram antes de 1 de Outubro de 1989 e da sua discriminação em relação àqueles que se aposentaram após aquela data, uma vez que não foram consideradas medidas de equiparação às novas estruturas de carreiras, o PCP propôs a actualização dessas pensões, abrangendo cerca de 40 000 aposentados, indexando-as à actualização dos vencimentos no activo com uma correcção extraordinária de modo a igualar progressivamente - 80% no primeiro ano e 100% no segundo ano de vigência da lei - os montantes daquelas pensões às daqueles que se aposentaram em data posterior à entrada em vigor do novo sistema retributivo. Calcula-se, aliás, que cerca

de 20% dos pensionistas aposentados antes do novo sistema retributivo recebam actualmente um valor médio de pensão inferior a metade do salário mínimo nacional e que metade dos 40 000 aposentados nestas condições não chegue ao salário mínimo nacional.

Revisão do regime jurídico da reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais

(Projecto de lei N.º 436/VIII)

A proposta do PCP garantia a actualização das pensões degradadas resultantes de acidentes de trabalho e que atingem em Portugal valores irrisórios, sobretudo em relação às mais antigas. O projecto comunista, para além da revalorização das pensões, preconizava o aumento do capital de remição e a melhoria de outras prestações.

As empresas seguradoras, que mantêm na sua tutela a reparação dos acidentes de trabalho, tiveram neste ramo de actividade uma das suas maiores taxas de rendibilidade. Os interesses das seguradoras são, assim, privilegiados em relação aos direitos dos seres humanos, no caso, aos direitos dos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho. Rejeitado com os votos contra do PS e a abstenção do PSD e CDS-PP.

Medidas de reestruturação fundiária na área de intervenção de Alqueva

(Projecto de lei N.º 383/VIII)

Face à importância estratégica deste investimento público, no valor de mais de 350 milhões de contos, impõem-se soluções que garantam a apropriação das mais-valias pela comunidade. Importa assegurar, por outro lado, o pleno aproveitamento das terras regadas com a criação de explorações de dimensão adequada, o que implica a democratização do acesso à terra por trabalhadores e agricultores. Para esse efeito, o projecto de lei do PCP

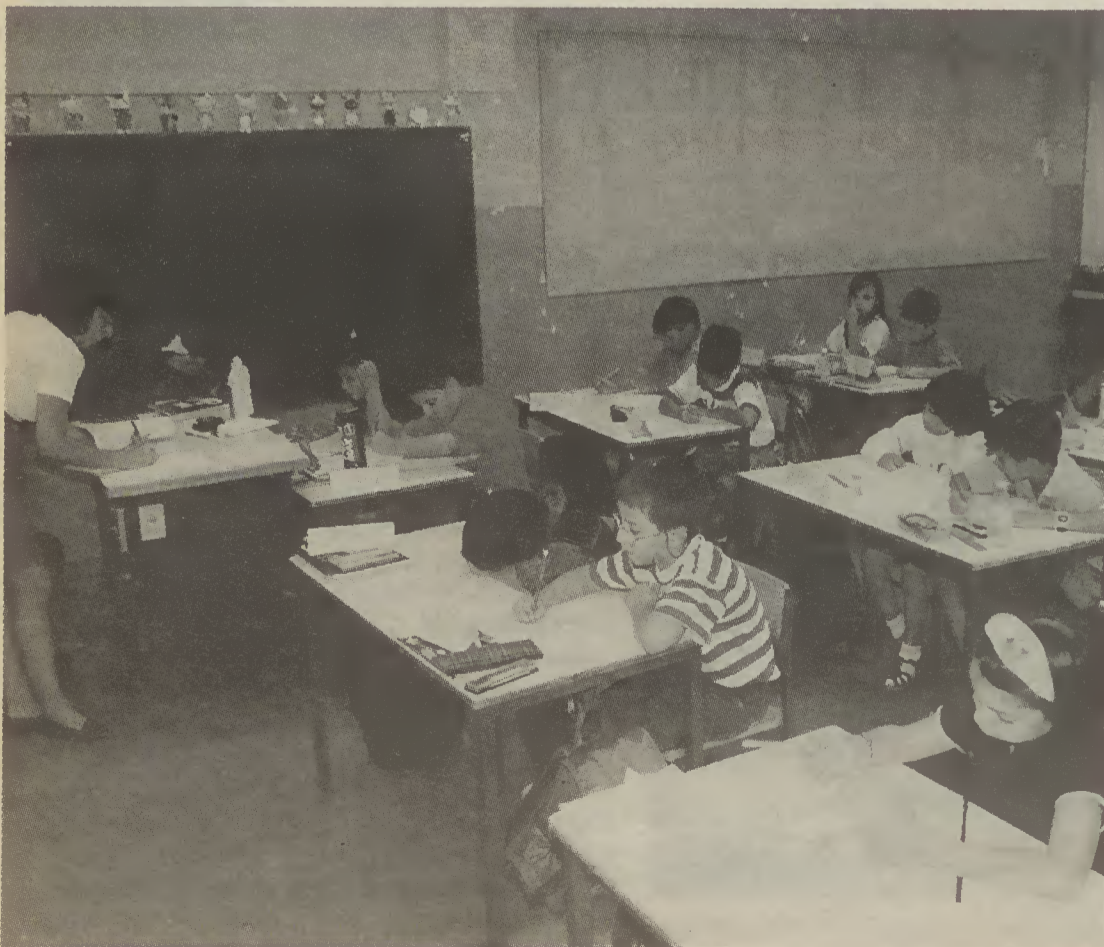
propunha a criação de um Banco de Terras constituído pelos prédios rústicos expropriados (com indemnização) por declaração de utilidade pública ou adquiridos pelo Estado acima de um limite de referência de 50 hectares. Esta iniciativa deu origem a uma petição assinada por mais de 46 000 cidadãos para evitar que Alqueva seja uma oportunidade perdida para o desenvolvimento do Alentejo e da agricultura. Rejeitado com os votos contra do PS, PSD e CDS-PP.

Criação dos Institutos Regionais

(Projecto de lei N.º 172/VIII)

O Projecto de Lei do PCP para a criar os Institutos Regionais (e que o PS chumbou) visava substituir as actuais Comissões de Coordenação Regional (CCR) por instituições que, muito embora continuassem a pertencer à estrutura desconcentrada da administração central e permanecessem sob a tutela directa ministerial, passavam a admitir acréscimos significativos de participação local. Os Institutos Regionais não eram (nem queriam ser) resposta à questão da regionalização, não queriam «à socapa» inverter o resultado negativo do referendo sobre a regionalização. Nada disso. Aliás, o PCP avisou desde logo que retomaria claramente o tema da regionalização quando o entendesse adequado. Os Institutos visavam apenas modificar as estruturas de gestão e acompanhamento das actuais CCRs, permitindo uma participação mais efectiva dos autarcas na definição e gestão das políticas e prioridades, criando simultaneamente fórmulas regulares de consulta e de reflexão para outras instituições de âmbito local e regional (universidades, parceiros sociais, entre outros). A mudança de nome (de CCR para IR) visava passar para a opinião pública o sinal da mudança da natureza da participação do poder local em instituições por onde continua a passar muito do investimento que se faz nos territórios municipais.

Garantir a gratuitidade dos manuais escolares é contribuir para a democratização do ensino e para elevar o sucesso escolar e educativo





Gratuidade dos manuais escolares

(Projecto de lei N.º 157/VIII)

As despesas com a frequência da escolaridade obrigatória têm um enorme peso nos orçamentos familiares. É frequente, nos meses de Setembro e Outubro, ouvirmos a tradução monetária deste peso. É o custo do início do ano lectivo, mesmo quando as opções de compra se reduzem, exclusivamente, à listagem dos manuais considerados indispensáveis.

A iniciativa legislativa do PCP, ao garantir a gratuidade dos manuais escolares para a frequência da escolaridade obrigatória, constitua mais um passo para a democratização do ensino, criando condições de promoção do sucesso escolar e educativo de todos os alunos, independentemente da origem sócio-económica e sócio-cultural das crianças e dos jovens, independentemente da região do país onde nasceram ou onde vivem.

A gratuidade dos livros escolares para toda a escolaridade obrigatória enquadra-se plenamente nos instrumentos legislativos que ordenam o nosso sistema educativo, quer o observemos no âmbito da Constituição da República Portuguesa, quer o analisemos de forma mais particular no texto da Lei de Bases.

O texto constitucional assegura que «todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar». E acrescenta que incumbe ao Estado «Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito». O projecto de lei da bancada comunista foi rejeitado com os votos contra do PS e a abstenção do PSD.

Lei Quadro do Ensino Superior

(Projecto de lei N.º 201/VIII)

O Projecto de Lei Quadro do Ensino Superior que o PCP apresentou e que foi rejeitado com os votos contra do PS, PSD e CDS-PP, resultou de uma ampla consulta realizada a diversos níveis. As propostas do PCP dirigiam-se às reais preocupações do Ensino Superior

e não ignoravam a grave situação vivida neste sector. A iniciativa legislativa comunista defendia que:

1. O sistema público de ensino superior deveria continuar a desempenhar um papel central neste sector do ensino, porque só deste modo se concretizará a democratização do acesso.

2. De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, o subsistema de ensino superior compreende uma componente universitária e outra politécnica. Esta diferenciação, sobretudo formal, tem sido causa de conflito de atribuições e de discriminação de recursos.

Considerado importante, na perspectiva do PCP, é o investimento na coerência da oferta de formações e a cobertura territorial deste subsistema. Daí a sua opção, materializada em proposta, pela integração dos actuais subsistemas que deveria proporcionar soluções organizativas diferenciadas, conteúdos científicos e modelos pedagógicos muito diversos e modalidades distintas de formação.

3. Também a gratuidade da formação inicial a nível superior, consagrada constitucionalmente e posta em causa pelo Governo do PS com o diploma das propinas, era assegurada no projecto do PCP.

4. Relativamente à responsabilidade financeira do Estado, questionada pelo PS na lei em vigor, a proposta ia no sentido de que o Orçamento do Estado assegurasse integralmente o funcionamento dos estabelecimentos públicos de ensino superior, através de uma fórmula que teria em consideração um conjunto de parâmetros que evitassem discriminações.

5. Os deputados comunistas propuseram igualmente que os regimes de acesso e ingresso fossem de aplicação universal, assegurando o Estado a eliminação do *numerus clausus*, criando condições para que as formações oferecidas assegurassem as aspirações e as necessidades dos jovens e do País.

6. Proposto foi ainda que a acção social escolar abrangesse toda a população escolar em formação inicial e também os estudantes em níveis de formação pré-graduada, garantindo a possibilidade de frequência deste subsistema.

7. O Grupo Parlamentar do PCP propôs também que cada estabelecimento de

ensino dispusesse de quadros próprios de docentes, investigadores e outros funcionários, objectivamente dimensionados.

Passo social inter-modal

(Projecto de lei N.º 316/VIII)

O projecto de lei do PCP, que confirma o passo social como título universal de transportes e alarga o âmbito das suas coroas a todo o território da Área Metropolitana de Lisboa, reprovado na Assembleia da República com os votos contra do PS e a abstenção do PSD, teria sido indiscutivelmente, se aprovado, uma medida socialmente justa e uma contribuição para a promoção e incentivo da utilização do transporte público. Passados mais de 25 anos após a sua criação, é necessário que o passo social inter-modal volte a cumprir os seus objectivos iniciais de justiça social: «Reduzir e limitar os gastos fixos com os transportes das famílias, e em particular as de menores recursos, aumentar a mobilidade das populações nas suas deslocações diárias e promover o próprio serviço público de transportes colectivos», objectivos entretanto abandonados com a privatização e o desmantelamento das empresas do sector.

Ter-se-iam obtido importantes benefícios directos para as populações da Área Metropolitana de Lisboa. Desde logo porque o passo social passaria a ser válido em todos os percursos efectuados por empresas públicas ou privadas, incluindo o comboio na ponte 25 de Abril, sem custos adicionais.

Alargaria a área de validade às populações que usam diariamente os transportes da região de Lisboa e que actualmente têm que fazer parte do percurso com outro título, com aumento do custo de transporte. Como é o caso das populações de Cascais, Sintra, Loures, Vila Franca de Xira, Alenquer, Azambuja, Samora Correia, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela, Setúbal e Sesimbra. O passo passaria a servir uma população de aproximadamente 2 300 000 pessoas, mais 700 000 (44%) do que actualmente.

Reduziria os gastos das famílias com transportes, contrariando os aumentos brutais dos custos do passe que, ao longo dos últimos anos, se têm verificado, beneficiando directamente de redução de custos 62,5% da população actualmente servida.

O armazenamento das águas do Guadiana, em Alqueva, iniciou-se com o encerramento das comportas; por resolver continua, porém, a democratização do acesso à terra, condição para o pleno aproveitamento das terras regadas e para que os benefícios deste investimento público de importância estratégica revertam a favor da comunidade



Regime jurídico dos loteamentos e construções

(Projecto de lei N.º 331/VIII)

Na Assembleia da República, o PCP propôs um novo regime jurídico para o licenciamento das construções e loteamentos, para regulamentação da lei de bases do ordenamento do território, tendo sido rejeitado com os votos contra do PS.

Esta iniciativa, pretendia desburocratizar os processos de licenciamento camarários, garantindo, todavia, a defesa do interesse público e o respeito pelos planos e demais instrumentos de gestão territorial em vigor, o que nem sempre acontece actualmente. Simultaneamente, eram criados mecanismos de responsabilização dos projectistas e construtores, pelas normas regulamentares e pela qualidade das construções.

A ter sido aprovado, este projecto contribuiria decisivamente para a melhoria da qualidade das habitações, permitiria mais facilmente a resolução dos problemas que surgem depois da compra ou aluguer das casas e poria fim aos abusos frequentes de ocupação indevida de terrenos com construção.

O PS, apoiado pelo PSD e pelo CDS/PP, impediu o aumento do salário mínimo nacional proposto pela bancada comunista que visava recuperar algum do poder de compra perdido com a taxa de inflação

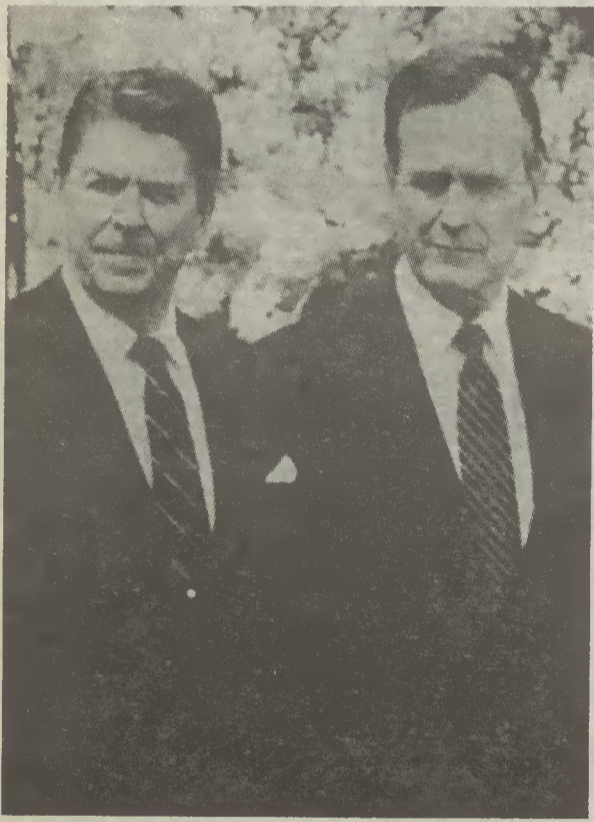
Segredos

• André Levy

Na semana passada, as Olimpíadas de Inverno foram inauguradas nos EUA com F-16 e helicópteros Black Hawk sobrevoando os céus. Cerca de 15 mil soldados e outras forças de segurança estavam presentes. Segundo as próprias palavras do Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld: «Temos mais forças armadas em Salt Lake City do que no Afeganistão.»

É um indício de que o país implementa medidas porventura necessárias mas com um zelo desmedido, comprometendo os princípios de direito e liberdade que proclama defender. Aqueles que prezam os direitos cívicos e o funcionamento democrático têm com que se preocupar. Os assaltos ao processo judicial têm sido vários, desde o USA Patriot Act (1) às Comissões Militares, alargando os poderes das forças de segurança e restringindo os direitos de suspeitos.

Embora sondagens indiquem que Bush detém o apoio da maioria dos norte-americanos, existe resistência e oposição às suas medidas. Mas dissensão das posições oficiais é ignorada pelos media e intimidada pelas forças conservadoras. Quando o Procurador-Geral, John Ashcroft, foi chamado ao Senado para justificar as comissões militares, aproveitou para alertar que os críticos da administração «ajudam os terroristas, corrompem a



unidade nacional, e diminuem a nossa resolução».

Em Janeiro, a Universidade do Sul da Florida, com o apoio do Governador Jeb Bush, pediu a demissão de um seu professor palestino por declarações anti-israelitas feitas em 1988. O Conselho Americano de Credores e Alunos (2) emitiu um documento («Defendendo Civilização») contento efectivamente uma lista negra. Acusa dezenas de professores universitários, entre outros, de terem feito declarações inapropriadas a propósito dos ataques terroristas de 11 de Setembro. Muitas das declarações citadas culpabilizam os EUA e criticam a sua política externa e a intervenção militar no Afeganistão. Juntamente com a prática de controlo e vigilância, a Administração puxa sobre si uma cortina de secretismo. Após a primeira reportagem de mortos civis no Afeganistão, o Pentágono comprou os direitos de imagens tomadas de satélites comerciais, apesar de ter disponível imagens equivalentes através dos seus próprios satélites, limitando assim o acesso de jornalistas e organizações humanitárias a fontes directas de informação.

Um trio sinistro

Em Novembro, Bush emitiu uma ordem executiva limitando o acesso aos arquivos presidenciais da administração de Ronald Reagan e George H. W. Bush, indo contra o Acto de Arquivos Presidenciais de 1978 (aprovado na ressaca dos escândalos de Richard Nixon) que torna públicos arquivos doze anos após o fim da presidência. Entre as 68 mil páginas de documentos poderão estar informações reveladoras sobre o papel da administração Reagan no escândalo Irão-Contras. Manter tais informações fora do olhar público protege não só o pai do presidente, como membros do Governo. Elliott Abrams, ex-adjunto do secretário de Estado de Reagan, foi nomeado no Verão por W. Bush para o Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Operações Internacionais. Abrams recusou-se a revelar informações durante a investigação do escândalo Irão-Contras e foi condenado a dois anos de liberdade condicional, mas foi perdoado pelo Bush senior em 1991. Após o 11 de Setembro, John Negroponte foi nomeado sorrateiramente como embaixador nas Nações Unidas. Enquanto embaixador nas Honduras, Negroponte fechou os olhos às atrocidades do governo, garantindo o uso das Honduras como base de treino para os Contras. Para

completar um trio sinistro, em Janeiro Bush colocou Otto Reich no posto de secretário de Estado adjunto para Assuntos do Hemisfério Ocidental. Fazendo uso de uma provisão constitucional, Bush fez passar a nomeação durante as férias do Congresso e sem a aprovação deste. Reich, um cubano-americano, cujo objectivo central é o derrube de Fidel Castro e cuja base de apoio é a comunidade cubana na Florida, foi também membro da Administração Reagan. Enquanto chefe do Gabinete de Diplomacia Pública abusou dos seus poderes e fundos na organização de actos de propaganda. Enquanto embaixador na

Venezuela, em 1976, usou da sua influência para libertar Orlando Bosch e levá-lo até aos EUA. Bosch, membro de várias organizações anti-Castro, segundo o Departamento de Estado, participou em mais de 30 actos terroristas, e havia sido condenado na Venezuela pelo ataque a um voo da agência Cubana, transportando 73 pessoas. Bosch veio para os EUA, foi perdoado por Bush senior em 1990 e vive agora na Florida.

(1) Em finais de Outubro, o Congresso e o presidente aprovaram a lei USA Patriot, que aumenta enormemente os poderes policiais e judiciais do governo, em nome da maior segurança contra possíveis futuros ataques terroristas. Entre outras medidas, o procurador-geral recebe poderes discricionários, podendo deter qualquer estrangeiro que suspeite possa ser uma ameaça.

(2) ACTA: American Council of Trustees and Alumni, uma organização educativa que proclama defender a liberdade académica. Fundada e dirigida por Lyne Cheney, mulher do vice-presidente, conta também entre os seus membros o senador Joseph Lieberman, ex-candidato à vice-presidência pelo Partido Democrático, que se distanciou deste documento.

Delegação do PCP ao Médio Oriente encontra-se com Arafat e com deputados comunistas israelitas

Diálogo pela paz

Só uma posição forte e clara da comunidade internacional porá termo ao conflito israelo-palestino, defende em Ramallah o deputado António Filipe.

O PCP, solidário com a luta do povo palestino pelo reconhecimento do seu direito a um Estado livre e independente, compromete-se a «promover o debate junto da futura Assembleia da República», no sentido de Portugal, «à semelhança do que aconteceu no caso de Timor-Leste, tomar uma posição clara para travar a escalada bélica israelita». As palavras são de António Filipe,

Atentados contra civis prejudicam luta do povo palestino

Knesset a convite dos seus pares do Partido Comunista de Israel (PCI). Na ocasião, segundo Margarida Botelho declarou ao *Avante!*, os comunistas israelitas sublinharam a importância do reforço dos movimentos pacifistas que se está a registar no país, e convergiram na condenação dos atentados contra civis, considerando que tais actos só prejudicam a justa luta do povo palestino.

diários, com o seu rol de vítimas e de destruição, os palestinos têm ainda de enfrentar as chamadas «zonas de segurança», o que na prática significa que «não há liberdade de movimentos».

Para além do encontro com Arafat, que agradeceu a visita, sobretudo tendo em conta as difíceis condições em que se realiza, a delegação do PCP foi ainda recebida por outras forças palestinas, designadamente pelo Partido do Povo Palestino, a Frente Democrática de Libertação da Palestina e a Frente Popular de Libertação da Palestina.

A visita dos deputados portugueses ao Médio Orien-



Os movimentos pacifistas de Israel pressionam cada vez mais o governo de Ariel Sharon a voltar à mesa das negociações com os palestinianos

em declarações à Lusa, após um encontro com Yasser Arafat na passada segunda-feira em Ramallah, Cisjordânia.

«O diálogo é a única forma de pôr termo ao conflito», disse o deputado, pelo que o PCP se propõe igualmente actuar junto das instituições europeias, na convicção de que só uma tomada de posição forte e clara da comunidade internacional permitirá que israelitas e palestinianos regressem à mesa das negociações.

Os deputados António Filipe e Margarida Botelho integram uma delegação do PCP que esta semana se deslocou ao Médio Oriente. A visita começou em Israel, onde os dois deputados visitaram o

O PCI defende o direito dos palestinianos à independência e considera que o actual conflito é prejudicial para ambas as partes, pelo que advoga a necessidade urgente de retomar o diálogo e o fim da escalada militar do governo israelita.

Situação dramática

Na viagem de Jerusalém para Ramallah, os deputados portugueses puderam constatar no terreno «as dificuldades que os palestinianos sentem diariamente» devido ao bloqueio israelita. «A situação é dramática», afirmou Margarida Botelho. Para além dos bombardeamentos

te coincide com uma nova escalada da violência. Na segunda-feira à noite sete palestinianos foram mortos, na sequência de ataques israelitas a edifícios de segurança palestinianos, em retaliação a dois atentados suicidas que vitimaram quatro israelitas.

Para ontem estava agendada nova reunião do gabinete de segurança israelita, mas não são de esperar alterações na política de Ariel Sharon. O primeiro-ministro «não tem intenção de mudar de política em matéria de segurança, mesmo se as represálias se tornarem mais duras nos próximos dias», referiu a rádio israelita.

Oficiais na reserva defendem retirada unilateral de Israel

O Conselho para a Paz e Segurança, de Israel, decidiu esta semana lançar uma campanha pública apelando à retirada unilateral das forças israelitas da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Segundo a Lusa, o Conselho defende que a proposta de retirada unilateral se baseie nos seguintes princípios: evacuação de 40 a 50 colonatos; evacuação da totalidade da Faixa de Gaza; criação imediata do Estado Palestino

nos territórios evacuados; e redistribuição das tropas israelitas no norte da Samaria, no sul do Monte de Hebron, em Belém e em Ramallah.

Sob controlo de Israel ficarão ainda, numa fase inicial, o Vale do Jordão, o Bloco de Etsion, a região de Ariel, o bairro judeu de Hebron e Kiriat Arba. O Conselho não se pronuncia sobre a questão de Jerusalém.

O Conselho, constituído em 1998, é uma organização

particular que agrupa cerca de um milhar de oficiais da reserva das Forças Armadas e dos diversos serviços de segurança de Israel.

De registar que Ariel Sharon se recusou a receber os representantes do Conselho. Prossegue entretanto a escalada de violência: segundo os últimos dados, desde o início da Intifada morreram 1225 pessoas, das quais 934 são palestinianas e 269 israelitas.

Solidariedade com Coreia do Norte

Cerca de 30 partidos comunistas e de trabalhadores da Europa reuniram-se na passada semana em Bruxelas numa Conferência de solidariedade com a República Popular Democrática da Coreia (RPDK). A iniciativa foi do Partido dos Trabalhadores da Bélgica (PTB) e do Partido dos Trabalhadores da Coreia (WPK), na sequência das acusações de Bush à RPDK de ser uma «ameaça contra a paz dos EUA e do mundo». A Conferência votou por unanimidade uma proposta de apoio à RPDK de condenar a política de guerra seguida pelos Estados Unidos. O documento exige que a declaração comum Norte-Sul coreana de 22 de Janeiro de 2001 seja respeitada. A Conferência enviou também uma mensagem de solidariedade a Kim Jong Il, presidente da RPDK e uma mensagem de protesto ao presidente dos EUA.

Baixas na UNITA

O Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA) afirmou ter morto na passada semana o general da UNITA Galiano da Silva e Sousa, mais conhecido por «Bula Matadi». As FAA garantiram igualmente ter capturado o general Almeida Ezequiel Chicende, «Búfalo Bill», e os brigadeiros Arlindo Catuta, Faustino Pelembé e Rodrigues, além de outros militares. De acordo com as FAA, a morte de «Bula Matadi» e a captura de vários oficiais das forças de Jonas Savimbi ocorreu durante uma operação militar que visou destruir várias bases fixas e móveis da UNITA.

Bascos protestam em Lisboa

Um grupo de jovens independentistas bascos realizou, sexta-feira, em Lisboa, junto à embaixada de Espanha, uma acção de protesto contra as recentes ilegalizações por parte do governo de José Maria Aznar das organizações «SEGI» e «ASKATASUNA». A organização SEGI era uma voz activa da juventude basca e defendia o direito à autodeterminação do povo Basco. A ASKATASUNA era uma organização que centrava o seu trabalho na defesa dos direitos humanos. «Foram mais duas organizações para juntar à vasta lista de ilegalizações do governo de Aznar, onde se incluem jornais, rádios, partidos e outras organizações sociais», afirmam os jovens independentistas bascos. Este protesto foi realizado em simultâneo em várias cidades europeias com o objectivo de alertar a opinião pública para mais esta violação de liberdade de expressão.

Tribunal de Haia Milosevic denuncia atrocidades da NATO

O antigo presidente jugoslavo afirma que o seu julgamento «não tem nada a ver com a lei» e apresenta provas das atrocidades da NATO.

Slobodan Milosevic iniciou na passada semana a sua defesa no Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, na Holanda, rejeitando as acusações de deportação em massa e assassínios nos Balcãs, de que é alvo, e acusou a NATO de massacrar refugiados durante os bombardeamentos no Kosovo.

Segundo o ex-presidente da Jugoslávia, os países ocidentais deturparam os factos e foram responsáveis pelas deportações dos albaneses do Kosovo. «Uma das principais tarefas a desempenhar por este tribunal é provar ao mundo que as forças sérvias cometeram deportações, o que é obviamente uma mentira», afirmou Milosevic. Este julgamento, sublinhou o ex-presidente jugoslavo, só está a dar apoio às forças que desmembraram a Jugoslávia. «Estão a encorajar o terrorismo que ali continua a operar», afirmou Milosevic.

Milosevic voltou a acusar a NATO de ter deliberadamente perpetrado atrocidades durante os bombardeamentos contra a Jugoslávia, na Primavera de 1999. Ainda segundo o antigo chefe de Estado jugoslavo, o seu julgamento

em Haia «não tem nada a ver com a lei» e as acusações contra ele foram fabricadas pelo TPI, cuja a jurisdição continua a não reconhecer.

«Estão a encorajar o terrorismo que ali continua a operar»

Para sustentar a sua defesa, Milosevic apresentou ainda perante os juizes uma cassette de vídeo mostrando um massacre de civis no Kosovo e, depois, as imagens dos danos causados pela campanha de bombardeamento da NATO contra a Sérvia.

Um dos depoimentos apresentados no vídeo, feito por uma estação de televisão alemã, assegura que no Kosovo «não houve catástrofe humanitária antes dos bombardeamentos da NATO». O vídeo da defesa de Milosevic revelou ainda que a população foi manipulada desde o início da guerra: «O inimigo tinha o monopólio do uso da informação», assegura o registo

«Isto é apenas um átomo, ou menos de um átomo da verdade, no oceano de mentiras e no produto da propaganda e abuso dos média globais, como meio de guerra contra o meu país», afirmou Milosevic depois do visionamento do vídeo.



Durante o discurso de defesa, Milosevic lembrou que «os sérvios nunca começaram uma guerra e jamais desencadearam um conflito». Na foto, refugiados do Kosovo, na Albânia

Milosevic acusou ainda Carla del Ponte, procuradora do TPI, de orquestrar uma campanha nos meios de comunicação contra si próprio: «existe uma campanha paralela de linchamento», frisou.

Ignoraram o direito dos sérvios

No recomeço da sua intervenção em tribunal, segunda-feira de manhã, Milosevic insistiu em que todas as etnias e religiões viveram na antiga Jugoslávia em completa harmonia, até que «os interesses exteriores» alimentaram os nacionalismos na Croácia e na Bósnia.

«As fronteiras da República Federal da Jugoslávia - eram puramente administrativas e não uma separação de povos». Nesta sequência, voltou a atacar a comunidade internacional pela sua actuação na zona, argumentando que a União Europeia, reconheceu de forma prematura as repúblicas da Bósnia-Herzegovina e a Croácia, «ignorando os direitos dos sérvios».

Slobodan Milosevic rejeitou ter prestado qualquer apoio aos líderes sérvios e da Bósnia, respondendo à acusação de que teria apoiado financeiramente o chefe dos sérvios na Bósnia, Radovan Karad-

zie.

«Tínhamos más relações com os líderes dos sérvios da Bósnia, nós éramos de esquerda e eles de direita. Naquilo que diz respeito às minhas supostas ordens à República Srpska, só uma pessoa que não conheça a vaidade dos políticos sérvios, a sua intolerância face a toda a ingerência exterior pode inventar esse tipo de construções», afirmou Milosevic.

O antigo presidente jugoslavo afirmou ainda que nunca teve «nem em teoria, nem na prática, o controlo sobre o exército jugoslavo». Esta teoria da responsabilidade hierárquica é uma grande ilusão», afirmou.

Violação do direito no «caso Milosevic»

«Os novos factos conhecidos sobre o apoio de Ben Laden, chefe da organização terrorista Al Qaeda, ao chamado «Exército de Libertação do Kosovo», provam que o UCK fazia parte da rede terrorista internacional. Esta realidade lança uma nova luz sobre a natureza do conflito que se desenrolou no Kosovo entre 1998 e 1999, demonstrando que o objectivo dos dirigentes jugoslavos não era reprimir um movimento de libertação, mas combater o separatismo armado e o terrorismo internacional».

A afirmação consta de uma proposta de resolução apresentada por Guennady Ziuganov, secretário-geral do Partido Comunista da Federação Russa, em finais de Janeiro à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em que se conclui da «violação de direitos» no caso de Slobodan Milosevic. A proposta, que não foi ainda apreciada pela Assembleia, é subscrita por vários parlamentares, incluindo o deputado do PCR, Lino de Carvalho.

Recordando que Milosevic, preso em 31 de Março de 2001,

apenas foi acusado de «abuso de poder» pelas autoridades de Belgrado, o texto faz notar que a transferência do antigo presidente jugoslavo para Haia, em Junho de 2001, a pedido do Tribunal Penal Internacional (TPI) para a antiga Jugoslávia, constituiu «uma violação flagrante da Constituição jugoslava, como confirmou a decisão do Tribunal Constitucional» daquele país em 6 de Novembro do mesmo ano.

Nesta conformidade, refere o documento, «a transferência ilegal de Milosevic para Haia pode ser considerada como um rapto». Acresce, por outro lado, que o rapto de Milosevic privou o Estado jugoslavo de julgar em tribunal as acusações contra o antigo chefe de Estado, ao mesmo tempo que Milosevic foi privado do direito de se defender dessas acusações.

Tendo em consideração que o TPI foi criado pelo Conselho de Segurança da ONU, e que a Carta das Nações Unidas não permite ao Conselho criar órgãos judiciais, forçoso se torna concluir que «a legitimidade do TPI é altamente contestável».

O documento recorda ainda que um grupo de juristas independentes questionou o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem sobre as violações flagrantes do direito cometidas no «caso Milosevic» (encerrado numa cela permanentemente iluminada e vigiada 24 horas por dia com equipamento vídeo e infravermelhos), e chama a atenção para o facto de as autoridades do TPI impedirem o antigo chefe de Estado de comunicar livremente e sem vigilância com os seus advogados, o que «é contrário às normas comumente aceites em matéria de direitos do homem».

Face a esta situação, consideram os subscritores do documento que Milosevic deve ser reenviado para a Jugoslávia, de forma a «pôr fim à violação do direito» resultante da sua transferência para a Holanda. Uma tal medida, advogam, «permitiria à Jugoslávia exercer o seu direito de julgar Milosevic», e a este «exercer o seu direito à defesa».

Aguarda-se que a Assembleia se pronuncie em breve sobre esta proposta de resolução.

Clinton chamado a depor

Slobodan Milosevic acusou o TPI de ser «cúmplice no crime» e anunciou que pretende chamar a depor o antigo presidente norte-americano Bill Clinton, o ex-dirigente alemão Helmut Kohl e o actual chanceler Gerhard Schröder.

Além destes dirigentes, o ex-presidente jugoslavo disse que tenciona convocar também o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, o ministro da Defesa alemão, Rudolf Scharping, o ex-senador republicano norte-americano Bob Dole e o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Lambert Dini.

Milosevic pretende ainda que testemunhem no Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, e a «equipa americana» que participou na negociação do acordo de Dayton sobre o fim do conflito na Bósnia-Herzegovina, incluindo a ex-secretária de Estado norte-americana Madeleine Albright.

Durante o seu julgamento em Haia, o antigo presidente jugoslavo voltou a responsabilizar os dirigentes ocidentais pelos crimes cometidos na ex-Jugoslávia, e acusou Bill Clinton de ter atacado deliberadamente a embaixada chinesa em Belgrado, durante os bombardeamentos da NATO.

«Não foi um acidente», conforme a versão oficial da NATO, assegurou Milosevic. A embaixada está situada «num espaço aberto» e muitos diplomatas, incluindo norte-americanos, participaram em recepções dadas na embaixada, precisou o ex-chefe de Estado jugoslavo.

Clinton, segundo Milosevic, quis «entrar para a História como o primeiro homem que atacou território chinês, ao bombardear a sua embaixada em Belgrado».

Globalização em debate

«A Globalização que temos não é a que queremos» foi o tema de um debate organizado pela JCP do Porto, que se realizou na noite de sábado, no Café Piolho. Os participantes abordaram temas como a actual situação internacional, a posição dos Estados Unidos, o Fórum Social de Porto Alegre, o papel dos meios de comunicação social e a função de instituições como o Banco Mundial e o FMI. A iniciativa contou com a presença de Albano Nunes, responsável pela Secção Internacional do PCP, e de Júlio Roldão, editor da secção Internacional do «Jornal de Notícias».

Mais bibliotecas no Porto

A Porto 2001, a Direcção Regional de Educação do Norte e a Câmara Municipal do Porto assinaram um protocolo para a dinamização de bibliotecas em sete escolas primárias da cidade. O protocolo foi assinado na sexta-feira e envolve verbas no valor de 125 mil euros (25 mil contos). Este projecto criará espaços destinados exclusivamente às bibliotecas, que serão geridos por equipas docentes vocacionadas para o efeito que estarão em ligação permanente com as bibliotecas municipais. Actualmente a taxa de cobertura da rede de bibliotecas escolares é de 25 por cento, num total das 57 escolas do primeiro ciclo do ensino básico que existem no Porto.

Universidade de Aveiro com novo pólo

O pólo norte da Universidade de Aveiro entra em funcionamento no próximo ano lectivo. A notícia foi adiantada por Oliveira Duarte, presidente da Comissão Instaladora do Programa para o Ensino Politécnico em Aveiro-Norte. O novo pólo será constituído pela Escola Superior de Design, Gestão e Tecnologias da Produção de Entre Douro e Vouga.

A segunda fase do projecto poderá funcionar em 2003, em instalações provisórias. Mais tarde passará para instalações construídas de raiz em Cucujães, Oliveira de Azeméis.

Autoridades não sabem definir quantos estabelecimentos têm instalado material de telecomunicações, mas falam em vinte instituições

Ministério da Educação manda retirar antenas das escolas

Não se conhece ainda se as antenas de telecomunicações podem prejudicar a saúde, mas o Ministério da Educação, sob pressão dos pais, decidiu retirá-las de todas as escolas. Mas não se sabe quando isso acontecerá.

Em resposta ao pedido da Associação de Pais da Escola Secundária D. João de Castro, situada em Lisboa, o Ministério da Educação decidiu retirar todas as antenas de telecomunicações das escolas portuguesas. Outra decisão foi anunciada na semana passada: as Direcções Regionais de Educação devem impedir a instalação nas escolas de equipamentos que não estejam relacionados com a actividade escolar.

«O Ministério da Educação não estabeleceu um prazo para a retirada das antenas, já que cada contrato com os operadores vai ser avaliado individualmente, mas pretende-se que seja o mais rápido possível», informou Rosário Mendes, adjunta do secretário de Estado da Administração Educativa.

O ministério pensa que estão instaladas antenas em

vinte escolas, 18 na área de Lisboa e duas na área do Porto. No entanto, o número real pode ser superior. Por isso o ministério pediu a todas as Direcções Regionais de Educação um levantamento «rigoroso e exaustivo».

Os operadores móveis pagam 50 contos por mês por cada antena

Os contratos de instalação de antenas de telecomunicações envolvem os operadores móveis, a Direcção Geral do Património e as escolas. As últimas duas instituições recebem cerca de 260 euros mensais (50 mil escudos) por cada antena. A lei não impede que os operadores coloquem antenas em terrenos privados próximos das escolas.

Receios fundados?

Recentemente, foi diagnosticado cancro a quatro alunos



A Organização Mundial de Saúde diz que não se conhecem as consequências da exposição a radiofrequências

de um colégio de Valladolid, em Espanha. A doença foi atribuída aos campos electromagnéticos emitidos por várias antenas emissores de sinal de telemóvel instaladas num edifício próximo do estabelecimento.

Na sequência deste caso, o Ministério da Ciência e Tecnologia espanhol decretou que os operadores móveis têm

de reduzir as emissões de radiação das antenas colocadas perto de escolas, hospitais e outras zonas consideradas sensíveis.

No entanto, não se sabe ainda quais as verdadeiras consequências destas antenas. A Organização Mundial de Saúde adianta que não há informação suficiente sobre o assunto e que actualmente

não é possível determinar se é maléfica a exposição de radiofrequências de telemóveis e das suas estações base.

Contudo, em Julho do ano passado, a Agência Internacional para a Investigação do Cancro, dependente daquela organização, considerou que os campos electromagnéticos de baixa frequência são uma possível causa de cancro.

Projecto «2001 Associações»

Computadores e internet em 51 colectividades

Os jovens serão os principais beneficiados do projecto «2001 Associações», que se iniciou no sábado e que pretende combater a info-exclusão – ou seja, os problemas de acesso às novas tecnologias ligadas à informação, nomeadamente a internet – que afecta parte da população, em especial as camadas sociais mais baixas.

Trata-se de uma iniciativa da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR), financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Ministério das Ciências e Tecnologia.

O projecto prevê a utilização generalizada das tecnologias da informação e comunicação na actividade das colectividades, a criação de espaços públicos de acesso à internet, a formação básica de utilização por monitores e

animadores e a elaboração de um programa de gestão e contabilidade para as colectividades.

Actualmente, o «2001 Associações» abrange 51 colectividades, onde vão ser instalados computadores (ligados em rede e com ac-

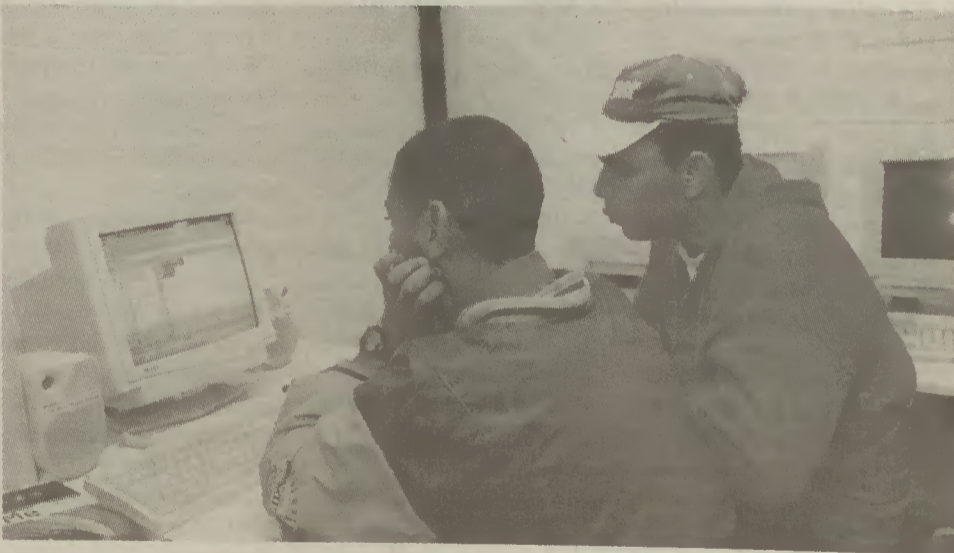
so à internet) e uma impressora. Estas associações situam-se em freguesias em potencial risco de info-exclusão, seleccionadas pela federação a partir de critérios sugeridos pelo Programa Operacional Sociedade da Informação.

Artur Martins, director da FPCCR, adianta que «este é um projecto de interioridade, ou seja, que só funciona no interior, fora das sedes de concelho, porque dentro das sedes de concelho funcionam as câmaras». As colectividades abrangidas situam-

-se em freguesias dos concelhos de Abrantes, Tomar, Torres Novas, Ourém, Covilhã, Fundão, Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Nisa, Gavião, Ponte de Sor, Montemor-o-Novo, Mora, Arraiolos, Estremoz, Borba e Coruche.

A federação refere que se pretende que as colectividades dêem hoje ao País um contributo tão importante no caminho para a sociedade da informação, como deram há um século na alfabetização e como dão hoje ao proporcionar actividades desportivas e culturais a milhares de pessoas que não têm fácil acesso a essas práticas.

O projecto tem a denominação de «2001 Associações», porque foi esse o ano da apresentação da candidatura e porque o seu objectivo é estender a rede de computadores a 2001 colectividades.



O projecto «2001 Associações» destina-se a localidades interiores, fora das sedes de concelho

Ensino Particular e Cooperativo contra revisão curricular

A Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) defendeu a suspensão da revisão curricular, juntando-se à Plataforma de Associações de Estudantes do Ensino Secundário (ver notícia na página 32).

Para a associação, a revisão curricular deixa inúmeros problemas por resolver,

nomeadamente o número de cursos e a avaliação. A AEEP sustenta que, em vez de aumentar os cursos (para sete gerais e 17 tecnológicos), o Ministério da Educação deveria diminuí-los.

«A dificuldade na orientação escolar e vocacional aumenta na razão directa do aumento das ofertas», afirma

a associação, acrescentando que assim não se proporciona aos alunos «a capacidade de se orientarem na escolha da sua opção certa».

A AEEP contesta ainda a integração da vertente técnica e experimental nas disciplinas teóricas, a «área-projecto» e a articulação entre o ensino básico e o secundário,

bem como entre o ensino secundário e o superior.

Ao contrário dos estudantes, a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo não contesta a existência de aulas de 90 minutos, mas refere que esta medida será de difícil aplicação nas aulas teóricas. «A preparação e a metodolo-

gia numa aula de 90 minutos são totalmente diferentes de uma aula de 50 minutos», declaram.

«A revisão curricular como a que é proposta carece de medidas que alteram profundamente as escolas», salienta a associação, exigindo a alteração de alguns princípios que sustentam a revisão.

• Miguel Urbano Rodrigues

Economistas de 49 países reflectem em Havana

A globalização e a crise mundial

O IV Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas do Desenvolvimento atraiu ao Palácio das Convenções de Havana durante cinco dias mais de um milhar de participantes, entre os quais quase 400 estrangeiros, vindos de 49 países. Integraram a constelação de personalidades dois Prémios Nobel de Economia, os norte-americanos Joseph Stiglitz, ex-chefe dos economistas do Banco Mundial, e Robert Mundell, professor da Universidade de Columbia, e o argentino Perez Esquivel, Prémio Nobel da Paz. Uma estrela do mundo do cinema, o realizador Oliver Stone, compareceu na sessão de encerramento, ocupando uma cadeira do anfiteatro, em gesto de solidariedade com o povo cubano.

O Encontro reflectiu a gravidade e a complexidade da crise mundial.

A presença de representantes de alto nível do FMI e do Banco Mundial motivou um dos debates mais interessantes do evento. Cuba, bloqueada e agredida, não teme que na sua própria casa destacados dirigentes daquelas organizações façam a defesa e a apologia da globalização neoliberal e das políticas de ajuste estrutural impostas aos países do Terceiro Mundo. Na confrontação de ideias os porta-vozes do sistema imperial perderam por *knock out*. O cubano Alfredo Gonzalez, de modo especial, com suavidade, pela força dos argumentos e dos factos, estilhou a máscara dos porta-vozes do sistema imperial. Desmontou-lhes o discurso e iluminou bem o cená-

rio de destroços económicos, financeiros e culturais que aí está como herança do Consenso de Washington.

O Encontro abriu praticamente com as conferências de Stiglitz e Mundell. Outros pratos fortes foram as mesas-redondas sobre a crise Argentina e a ALCA e a que envolveu o debate sobre a relação entre a crise económica globalizada e a corrida às armas e a guerra imperialista. Todas elas foram valorizadas pela participação de dezenas de delegados de muitos países.

Compreensivelmente, o tema da ALCA suscitou um interesse especial. A intervenção do cubano Osvaldo Martinez foi uma lição de economia política, de ideologia, e de história. Ao abordar a temática das alternativas, o director do Centro de Estudos da Economia Mundial chamou a atenção para o facto de que a construção da alternativa à ALCA principia na luta pela sua rejeição. A alternativa dos povos da América latina não pode nascer magicamente como construção intelectual acabada e definida. Será o resultado de um processo, do combate tenaz contra o projecto norte-americano. Osvaldo Martinez - um economista de fulgurante talento e de prestígio continental - tornou transparente que os EUA pretendem introduzir na ALCA o essencial do Acordo Multilateral de Investimentos - AMI - derrotado na Europa. Que significaria isso? A recolonização da América Latina pelos EUA, a sua anexação virtual. Os Estados seriam transformados em instrumentos das transnacionais e garantes da sua impunidade. A ALCA, se fosse implantada, aniquilaria a espe-

rança de integração dos povos da América Latina, fazendo desta um amontoado de países neocoloniais desprovidos de soberania.

Osvaldo Martinez apelou ao apoio militante à Aliança Social Continental que coordena o processo de luta e emerge como alicerce e instrumento na procura da alternativa. O grande desafio, o maior obstáculo a remover é o desconhecimento que as grandes massas têm da ameaça mortal que o projecto imperial da ALCA carrega no ventre.

Argentina e guerra

A mesa-redonda que mais intervenções provocou foi a da crise que atinge a Argentina. A tragédia que transformou uma das nações mais ricas da América Latina num país arruinado, com a maior dívida *per capita* do mundo, sensibiliza hoje todo o Continente. Durante anos exibida como paradigma do êxito do neoliberalismo ortodoxo, a pátria de Sarmiento e Borges aparece agora como o paradigma da falência irremediável das receitas do FMI e do Banco Mundial, como exemplo do caminho que não se deve trilhar.

A mesa-redonda consagrada à crise económica e à corrida às armas suscitou também debates muito participados. Foi unânime a condenação da agressão imperial dos EUA ao povo do Afeganistão e sublinhados os perigos implícitos da ameaça de Bush de alargar a guerra a países por ele definidos como «O Eixo do Mal».

Além das sessões plenárias, o IV Encontro para abrir o leque da discussão, seleccionou um feixe de assuntos muito diversificados, que foram tratados em seis comissões. Os participantes tiveram assim a oportunidade de debater questões de grande actualidade relacionadas com a promoção do desenvolvimento, as relações comerciais internacionais, temas monetários e financeiros, a integração e cooperação económicas, os recursos humanos e os mercados de trabalho, a ciência e a tecnologia em função do desenvolvimento, etc.

Acompanhei entre muitas outras uma interessante comunicação sobre o comércio internacional da China (actualmente sexta potência exportadora) apresentada por um economista daquele país, um debate acalorado sobre as perspectivas do euro, e a conferência de um académico russo que, dissertando sobre «A América Latina no contexto da globalização», em pouco diferiu, pelo conteúdo e linguagem, de qualquer académico conservador norte-americano.

Um economista da Universidade Nacional da Colômbia falou durante meia hora sobre a reforma económica e as mudanças estruturais no seu país sem pronunciar uma só vez a palavra guerra. Perguntei-lhe se a luta armada das FARC-EP, o Plano Colômbia imposto pelos EUA, os ataques aos olcodutos e a existência de uma Zona Desmilitarizada não tinham influência no desempenho da economia. O professor deu uma resposta embrulhada, reconhecen-

do que, sim, havia uma guerra que afectava a economia e que a situação era, afinal, muito confusa...

O optimismo de Fidel

É significativo que os representantes do FMI e os três directores do Banco Mundial presentes tenham expressado satisfação pelo nível do debate e pela atmosfera que o envolveu. Foi essa uma maneira indirecta de admitirem que dificilmente seria possível noutra país uma confrontação tão serena de ideias entre defensores de projectos de sociedade tão antagónicos.

O povo cubano - ficou transparente - tem consciência das novas ameaças que resultam da irracionalidade da estratégia imperial dos EUA. Mas tão seguro está da superioridade do seu projecto de sociedade que não teme convidar dois Prémios Nobel de Economia norte-americanos para que expusessem no Encontro de Havana as suas concepções, como defensores do capitalismo globalizado. O debate travado fez ruir a sua argumentação, evidenciando que aqueles cientistas colocam a inteligência a serviço de estratégias que contribuem para aprofundar a desigualdade, a pobreza, o desemprego entre uma minoria da humanidade e a esmagadora maioria que sofre as consequências da globalização neoliberal.

Ao encerrar o IV Encontro, Fidel Castro chamou a atenção para as profundas diferenças entre ele e o I. O mundo mudou muito em três anos.

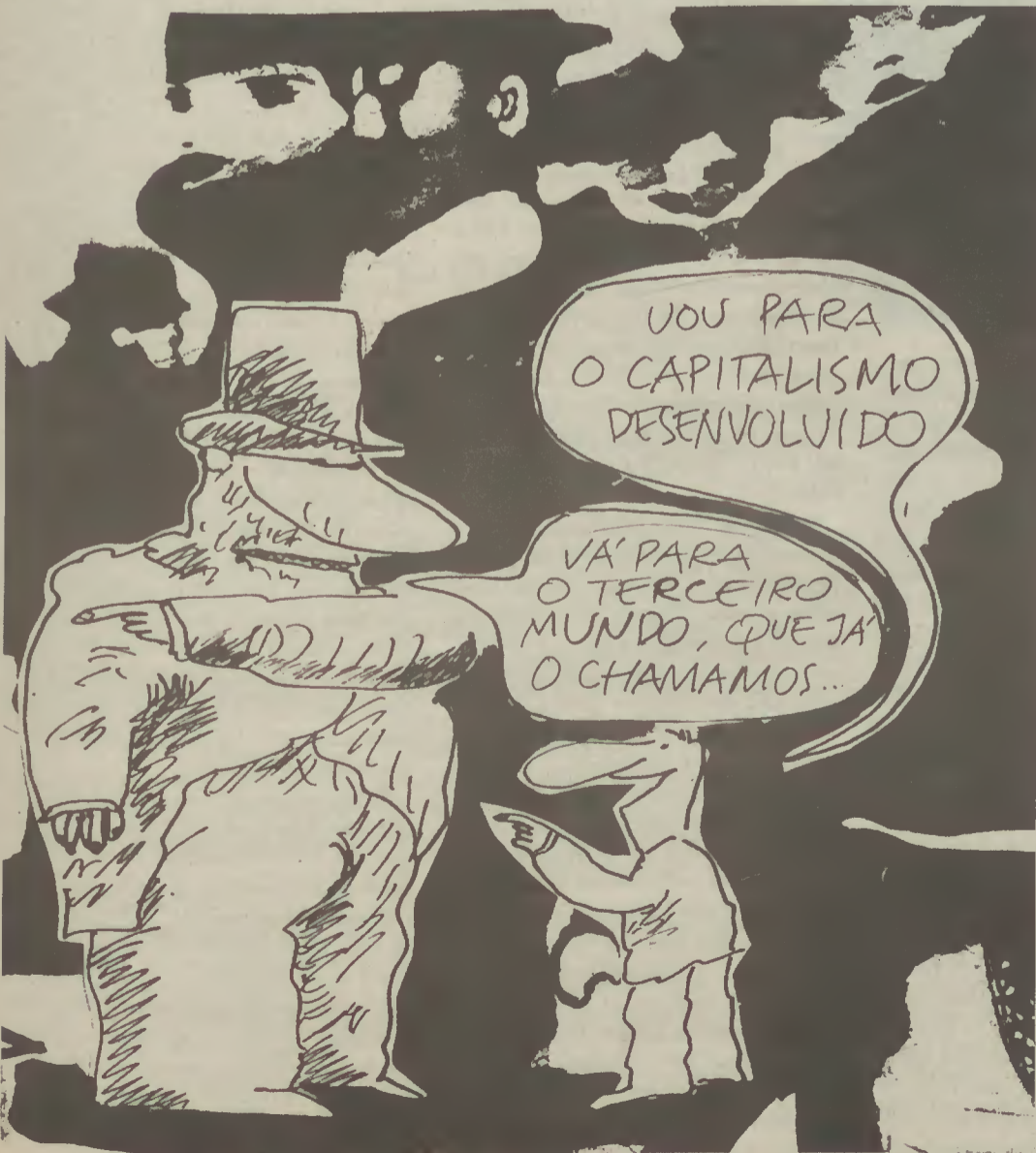
O Japão hoje não consegue sair de uma crise pantanosa. Os países da União Europeia encaram com apreensão o futuro, os EUA entraram numa recessão de contornos difusos e a sua política exterior parece apontar para a imposição de uma ditadura militar planetária.

O neoliberalismo exibiu uma confiança no futuro que não ousa mais alardear. As suas receitas fracassaram na Ásia, na Rússia, no Brasil, agora na Argentina, também na África. E foram os acontecimentos que determinaram a mudança de conteúdo e estilo deste IV Encontro Internacional de Economistas, de Havana. A nova ordem económica mundial é hoje um fracasso indelével.

O discurso de Fidel foi um discurso humanista. Partindo sempre do concreto, do temporal, utilizou os factos, inseridos no dramático tabuleiro da crise mundial, para uma reflexão sobre a nossa época, que é simultaneamente um tempo de prodígios e grandes conquistas e um tempo de barbárie, inseparável da ambição de domínio universal de um império arrogante.

Fidel, meditando sobre este panorama tempestuoso, conserva o optimismo que o acompanhou sempre na sua trajetória de revolucionário. E como cubano confia no seu povo, na capacidade dos cubanos para responder aos desafios e ameaças do presente.

Na crise de civilização que vivemos as leis da história, acredita, acabarão uma vez mais por prevalecer. E «os sonhos de hoje - essa é a sua previsão - serão as realidades do amanhã».



• Manuel Rodrigues

Fórum Social Mundial

Globalizemos a luta! Globalizemos a esperança!

Que um outro mundo é possível

«**P**erante a contínua degradação das condições de existência dos povos, os movimentos sociais de todo o mundo, dezenas de milhares de pessoas, reunimo-nos no Segundo Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, contra o neoliberalismo e a guerra. Estamos aqui em grande número apesar das tentativas de romper a nossa solidariedade. Reunimo-nos de novo para continuar a nossa luta, ratificando os acordos do Fórum anterior e reafirmando que “outro mundo é possível”.» Assim começa o texto do documento «Resistência contra o neoliberalismo, o militarismo e a guerra: pela paz e pela justiça social» aprovado pelos movimentos sociais presentes neste segundo Fórum.

res) de 131 países dos quais, 11 600 jovens, 2500 crianças, 15 230 delegados de 4909 organizações, 170 delegados em representação de povos indígenas, quase 2000 camponeses, 2400 jornalistas, 2670 sindicalistas, mais de 1000 deputados de diversos parlamentos, 200 prefeitos/presidentes de Câmara fizeram do Segundo Fórum Social Mundial (realizado entre 31 de Janeiro e 5 de Fevereiro deste ano) um acontecimento social e político de primeira grandeza.

Em paralelo realizaram-se outros eventos: Fórum dos Juizes, Fórum Parlamentar, Fórum do Poder Local, Fórum do Audiovisual, Fórum Intercontinental da Juventude, Forunzinho (Fórum onde participaram 2500 crianças apoiadas por 800 educadoras e educadores voluntários, que no final aprovaram o Manifesto da Paz).

Vinte e sete Conferências, mais de cem seminários, mais de 700 oficinas,

textos, panfletos, brochuras, revistas, documentos das organizações distribuídos. E tantas, tantas outras coisas que deram a este Fórum as cores (e os sabores) de um mundo diverso possível.

Os momentos mais marcantes

O Segundo Fórum Social Mundial foi aberto por uma marcha pela paz, pelas ruas da cidade de Porto Alegre, que culminou em dois grandes acontecimentos culturais, sociais e políticos: um grande espectáculo no anfiteatro Pôr-do-Sol (amplo espaço verde que acolheu as 60 mil pessoas presentes) e, posteriormente, uma marcha e um acto de abertura específico para os cerca de dois mil camponeses que instalados num acampamento próprio vieram a Porto Alegre para participar no Fórum (grande representação do MST e dos movimentos sociais de pequenos agricultores, da pastoral da terra e dos atingidos por barragens, enquadrados pela Via Campesina). Aliás, notória foi em todo o Fórum a presença da Via Campesina, estrutura que evidenciou uma forte organização e que, como movimento social de massas e de classe, em representação da agricultura familiar, de milhões de pequenos camponeses e trabalhadores rurais sem terra de todo o mundo, cujos membros, identificados pela boina e lenço verdes, deram preciosos contributos para tornar o Fórum um grito de denúncia dos problemas que o capitalismo neoliberal globalizado provocou também no campo.

No penúltimo dia do Fórum realizou-se uma marcha com cerca de 50 000 participantes contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), projecto de mercado comum americano que visa o livre comércio naquela área sob o comando hegemónico do imperialismo norte-americano e que, como dizia aos manifestantes o Prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, no final desta marcha, mais não visa do que transformar a América Latina num quintal dos Estados Unidos. Palavra de ordem mais ouvida: «Fora já! Fora já daqui! Fora a ALCA e o FMI!».

Integrando as actividades do Fórum, o PC do B (Partido Comunista do Brasil) organizou um seminário internacional sobre o tema «Guerra, terrorismo e a ameaça à democracia» que, em três sessões, abordou questões como «Paz! Com soberania das nações e justiça social», «A luta contra o todo o tipo de terrorismo, incluindo o de Estado, e contra a ameaça neofascista» e «Socialismo ou barbárie», e um debate sobre «A globalização neoliberal e a alternativa socialista», em que participaram representantes dos Partidos Comunistas do Brasil, Português, do Chile e de Cuba, e estiveram presentes delegações dos partidos comunistas do Brasil, Cuba, Portugal, Chile, Argentina, Chipre, Grécia, Jordânia, Paraguai, Peru, Uruguai, de organizações da Palestina e do Movimento Revolucionário do Uruguai, em amplos auditórios superlotados.

A Corrente Sindical Classista realizou um seminário durante dois dias com sindicalistas da América Latina e da Europa. Também durante o Fórum realizaram-se diversos plenários de sindicalistas que culminaram um processo de discussão que levou à marcação de uma greve geral no Brasil no próximo dia 21 de Março, contra a alteração da legislação laboral (Consolidação das Leis do Trabalho) já agendada pelo Senado.

Dois perspectivas em confronto dois tipos de organizações dominaram a organização do Fórum: as ONG (entre outras, tiveram uma destacada presença, a Attac, Le Monde Diplomatique, etc.) e os movimentos sociais (com destaque para a CUT e o MST).

Dois tipos de perspectivas estiveram em confronto (na fase preparatória e mesmo durante a realização do Fórum): os que defendiam que o Fórum deveria ser essencialmente um evento fechado (uma espécie de instituição de debate de ideias), e uma outra que apontava para o Fórum uma perspectiva de processo aberto com uma função mais determinante de intervenção e de luta (posição defendida pelos movimentos sociais), sem deixar de ser também um espaço plural de debate de ideias. Acabou por vencer esta segunda perspectiva, dando ao Fórum um inequívoco tom de luta, quer na forma como muitas organizações mobilizaram para a participação nos trabalhos do Fórum grandes massas (é o caso, por exemplo, da Via Campesina e do MST que deslocaram para Porto Alegre quase dois mil pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem terra, ou mesmo a CUT e a Corrente Sindical Classista que mobilizaram mais de dois mil sindicalistas), quer na forma como o Fórum decorreu, enquadrado por duas grandes marchas: na abertura (Marcha da Paz) e no dia 4 de Fevereiro (Marcha contra a ALCA), quer ainda no imenso e quase uníssono grito condenatório do capitalismo globalizado, das grandes injustiças que hoje atravessam o mundo, do imperialismo dos EUA e das suas estruturas supranacionais de domínio planetário. «Juntemo-nos todas e todos, contra o domínio imperialista que utiliza o FMI, o Banco Mundial e a OMC. E que favorece, em nosso Continente, o militarismo, a violência, a repressão, com suas bases e com seus planos militares – Plano Colômbia, Plano Puebla-Panamá, Plano Dignidade na Bolívia – e sua ganância sobre a Amazônia» – pode ler-se no «Grito das Américas», documento já referido.

E digo quase uníssono porque houve quem se esforçasse para que a marcha contra a ALCA não se realizasse, com o estafado argumento de que não iria ter a participação de mais de 5000 pessoas; ou com a tentativa de antecipar para o dia 4 a cerimónia de encerramento do Fórum, que inviabilizaria ou, no mínimo, prejudicaria a marcha; ou tentasse encerrar à última hora e à revelia do processo preparatório do Fórum, uma acção de *show-off*, procurando mediatizar (ainda mais) uma conhecida figura europeia – o



A «via campesina» participou nas marchas de Porto Alegre

«Globaliza-se a miséria, mas não o verdadeiro progresso. Essa globalização gera dependência e cerceia a soberania dos povos. Os capitais circulam livremente, mas as pessoas não. Prioriza-se a competitividade, em vez da solidariedade. Absolutiza-se a mercadoria ao mesmo tempo em que são ignorados os valores éticos. Tudo tem preço, inclusive a dignidade humana. Depreda-se os recursos naturais e põe-se em risco a sobrevivência da humanidade. Privatizou-se a terra, e agora tenta-se privatizar a água, a biodiversidade, as plantas, os animais, quem sabe um dia os ventos, o sol. A cobiça está acima da fraternidade.

A propriedade tem mais valor do que a vida. BASTA! ESSE SISTEMA DE MORTE NÃO PODE CONTINUAR!» Assim é dito no «Grito das Américas», documento lido por um bispo e aclamado pelos 50 000 manifestantes da marcha de 4 de Fevereiro, em Porto Alegre, contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Cinquenta e um mil e trezentos participantes (57% de homens e 43% de mulhe-

um número incontável de reuniões preparatórias e muitos e muitos outros eventos: acções culturais, manifestações de solidariedade com povos oprimidos (por exemplo, houve diversas acções de solidariedade e apoio à luta do povo palestino), marchas (os camponeses da Via Campesina, instalados num acampamento próprio, todos os dias se deslocavam em marcha organizada sob as bandeiras do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Via Campesina – pelas ruas de Porto Alegre, entre o acampamento e o Auditório Araújo Viana, onde se realizaram dois relevantes acontecimentos deste Segundo Fórum: um Tribunal Internacional sobre a Dívida Externa e uma conferência sobre o Socialismo). Pequenos certames (uma feira da agricultura familiar, uma área de exposição/venda de produtos dos movimentos sociais, ONGs e partidos políticos). Demonstrações de identidades étnicas e culturais (trajes, músicas, expressões religiosas, etc.), exibição de faixas com denúncias ou reclamações, teatro de rua. Muitos milhares de



já célebre J. Bovet —, tornando-a eventualmente, como aconteceu no primeiro Fórum, centro de grandes atenções, em prejuízo da acção de massas que este Fórum claramente deixou visível, e que muito condicionou o sentido da sua evolução e muitos dos seus bons resultados. Não deixa de ser curioso o visível esforço que a social-democracia (através de muitas formas e de muitas e «proeminentes» figuras e organizações), em muitos aspectos e momentos, fez para procurar inverter o sentido de denúncia do capitalismo e do imperialismo como os grandes responsáveis pelos problemas que a humanidade hoje enfrenta (denúncia essa tão viva neste Fórum), procurando fazer passar a ideia de que os problemas do mundo de hoje se poderiam ainda resolver por uma nova tentativa histórica de humanizar o capitalismo, de melhorar a sua imagem, democratizando as suas principais estruturas de domínio dos povos (OMC, FMI, Banco Mundial, etc.).

Ou seja, tivemos ali em Porto Alegre, presentes lado a lado, duas grandes concepções para a superação dos graves problemas do mundo de hoje: uma via reformista (para quem seria suficiente uma reforma do modelo neoliberal vigente, nunca pondo em causa a essência do modelo, ou seja, a sua natureza exploradora, desumana e belicista), e uma via revolucionária de sentido claramente anti-imperialista e anticapitalista, que aponta já caminhos para um outro mundo possível no socialismo.

Na Declaração dos Movimentos Sociais (e diga-se que esta Declaração, pelas razões já atrás explicitadas, foi objecto de grandes discussões entre estas duas grandes tendências) lê-se a dada altura:

«Chamamos a reforçar a nossa aliança mediante o impulso de mobilizações e acções comuns pela justiça social, o respeito dos direitos e liberdades, a qualidade de vida, a equidade, o respeito e a paz. Para isso, lutaremos:

— Pelo direito a conhecer e criticar as decisões que tomem os seus próprios governos, sobretudo em relação a instituições internacionais e para que assumam a responsabilidade de que têm de prestar contas perante os seus povos, ao mesmo tempo que reforçamos a democracia eleitoral em todo o mundo, enfatizamos a necessidade de democratizar os estados e as sociedades e a luta contra as ditaduras.

— Pela abolição da dívida externa, exigindo medidas reparadoras.

— Contra as actividades especulativas, exigindo a criação de impostos específicos, como a Taxa Tobin, sobre o capital especulativo e a supressão dos paraísos fiscais.

— Pelo direito à informação.

— Pelos direitos das mulheres contra a violência, a pobreza e a exploração.

— Contra a guerra e o militarismo, contra as bases militares estrangeiras e as intervenções, assim como a escalada sistemática da violência, privilegiamos o diálogo, a negociação a resolução não

violenta dos conflitos.

— Por uma Europa democrática e social baseada nas necessidades dos trabalhadores e das trabalhadoras e dos povos, que incluía a necessidade de solidariedade e cooperação com os povos do Leste e do Sul. (...)

Só a luta dos povos pode alcançar conquistas concretas.»

Condenação do imperialismo

Por outro lado, foi marcante, ao longo de todo o Fórum, a sistemática condenação dos Estados Unidos pela sua política de dominação terrorista e exploração planetária (condenação do Governo dos Estados Unidos e não do povo americano que foi, aliás, neste Fórum um dos cinco países com maiores delegações de participantes: Brasil, Itália, França, Estados Unidos e Argentina).

Pela sua importância, vale a pena voltar ao documento dos movimentos sociais: «Os acontecimentos do 11 de Setembro marcaram uma mudança dramática. Depois dos ataques terroristas, que condenamos completamente, assim como condenamos outros ataques sobre população civil em outras partes do mundo, o Governo dos Estados Unidos e seus aliados promoveram uma resposta militar massiva. Em nome da “guerra contra o terrorismo”, atacaram-se direitos civis e políticos em todo o mundo. A guerra do Afeganistão, onde foram utilizados métodos terroristas, está-se expandindo a outras frentes. Não é mais do que o início de uma guerra global permanente que consolida a dominação do Governo dos Estados Unidos e seus aliados. Esta guerra revela a brutal e inaceitável cara do neoliberalismo (...). A oposição a esta guerra está no centro da nossa luta.»

Um calendário de lutas

O terceiro Fórum Social Mundial vai realizar-se de novo em Porto Alegre, no início de 2003.

Diga-se desde já que a forma como o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, a Prefeitura de Porto Alegre as forças políticas de esquerda (PC do B, PCB, PT, PSB), movimentos sociais e autoridades estaduais e locais souberam acolher as duas primeiras versões do Fórum e se empenharam na sua realização, é um bom augúrio para a sua terceira versão no mesmo local. E um acto de justiça.

O êxito do III FSM vai, no entanto, depender, em grande parte, do grau de participação no calendário de lutas do ano de 2002 em que os movimentos sociais presentes em Porto Alegre se comprometeram.

Voltemos ao documento dos movimentos sociais:

«Nos próximos anos uniremos os nossos esforços nas seguintes mobilizações comuns tais como:

— 8 de Março: Dia Internacional da Mulher

— 17 de Abril: Dia Internacional da Luta Camponesa

— 1 de Maio: Dia Internacional do Trabalhador

— 12 de Outubro: Grito dos Excluídos e das Excluídas

— 16 de Outubro: Dia Mundial da Soberania Alimentar

— 10-14 de Dezembro: Semana Mundial pelos Direitos Humanos Mobilizações mundiais que se devem concentrar à volta de:

— 15-16 de Março: Barcelona: Cimeira de Chefes de Estado da Europa

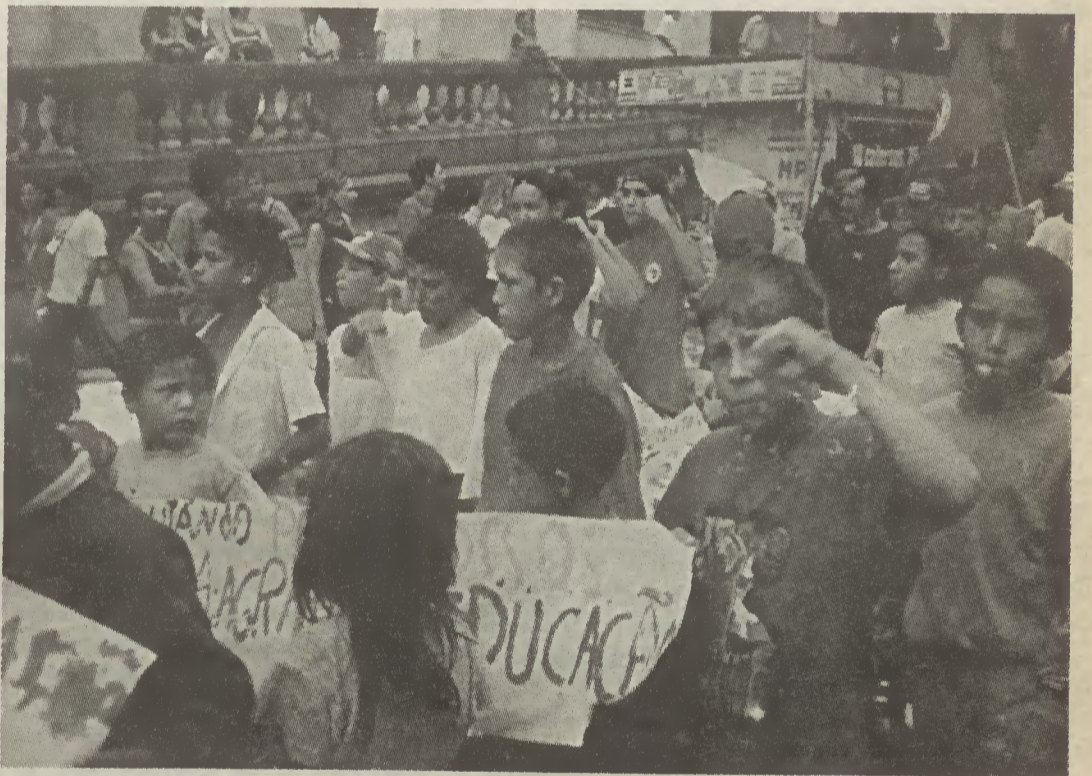
— 18-22 de Março: Monterrey: Conferência das Nações Unidas sobre o Financiamento ao Desenvolvimento

— 17-18 de Maio: Madrid: Cimeira dos chefes de Estado da América Latina, Caraíbas e Europa

— 31 de Maio: Dia Internacional contra o militarismo e a favor da paz

— 8-13 de Junho: Roma: Cimeira Mundial da FAO sobre Alimentação

Para já, há a realçar a crescente consciência dos participantes neste Fórum de que o inimigo número um dos povos — como afirmava Lenine — é o imperialismo. A denúncia feita em Porto Alegre dos gravíssimos problemas que a humanidade hoje enfrenta (a fome e subnutrição, a pobreza e exclusão social, a guerra, as injustiças sociais, os desequilíbrios ambientais, a insegurança e perda de soberania alimentar, o analfabetismo, etc.), e os caminhos de luta que se abriram contra os responsáveis directos por esses males: o capitalismo globalizado, na sua fase imperialista (pois se até Mário Soares declarou para o jornal Zero Hora, de 2 de Fevereiro, em Porto Alegre, que «os ricos não podem mandar no mundo»...) que impõe, cada vez mais pelo terror, pela repressão e pela guerra a exploração humana e a rapina dos povos, fazem supor que este movimento que se impôs como um processo (contra quem quis burocratizá-lo), chegará ao terceiro, ao quarto e aos



— 21-22 de Junho: Sevilha: Cimeira dos chefes de Estado da União Europeia.

— Julho: Toronto e Callgary (Rocky Mountains, Canadá): Cimeira do G8

— Setembro: Joanesburgo: Rio+10

— Outubro: Equador: Fórum Social Continental: «Uma nova integração é possível»

— Novembro: Havana: segunda reunião do Hemisfério contra a ALCA

— Novembro - Dezembro: México: Conferência Ministerial da OMC

— Dezembro: Copenhaga: Cimeira de chefes de Estado da Europa.»

Socialismo ou barbárie

O Fórum Social Mundial de Porto Alegre reafirmou-se nesta sua segunda versão como um processo aberto (e em crescendo) susceptível de mobilizar para a luta (para as lutas em cada e em cada local, em cada região, em cada país, em cada continente) vastas massas humanas.

fóruns seguintes com mais força (apesar dos novos perigos e ameaças, inclusive de neofascismo, que o império do terror faz pairar sobre a humanidade) e, mais cedo ou mais tarde (pelo que se viu em Porto Alegre, certamente mais cedo do que tarde), há-de passar a novos objectivos de luta por um novo tipo de sociedade.

A palavra de ordem mais gritada em Porto Alegre pela Via Campesina foi: «Globalizemos a luta! Globalizemos a esperança!».

Muitas foram já as vozes, de pessoas e organizações (a começar, naturalmente, pelos Partidos Comunistas ali presentes) a afirmar, em Porto Alegre de 2002, que um outro mundo é possível no socialismo.

A alternativa é a barbárie. É que, como afirmou neste Fórum o linguista norte-americano Noam Chomsky, «nós podemos ter a certeza de que haverá um mundo sem guerra ou, então, não haverá mundo nenhum.»

O segundo Fórum de Porto Alegre iniciou-se com a marcha pela Paz

Também as crianças marcaram presença nas marchas pela Paz

Um intelectual comunista

Militante e dirigente do PCP, Carlos Aboim Inglez era um intelectual comunista. Membro do Partido desde 1946 – tinha então 16 anos –, a sua formação política enquanto jovem ter-se-á feito entre anos de esperança e de desastres da esperança, anos de combates exaltantes, mas também anos duros e terríveis para os comunistas portugueses e não só. Julgo que há uma conexão entre a idade que temos e o período histórico em que a vivemos. Por exemplo, para além das diferenças de origem, situação e experiência sociais, não é também o mesmo ter 20 anos em 1950, em 1975 ou hoje. Essa conexão implica uma determinação histórica daquilo que fomos, ou vamos sendo, uma determinação das configurações concretas dos nossos valores e convicções, da nossa experiência da vida e do mundo, da nossa experiência e cultura políticas. Essa determinação não é mecânica nem total, não actua como uma fatalidade, o que dialecticamente permite que não fiquemos presos do que já fomos, e possamos, designadamente, continuar a aprender.

Serve isto para dizer duas coisas sobre o camarada que perdemos. A primeira é que ele é um daqueles que trouxe até nós, os de sucessivas gerações mais novas, o partido que, por várias razões, escolhemos, o partido a que por vários caminhos viemos. No meu caso, e porque é o testemunho que posso dar, não basta dizer que durante anos trabalhei muito de perto com ele. Eu era portador não só de uma experiência muito mais reduzida, mas de uma outra experiência, de uma outra cultura, de outros gostos, e até de uma diferente avaliação de determinadas referências teóricas no campo do marxismo. E, entretanto, posso e devo dizer que parte significativa da minha formação política a fiz com ele. O que significa que foi possível um processo de integração, que não é um simples processo de assimilação.

A segunda coisa é que, até ao fim, ele nunca deixou de estudar e, porque não dizê-lo, de investigar. Lembro-me de como se manifestava essa sua aguda compreensão da necessidade do estudo, num partido como o nosso, para o qual transformar e conhecer se unem de forma concreta, e imprescindível. É certo que, no quadro do trabalho e da discussão colectivas, são estudos e trabalho seus que tiveram, a seguir ao 25 de Abril, um significativo papel não só na compreensão da evolução social da intelectualidade em Portugal, mas na adopção de determinadas formas orgânicas para responder a essa evolução. Nos últimos tempos, entre outros problemas que o solicitavam, lia e estudava, voraz e meditadamente, a bibliografia internacional sobre uma questão central, a da globalização, procurando pensá-la na sua articulação com a noção de fases na mundialização do capitalismo e a noção de imperialismo.

Lembro-me de como ele dizia que o Partido não devia trabalhar com os intelectuais na base da lisonja, mas da exigência e do rigor, ao mesmo tempo que criticava o que considerava serem

formas de instrumentalização dos intelectuais ou, designadamente, da sua redução a um papel ornamental. Aprendi com ele a partir dele, a enorme tensão que é necessária para procurar travar em certos momentos o confronto em que a arrogância intelectual e o preconceito anti-intelectual mutuamente se alimentam. Aprendi com ele a ser, sem complexos, um intelectual comunista no «partido político do proletariado», diferente como todos os comunistas o são, mas um igual entre iguais, naquele sentido e horizonte de concreta igualdade de que nós nunca abdicaremos, e sem a qual a liberdade, a democracia, a justiça, a cidadania não são inteiras. E ele compreendia justamente que, de entre os nomes de muitos outros já desaparecidos, com quem também isso aprendi, eu cite o nome de Dinis Miranda.

A dedicação de uma vida

De algumas pessoas que o conheceram e que, não sendo hoje comunistas, mantiveram uma grande estima por ele, ouvi com largos intervalos de tempo e agora que morreu, algo de parecido com isto: «É/era um intelectual que sacrificou as suas capacidades intelectuais à classe operária e ao partido.» Como é preciso cuidado com o vocabulário religioso e com um certo modo de entender a frase, é preciso «traduzir» e acrescentar algo: «É/era um intelectual comunista que dedicou a sua vida e realizou pessoalmente as suas capacidades intelectuais nessa dedicação à causa da classe operária e de todos os trabalhadores, ou seja à causa internacional da emancipação social e ao partido que em Portugal a assume.» Ele representava de facto um determinado modo (não o único modo possível, mas seguramente um modo importantíssimo) de se ser um intelectual comunista: é que ele optou desde 1953 (tinha 23 anos) por ser um revolucionário profissional, ou seja, um funcionário do Partido, o que significava, nessa altura, e durante mais de

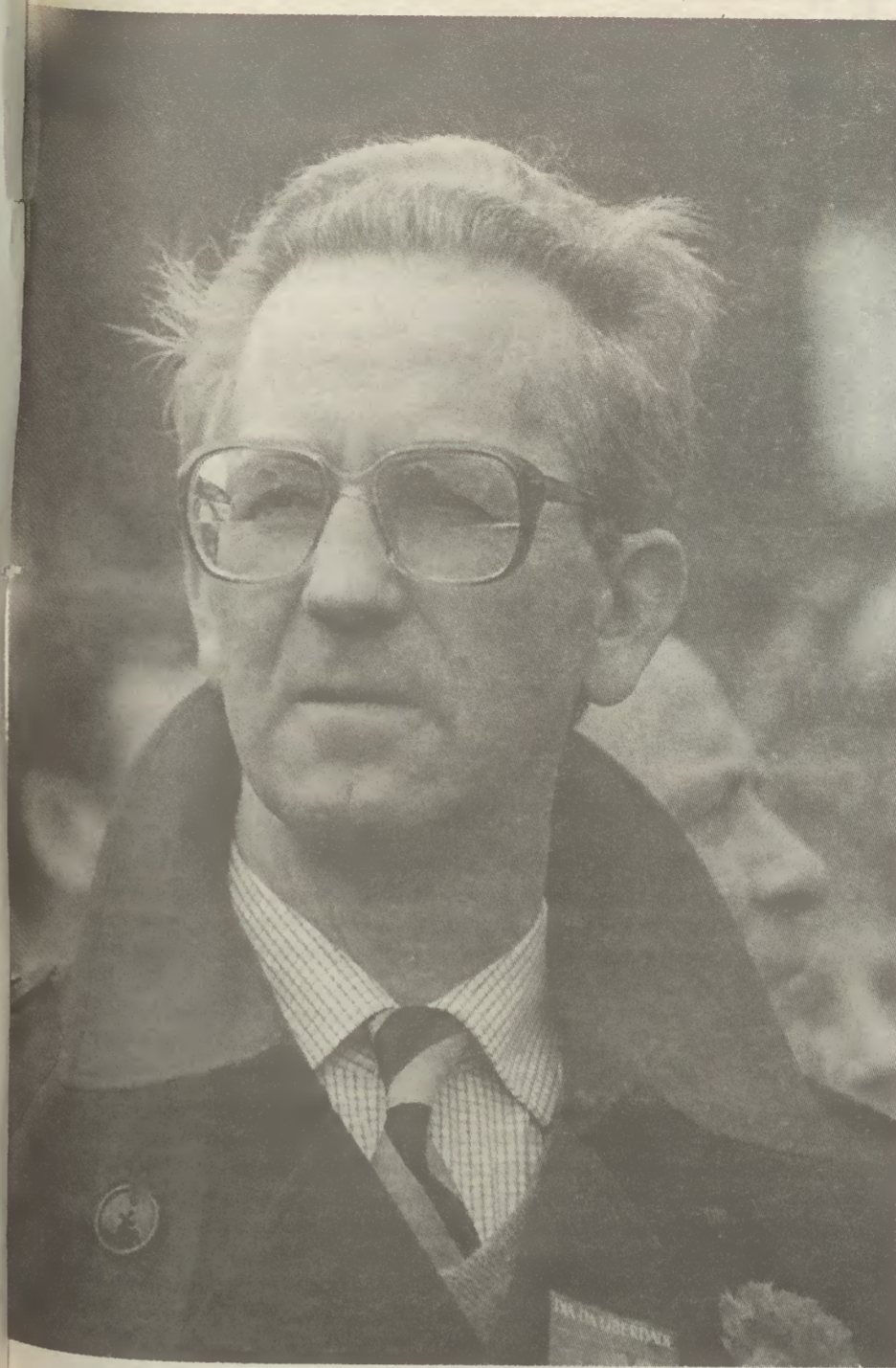
duas décadas ainda, passar à clandestinidade.

Dessa dedicação sem preço, ele não se arrependeu. E as limitações que implicou não apagaram nele o homem apaixonado pelo que chamamos em sentido restrito, a cultura. Contava-nos, por exemplo, como estando preso se dedicou a tentar traduzir a *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel, sem entretanto conseguir ir além da «Introdução». Falava-nos de como gostava particularmente de Sá de Miranda e talvez isso tenha algo a ver com o «estranho» facto de um «pequeno» jornal clandestino, órgão central do Partido Comunista Português, o *Avante!*, trazer num dos seus números de 1953, um pequeno artigo a duas colunas com o título «Há 400 anos morreu Sá de Miranda» (como aliás trouxe outros, sobre Camões ou Gil Vicente, por exemplo). Assim como terá a ver com o facto de, ao longo de décadas, intermitente e compulsivamente, ele escrever poemas, trabalhando-os longamente na procura do rigor. Ele podia referir-nos argumentos sobre o modo como a tradição do pensamento materialista passava pelo interior do nominalismo, nas querelas medievais entre realismo e nominalismo. E, entretanto, lia e encomendava livros, queixava-se de não ter mais tempo para ler, para poder compreender rigorosamente e ajudar o seu Partido a acertar colectivamente. E a vários de nós, quando lhe falávamos de determinados problemas com os quais andávamos às voltas, muitas vezes ele lembrava-se de um texto que nos emprestava: podia ser um livro sobre Heraclito; um ensaio que ele próprio achava demasiado limitado sobre o papel da arte nos *Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844*; um livro sobre um problema de matemática a propósito da teoria da mais-valia; um número muito recente de uma revista da esquerda norte-americana sobre a questão da História. E, no movimento da reciprocidade, procurava discutir, criticar (às vezes desabridamente) e integrar aquilo que produzíamos.

O voo do pensamento

Segundo a sua vontade expressa, o seu corpo foi cremado, enquanto os que o acompanhavam ouviam o coro dos hebreus em cativo («Va, pensero...»), também referido como «coro dos escravos» ou dos «cativos», no III acto da ópera de Verdi, *Nabucco*. Dizem-me, entretanto, que discutia se o sublime estava mais aí, ou no segundo andamento da 7.ª Sinfonia de Beethoven, aquela que Wagner disse ser a apoteose da dança, ou no terceiro andamento da 9.ª Sinfonia, do mesmo Beethoven, aquele em que furiosamente se canta a «Ode à Alegria» de Schiller. É e não é uma mera questão de gosto, de cultura socialmente herdada e individualmente apropriada. Diz algo mais, sobre quem escolhe e hesita na escolha. Diz, desde logo, a capacidade de se comover com a arte, e com a mais abstracta e a mais sensível das artes, a música. Mas diz também o vínculo entre essa capacidade, o indeclinável compromisso com os explorados e oprimidos, na luta contra a exploração capitalista, e a intuição de que a experiência artística pode ser uma espécie de antecipação provisória ou diferida do que é para nós, comunistas, a emancipação do trabalho, ou mesmo, nos próprios termos de Marx, o fim do «trabalho condicionado pela necessidade e pela conveniência exterior», o tempo a vir do livre jogo das faculdades humanas, o tempo em que «começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si, o verdadeiro reino da liberdade». Estas citações de Marx têm tradução no actual Programa do PCP. E, no texto de Marx que utilizo, a última frase opera uma espécie de regresso ao presente, ao «reino da necessidade», e numa poderosa deflção da ênfase, diz: «A redução do dia de trabalho é a condição fundamental.» Nada a confundir com as várias «flexibilizações» e «fins» que os nossos adversários ameaçam.

O texto cantado pelo referido coro da ópera de Verdi começa assim:



*Va, pensiero, sull'ali dorate;
va, ti posa sui clivi, sui colli,
ove olezzano tepide e molli
l'aure dolci del suolo natale!*

*Vai, pensamento, nas tuas asas douradas;
vai, poisa-te nos outeiros e nas colinas,
lá, de onde se evolvam, tépidas e húmidas,
as doces brisas desse nosso chão natal!*

Talvez não me engane muito se imaginar que, para além do mais, o Carlos Aboim, sendo, enquanto militante e dirigente comunista, também um homem de acção e organizador da acção, reparou que o texto começa com um apelo a um «voo do pensamento», feito por humanos em cativo.

Ele era um ser humano complexo. Como todos os seres humanos? Sim, mas há alguns em que tocamos mais de perto a vibração dessa complexidade. Era um homem apaixonado, e a veemência em que se incendiava aparecia

a alguns como um traço autoritário, quando não era disso que se tratava, mas sim de ser um homem da razão apaixonada. Não era, como se diz, «de trato fácil»; tinha um ar severo, «bolchevique» (ou como imaginávamos os bolcheviques), mas era também capaz da grande amizade e da ternura. Seria teimoso, mas não era arrogante; e exaltava-se, mesmo com camaradas que particularmente estimava. Tratava-se então de saber lidar com isso: ou nos exaltávamos nós com ele, ou então deixávamos passar as primeiras vagas da sua exaltação, e avançávamos com o que tínhamos a dizer. Nos dois casos, ele então ouvia. Se o convencíamos ou não, isso dependia, mas é assim que a vida é. Sei que era meu amigo e eu era amigo dele, mesmo quando tínhamos de discordar. A que vem isso, aqui e agora? É que é verdade; e é também porque este é um texto de homenagem ao camarada que todos nós perdemos.

Um adeus a Carlos Aboim Inglez

• Urbano Tavares Rodrigues

Postura muito direita, que resultava de antigos problemas ósseos e pulmonares mal resolvidos, coadunava-se ao mesmo tempo com a sua invulgar rectidão de carácter. Tudo abandonou, a Faculdade de Letras, de onde foi expulso, e as suas fontes de saber, que ele prezava, a perspectiva de uma carreira profissional, o prazer de viver descuidadamente a juventude e os seus afectos, porque todo ele se concentrava num grande, firme e generoso projecto de transformação da sociedade segundo o modelo marxista. O derrube da ditadura, com a instauração das liberdades, era o primeiro alvo, que irmanava tantos jovens antifascistas. Estudante, empregado, associativista, Carlos Aboim Inglez ia assumindo cada dia maiores responsabilidades e acabou, dirigente do MUD e quadro comunista, por passar à clandestinidade e conhecer a prisão, os longos e dolorosos interrogatórios, dez anos de cárcere. Conheçemo-nos melhor na minha primeira visita a Moscovo, como escritor, em companhia do Fernando Namora e do Alberto Ferreira. Dias de profundo convívio, de descoberta, de crescente amizade. Veio a revolução de Abril e tive ocasião de muito privar com ele, em reuniões de sector e de célula, manifestações, congressos, assembleias de intelectuais. Além disso, éramos vizinhos. Quantos sábados conversámos diante do *Expresso* e de outros jornais portugueses e estrangeiros, que ele lia e criticava, no seu jeito apaixonado, por vezes

truculento, levantando a voz indignada contra as coligações do poder e do dinheiro, contra a falsificação do noticiário, o servilismo de certos media. Tínhamos por vezes grandes discussões ideológicas, que nunca entre nós criaram o menor rancor.

Respeitávamo-nos nas diferenças e sentíamo-nos irmanados no combate ao capitalismo global, que ele nunca deixou de chamar imperialismo americano, e na profunda ligação ao povo trabalhador, aos sem terra e sem voz, tantas vezes sem trabalho, daqui e de todo o mundo.

Foi-se embora o Carlos Aboim Inglez, que tinha o pudor de falar em doenças e males pessoais, que amava a poesia discretamente e até escreveu alguns belos poemas, estimulado pelo Manuel Gusmão.

Nele vi sempre o brio sem vaidade, uma imensa vontade de ler, de se informar, de entender o mundo, embora muitos dos novos conhecimentos que ele adquiria esbarrassem amíde no vidro de um passado mítico, cristalizado.

Era respeitado no nosso bairro creio que por quase todos os que o viam, o ouviam e adivinhavam. Quase uma lenda. A sua sobriedade, a sua bondade, a sua força nervosa, a sua combatividade por vezes estridente impressionavam. Eu nunca o esquecerei, enquanto cá estiver. A sua camaradagem, os momentos de partilha dos sonhos que sonhámos, as polémicas, as caminhadas inesquecíveis, os telefonemas que, em horas ou muito boas ou muito más, me trouxeram inesperadamente o calor amigo da sua voz.



● Zillah Branco

Fraternidade e consciência

Quem tiver a capacidade de sentir a vida brasileira nas suas múltiplas manifestações sociais, económicas, políticas e culturais, não deixará de notar que o país atravessa um momento de transformação profunda que poderá lançá-lo no caos - com acentuada dependência e sacrifício da dignidade nacional - ou no caminho da consciência popular e da resistência à exploração imperialista (globalizante). Temos todos os ingredientes em praça pública, da reconhecida cordialidade da gente brasileira e da criatividade que a leva a enfrentar e resolver os problemas diários da miséria e do abandono institucional, às formas perversas de humilhação próprias do sistema, de abuso de poder e de violência que ameaçam todos os cidadãos.

Durante o ano de 2001 estive em gestação um processo lento de consciência popular da falência dos recursos institucionais que formam a estrutura do Estado, com a perda de credibilidade na política nacional. O poder autoritário de uma elite que dispõe dos recursos públicos como sua propriedade, o esbanjamento dos recursos nacionais, a incapacidade de figuras políticas para manter a dignidade dos altos cargos que ocupam mentindo ou cometendo crimes como reles marginais, a inércia ou incompetência de organismos responsáveis pela segurança pública, pela

vência como para o seu desenvolvimento e o da comunidade que o cerca.

Apesar de se reconhecer que o grande território brasileiro é utilizado pelas redes criminosas mundiais e dominado por poderosos oligarcas, com a velha consciência escravocrata, ou por intermediários do capital multinacional que só visam o próprio lucro e desprezam tudo o que se refere à ética, aquelas organizações de base restauraram a confiança no trabalho colectivo e no conceito de pátria que confere identidade à população. Dedicam-se às questões mais prementes e deixam de lado a estrutura política oficial que só recorre a eles com interesses eleitorais, mas lentamente evoluem para a compreensão de que as grandes questões nacionais, e internacionais, merecem a sua participação. A visão integrada dos fenómenos que afectam a sociedade, e os indivíduos que a compõem, não é imediata para os que sentem o desespero das questões de sobrevivência. Mas, na medida em que descobrem o valor da união das forças e da organização para consolidar o caminho do desenvolvimento, percebem que o distante FMI e todo o jogo económico mundial, assim como a aparentemente invencível rede internacional do crime, têm a ver com os seus problemas imediatos.

Tal situação dificulta a acção dos partidos e mesmo do movimento sindical, formados em outra situação histórica, mas não lhes é adversa. Impõe que a estrutura política voltada para a defesa popular se adapte a uma realidade que escapa aos modelos

seio do povo, intelectuais que confrontam com modéstia e sem medo os fundamentos do seu conhecimento. No plano das ideias vive-se um momento revolucionário onde a meta é a soma dos esforços na difícil tarefa de unir diferentes posições em torno do bem comum.

Um debate televisado sobre a situação de impotência em que as forças de segurança no Brasil viveram nos últimos meses com o aumento em flecha da onda de sequestros, crimes de morte, violência nas ruas e fugas das cadeias, reuniu três parlamentares de partidos opostos: um deputado do PT (esquerda), um do PFL (direita) e um senador também do PFL que ficou conhecido no período da ditadura por chefiar a polícia política de São Paulo (DOPS). Para espanto e satisfação popular, não havia divergências entre eles que sustentaram com coragem uma posição de crítica veemente à perda de credibilidade das forças de segurança devido à inércia, falta de vontade política, corrupção e infiltração da rede criminosa entre os seus quadros. E foi o senador, antigo chefe de polícia da ditadura, que apontou os resquícios do poder ditatorial como causa de tais problemas e da falta de coragem superior para eliminá-los. A repercussão foi tal que o Presidente da República fez suas as palavras dos oradores (sem citá-los, como devia) exigindo que o Parlamento fizesse um «mutirão» para oferecer com urgência os recursos legais que agilizem a correcta acção dos organismos policiais e jurídicos na luta contra o crime.

O facto de estarmos em ano de eleição presidencial certamente contribuiu para que surjam posições mais valorosas a favor da população, mas não se trata de mera demagogia quando os políticos pedem a participação popular para pressionar os seus pares nos mais altos postos do Estado. E o crescimento de um Estado popular voltado para a defesa do bem comum e do património nacional, dentro de outro Estado que cada vez mais estala como uma velha casca inútil e podre, leva os agentes da estrutura política a repensarem os seus compromissos e os seus caminhos.

Não se alcança a convergência de adversários políticos por simples oportunismo. Isto poderia ser considerado se a convergência fosse a favor do poder constituído. Mas não, a união dá-se sob o lema da luta popular, pelo desenvolvimento nacional e não pelo crescimento económico que enriquece alguns. São debatidos os conceitos éticos, assunto desconhecido para os oligarcas e demais elites poderosas. Propõe-se a união entre forças políticas até então adversárias, entre polícias que estão separadas em diferentes feudos, entre pessoas que despertam para a defesa dos direitos humanos por razões religiosas ou materialistas. A gravidade da situação exige a aceitação de que o colectivo é prioritário, que o individualismo é um entrave à solução dos problemas nacionais.

O despertar da consciência popular em políticos até então voltados para os interesses particulares e corporativos surgiu diante do medo de que as redes internacionais do crime organizado assumisse as rédeas das instituições nacionais. Quando foi sequestrado e assassinado o prefeito do PT de uma importante cidade industrial de São Paulo, levantou-se um protesto ve-

mente da população e de vários organismos que há anos a defendem, como a Ordem dos Advogados e os Promotores Públicos, tal como os partidos de esquerda, as igrejas que trabalham com a população, e todos os que se batem pela paz. Foi preciso que morresse mais este defensor do povo, para que o poder governamental acordasse da sua inércia que deixara no esquecimento os outros 14 representantes do PT que foram mortos sem que a polícia encontrasse qualquer pista dos assassinos. Foi preciso que a onda de crimes crescesse, também com o assassinato de um promotor público de Belo Horizonte que desvendara a acção da mafia dos falsificadores de gasolina, para que se somassem os esforços das polícias civil e militar por cima das suas divergências particulares, agindo com rapidez e competência na prisão dos responsáveis.

Uma das afirmações comuns aos entrevistados na televisão, políticos e especialistas nas questões de criminologia, foi a de que a defesa civil no Brasil anda a reboque da acção criminosa, chega sempre atrasada tanto no tempo como no conhecimento das técnicas. Isto porque não existe uma estratégia preparada para defender a sociedade. Tudo se pretende resolver com aumento de verbas, compra de equipamentos, frotas de carros, etc., sem cuidar da selecção e preparo dos agentes policiais que, em alguns casos, têm apenas um mês de curso antes de assumirem as suas funções.

Consciência e fraternidade

A cordialidade dos brasileiros foi reconhecida como qualidade por colonizadores, grandes senhores e turistas. Era um traço complementar da humildade de quem se reconhece como dependente. Diferente é a fraternidade que hoje se expande entre os que lutam por um país melhor, contra as formas de discriminação que separam os ricos dos pobres. Este sentimento implica na consciência social, na ideia de povo, de colectivo, e de nação. A partir da descoberta de que existe identidade, caminha-se em busca da história do povo, das diferenças que nos une e que, todas elas, são discriminadas por quem explora. Daí nasce a primeira consciência, de povo brasileiro.

Para qualquer pessoa lúcida e isenta, a fraternidade funciona como um propulsor da solidariedade. Impossível ficar inerte diante do quadro de injustiças que abre caminho para o crime organizado. Mesmo que o despertar se deva ao medo de ser a próxima vítima, a aproximação fraterna em relação à grande maioria desprotegida já é um caminho para activar a consciência. De coração e olhos abertos, aprende-se. Só os mais egoístas, os que se alienam por auto-defesa, permanecem insensíveis.

O Brasil enfrentará dias difíceis porque o inimigo é forte e violento. Mas não haverá outra saída para o caos que se instalou nas entranhas da sociedade, não haverá maneira de combater as ameaças - do crime organizado e da destruição da autonomia nacional - se não houver consciência de cidadania. E muito já foi construído para isto com a solidariedade que deu origem ao Estado popular dentro do velho Estado oligarca e elitista.



saúde, pela previdência social, a multiplicação de fraudes e corrupções ou até mesmo crimes de morte, que ficam sem punição graças ao uso habilidoso e cínico de uma legislação inadequada.

Paralelamente, e em consequência, foram fortalecidas as iniciativas que se têm mantido e crescido ao longo dos anos apesar das adversidades, com a criação de soluções imediatas para salvar a população da fome, do desespero, do desemprego e da criminalidade: o Movimento dos Sem Terra, dos Sem Tecto, a Pastoral da Criança, os programas de formação para os meninos de rua, o Movimento de Cidadania, o Movimento pela Paz. Tomou forma um Estado, voltado para o povo, dentro do Estado oficial, que devolve ao cidadão a confiança em formas de organização social não apenas para a sobrevi-

teóricos tradicionais. Os que pretenderem impor uma determinada forma de pensar e agir que não tenha vínculos com as necessidades sentidas pela população, inclusive com a peculiaridade da sua cultura e crenças, não poderão evoluir com o povo e ficarão tão externos como a elite que se bate pelo poder autoritário. É exactamente esta tremenda dificuldade de acção política que constitui o maior desafio e o maior estímulo aos que insistem em construir um futuro digno para o Brasil.

Unir as diferenças

Vemos a todo o momento surgirem debates que aprofundam conceitos filosóficos, sociológicos, económicos e políticos trazendo, do meio académico e do

Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

Hoje vou voltar outra vez à questão do conhecimento científico e do papel da Ciência na vida das sociedades. E se, até agora, me tenho sobretudo referido à temática da Ciência & Tecnologia, aos impactos das realizações tecnológicas, neste texto vou antes virar-me para o papel da Ciência na visão que do mundo vamos construindo - Universo, Terra, Vida -, nas crenças que vagueiam pelas sociedades e na relação entre o conhecimento corrente e o conhecimento científico.

Com efeito, algum debate aceso quanto (não) baste vai andando por aí. Não necessariamente apenas no nosso País, mas por aí, sobretudo pelo Ocidente. No nosso País, foi a vez de António Manuel Baptista (AMB) sair a terreiro, num livro publicado pelo início de 2002¹, a polemi-



Ignorantes contra charlatães?

zar com imensa genica e detalhe suficiente com a pós-moderna condição e as suas irresponsabilidades *vis a vis* da Ciência: O alvo principal? Um texto «clássico» de Boaventura Sousa Santos² (BSS).

De caminho, AMB ainda arranja tempo para dar uma bem merecida bicada a Eduardo Prado Coelho (EPC) a propósito do seu comportamento por ocasião do *affaire* Sokal (uso o termo francês, com o intuito de que a terminologia seja mais do agrado de EPC). Os físicos Sokal e Bricmont foram os autores do livro «Imposturas intelectuais» que critica uma série de pensadores franceses da segunda metade do século XX - de onde, até certo ponto, surgiu a corrente pós-moderna - pela forma aparentemente charlatanesca (charlatanesca, claro, para quem raciocina do lado das ciências duras) como empregam conceitos próprios de ciências como a Física e a Matemática. EPC na altura reduziu a nada todos os ignorantes, estúpidos e incultos deste lado - e penso que nestes incluindo os inventores dos conceitos apropriados por tais pensadores. Como pode um intelectual exibir tal grau de intolerância?

Interrogações

Voltando ao núcleo do nosso tema, e citando AMB, aquilo que sobretudo o parece impressionar no texto de BSS é o afirmar que «a ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para a considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da arte ou da poesia».

E AMB teve boas razões para ficar preocupado ao ler uma frase como esta. O que não quer dizer que eu, por entender e também sentir um tal tipo de preocupação, partilhe necessariamente de tudo o que AMB escreve no seu livro. Mas a verdade é o conhecimento científico ensinar-nos coisas que, por outras vias, não as podemos alcançar.

Por exemplo, há uns quarenta anos, um de nós, um humano, Iuri Gagarin, foi até ao espaço exterior à atmosfera terrestre e viu com os seus próprios olhos a forma arredondada, esférica achatada nos pólos, da sua Terra. Confirmou o que aprendera da Ciência. No entanto, fora necessário à Humanidade um longo caminho para, tendo enveredado pela via da tal ciência moderna, chegar à conclusão que a Terra era um planeta como os outros e que rodava em torno do Sol. Para ficar a saber que não era o Sol que se movia, levantando-se à alvorada, descrevendo em seguida durante todo o dia uma trajectória curva, como se deslocasse sempre assente na abóbada de um Universo fechado por cima das nossas cabeças, e, finalmente, desaparecendo para lá do horizonte, deixando-nos na noite. E foi por via do conhecimento científico que se ficou a saber tudo isto e muito mais.

E, ao contrário dos nossos pós-modernos, que falam da falência da modernidade - e, na realidade, alguma razão não deixarão de ter -, os que ainda não eram modernos, ou que não queriam admitir as ideias modernas que começavam a nascer, tiveram bem a noção do perigo que representava para eles a lucidez nova que vinha aí. Foi por isso que apontaram as suas defesas contra uma pessoa como Galileu que defendeu ideias conducentes a não ser a Terra o centro do Universo, mas um planeta que rodava em torno do Sol. Por isso, a Terra, o lar onde surgira a Humanidade deixava, para sempre, de representar qualquer sítio especial no conjunto do Universo. E é bem sabido: Galileu bem foi aterrorizado pelas pressões da Igreja Católica para o levar a recuar nas suas ideias.

E agora, se nos reaproximarmos do texto de BSS acima citado, vem mesmo a propósito perguntar: é melhor, pior ou equivalente, ou é mais ou menos condizente com a realidade, a explicação científica de Galileu ou a visão prevalente do Universo até essa altura?

E quantos outros exemplos com tal cariz não existem?

¹ «O discurso pós-moderno contra a Ciência - Obscurantismo e irresponsabilidade».

² «Um discurso sobre as ciências».

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Versos quase infantis

I

Eu tenho medo
dos arranha-céus.

Das árvores, não.

As árvores não ameaçam
a nuvem.

II

A árvore dá, longe do pé
o seu regaço aos ninhos.

A árvore é uma espécie de avó
dos passarinhos.

III

Peço à árvore
que me dê uma folha.
- *Leva-a* - diz ela
com um sorriso de mãe.
- *Mas vê bem
trata bem a donzela.*

IV

Do ramo mais alto a que subo
vejo os montes, as casas
o tempo.

De uma até vejo, seguro
o século passado.
O século futuro
é que está um bocado enevoadado.

V

O clandestino, obediente às normas,
não subiu à figueira.
Disciplinado, esfomeado
sentado no chão.
Então não é que, da figueira,
lhe caiu um figo na mão!

- *És testemunha* - disse.
- *Não há indisciplina, pois não?*

VI

«A minha seiva és tu» - subitamente
ouvi dizer a árvore aqui em frente.

Ouvi-a bem
quando, fugindo à luz,
me sentei a seu lado.

Quem
me traduz
o recado?

VII

- *A culpa não foi nossa, não*
(disseram as árvores novas
das ruas de Lisboa).
*Todas votámos na Coligação
e vai-se ver...*
Como é que foi?

Isso também eu gostava de saber.
Mas lá que dói, dói.

VIII

Árvore, camarada,
nada
de desânimos. Virão
novos ramos.

Hás-de ter melhor chão
numa terra sem amos.

Cartoon

• Monginho

PINTO DA COSTA DIZ
QUE O PSD DO PORTO
NÃO GOSTA DELE, E
QUE ESTA' A PENSAR
CONSTRUIR O ESTÁDIO
EM VILA NOVA DE GAIA!

O HOMEM ESTA'
E' A ARRANJAR UM
CALDIHO ENTRE
ORTODOXOS E RENOVADORES
... NO PSD! VENENOSO!!!



Religiões

• Jorge Messias

Mil anos decorreram, então, atravessados por guerras e convulsões sociais. Os antigos impérios do Egipto e da Babilónia entraram em declínio. Mas na outra costa do Mediterrâneo foi-se rapidamente afirmando um novo tipo de organização social servida por tecnologias avançadas - sobretudo nas áreas da metalurgia, das técnicas de navegação, na administração pública e na arte. Surgiu uma outra estrutura económica da sociedade e um modelo de organização política - a cidade-estado - mais flexível que as anteriores e pesadas teocracias orientais e menos extenso. Desenvolveu-se o pensamento pré-científico e



O sentido religioso do voto (3)

a produção deixou de estar exclusivamente apoiada no escravagismo. Foi valorizado o significado do voto pessoal. As antigas cidades gregas, porém, repartiam-se por dois figurinos rivais: as oligarquias e as democracias. As suas populações foram agrupadas em diferentes níveis com direitos e deveres desiguais: a *estirpe de ferro*, constituída pelos artesãos, pelos camponeses e pelos mercadores; mais acima, a *estirpe de ouro* a que pertenciam os filósofos (os intelectuais) e os governantes (os políticos). Tanto estes como a *estirpe de prata* (os guerreiros ou defensores) tinham um enorme poder sobre os trabalhadores manuais, olhados como camadas naturalmente destinadas à condição servil.

O sistema político-religioso da sociedade antiga sofreu um enorme abalo. Coladas à tradição do autoritarismo e da obediência ao poder político e divino, as religiões organizadas viram-se de súbito confrontadas com uma profusão de mitologias em que as divindades eram semideuses, semi-homens. Cresceu subitamente o interesse pela investigação, pela *praxis*, pela composição da matéria e pela dúvida sistemática. Então, houve cultos e religiões que desapareceram, alguns sem sequer deixarem memória. Outras religiões dominantes foram, entretanto, capazes de reconverter e de fundir tradições. Integraram os mitos modernos nos mitos antigos. Resguardaram as culturas tradicionais. Recorde-se apenas um exemplo desta complicada história das religiões.

Os Cananeus adoravam o Deus das Moscas (*Baal-Zebub*) que entrou depois nas religiões hebraica e cristã sob a designação de *Belzebu*, príncipe dos demónios. Por outro lado, os Babilónios festejavam o ano novo com os *Mistérios de Marduk*. Realizava-se uma gigantesca procissão (*Akitu*) que durava quatro dias. Após este tempo de oração e de purificações, num santuário situado fora

da cidade era sacrificado um cordeiro cujo corpo, após a imolação, era lançado ao rio. A população de Babel ficava, então, *purificada* dos seus pecados. No sexto dia, o rei de Babilónia sofria uma humilhação pública e proclamava-se, em sua substituição, um *escravo-rei*. Durante o dia seguinte, os escravos eram considerados homens livres, podendo entregar-se a todos os excessos. Mas o rei usurpador identificava-se com Baal-Zebub. Findo o dia de liberdade, o *escravo-rei* era chicoteado até à morte e o seu cadáver pendurado numa cruz. O mito passou, como se sabe, para religiões actuais, nomeadamente como liturgia da Páscoa.

Apesar de tudo, a servidão não tinha cessado de aumentar. No século V aC, no apogeu do humanismo helénico, Atenas contava com 18 escravos por cada cidadão com direitos de soberania. Cem anos mais tarde, novo censo estabelecia a mesma relação dizendo que 21 000 atenienses livres eram servidos por quase meio milhão de escravos. O escravagismo acompanhava as mudanças sociais. No entanto, uns após outros, ruíram os impérios. Multiplicaram-se as revoltas dos escravos e das minorias. Forçada por novas invasões, Roma recuou as suas fronteiras. O clero refugiava-se no silêncio contemplativo dos desertos ou no luxo dourado das anfictionias. Ganhava corpo a luta de classes já esboçada nos tempos de Hamurabi, de Aristóteles ou de Platão.

Todo o poder se concentrava na Europa. As fórmulas políticas e religiosas anteriores tinham-se esgotado. Era urgente talhar um novo mapa e encontrar uma religião nova que respondesse às angústias e às aspirações dos pobres mas que mantivesse o Estado sob a tutela dos mais ricos. Assim surgiu, primeiro o Cristianismo como filosofia libertadora. Depois, a Igreja Católica, continuadora do poderio do Império Romano.

Pontos Cardeais

Regressos

Como dizia a reportagem no «Diário de Notícias» sobre a Convenção do PSD no Coliseu, «a onda «laranja» está de regresso», como se via nos «apelos aos notáveis» que «fervilhavam» no recinto em tiradas do género «não se esqueça de mim» ou «posso enviar o *curriculum* da minha filha?».

Bem pode Durão Barroso afivelar poses de Estado e pôr-se em bicos de pés com discursos patrióticos de «recuperação»: basta olhar à sua volta para ver o que, realmente, se está a mover para a «recuperação» neste hipotético regresso do PSD ao poder - uma nova e monumental onda de «*jobs for the boys*»...

depois recuar em toda a linha quando «gurus» económicos do seu próprio partido se opuseram.

Mas agora está num novo ciclo: jura e garante que não construirá, pelo menos duas coisas - o novo aeroporto de Lisboa e uma terceira travessia do Tejo.

Bom, não deixa de ser uma novidade: em vez das habituais promessas de construir este mundo e o outro, Durão agora promete... «não construir»!

«Gaffes»

De visita oficial ao Japão, o presidente dos EUA, George W. Bush, lançou o pânico na bolsa de Tóquio e, decorrentemente, no sistema bolsista mundial através de uma das suas famosas «gaffes»:

ao falar das relações económicas entre os EUA e o Japão utilizou a palavra «desvalorização» em vez de «deflação» a propósito da moeda japonesa, o que provocou uma queda imediata do seu valor nos mercados. Apanhados de surpresa mas cientes das «fragilidades» intelectuais do presidente norte-americano, os mercados lá acalmaram no pressuposto de que Bush se havia enganado, mesmo sem saberem exactamente onde - e tinham razão! Quanto ao autor da «gaffe», prosseguiu imparável e sem dar conta de nada, tendo ainda tempo para mais uma asneirada (embora sem consequências na bolsa...) ao afirmar, no final do jantar de gala oferecido pelas autoridades japonesas, que «o último a sair pagava a conta»!

Periscópios

Bem elucidativo deste «espírito de recuperação» é a frase atribuída a Nicolau Breyner dizendo o seguinte, na Convenção do PSD: «Eu não quero que deixemos de ter submarinos. Mas o preço de um periscópio dava para pagar uma telenovela portuguesa. Meio periscópio já dava!».

Repare-se nos vários sentidos da «blague» de Nicolau: ao ser proferida, afirmava só por isso o apoio explícito do seu autor a Durão Barroso e ao PSD; ao ironizar com os preços dos submarinos, ousava subentender gastos mais apropriados com o dinheiro que vai para a tropa e, nesse subentendimento, o destino do dinheiro assim «desviado» seria... para uma telenovela portuguesa!

O «periscópio» de Nicolau tem alvos bem definidos. Nomeadamente, os de seu interesse directo e pessoal...

Promessas

Quanto a Durão Barroso, propriamente dito, continua num estilo errático e improvisado, lançando ideias para o ar que, mais tarde, se vê obrigado a retirar. Foi assim, por exemplo, com a história da privatização da Caixa Geral de Depósitos, que Durão ameaçou privatizar para

Aqui está George W. Bush em todo o seu esplendor. Os acontecimentos de 11 de Setembro deram uma repentina áurea de estadista ao actual inquilino da Casa Branca, mas factos são factos e o que é certo - numa certeza abundantemente confirmada ao longo dos anos - é que George W. Bush é intelectualmente uma nulidade e, portanto, uma «gaffe» permanente e ambulante.

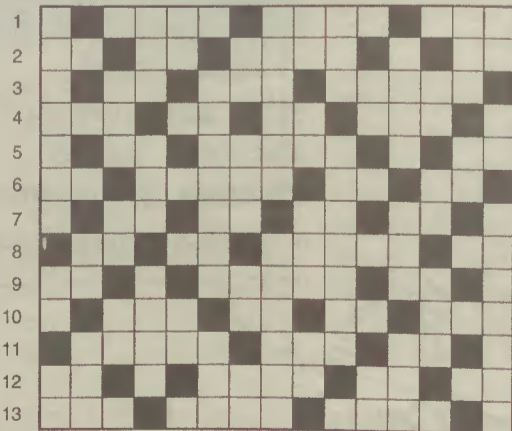
É a grande potência que «governa» actualmente o mundo tem um homem destes na presidência...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Fileira; género de mamíferos carnívoros, da família dos felídeos; duas vezes. 2 - Mulher acusada de um crime; nome da letra grega que corresponde ao R latino; parte aquosa que se separa do leite ou do sangue depois de coagulados; a mim. 3 - Comiseração; aqui está; sarraceno. 4 - Ergue; nome da letra l (pl.); a tua pessoa; desloca-se para fora. 5 - Caminhava; beira-mar; basta! (interj.). 6 - Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; denunciar; despido; sozinho. 7 - Igreja episcopal; contr. da prep. de com o art. def. o; perversa; oferece. 8 - Pêlo de alguns animais, em especial do carneiro; bismuto (s. q.); pequeno congro; contemplei. 9 - A parte mais larga da enxada; parte do pão que fica dentro da côdea; filho de burro e égua ou de cavalo e burra. 10 - Doçura (fig.); sódio (s. q.); batráquio; dela. 11 - Membro de uma sociedade ou associação; hora do ofício divino, entre as sextas e as vésperas, que corresponde às 15 horas; contr. da prep. a com o art. def. o. 12 - Prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; nome comum a várias espécies de mamíferos desdentados da América do Sul; terceira nota da escala musical; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 13 - Escudeiro; aspecto diferente que a Lua e outros planetas apresentam à nossa vista; devorador.

VERTICAIS: 1 - Mata de freixos; poeira; oferece. 2 - Acolá; tenho conhecimento de. 3 - Contr. da prep. de com o adv. aí; curada; pedra de amolar. 4 - O m. q. eiró; ainda; rua estreita e curta que, em geral, não tem saída. 5 - Tecido fino com escumilha; medida itinerária chinesa. 6 - Espada pequena, com a lâmina mais fina que a vulgar; base aérea portuguesa. 7 - Sétima nota da escala musical; curso de água natural; Índio (s. v.); aquelas. 8 - Simpatizar; que soa. 9 - O espaço aéreo; designa dor (interj.); doença; designa alternativa. 10 - Matiz; repetição sistemática da mesma palavra no princípio de diferentes frases ou de membros da mesma frase. 11 - Aqueles; molibdénio (s. q.). 12 - Que se refere a dois; qualidade; criada de quarto. 13 - Sorri; apelido; costume. 14 - Íntimo; utilizada para chamar ou afastar animais (interj.). 15 - A si mesmo; deus egípcio; mesquinhoez.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Fila; galeto; bis. 2 - Rê; rô; soror; me. 3 - Dê; est; mouro. 4 - Igu; is; sat. 5 - Lat; praias; lá. 6 - Ah; trair; mui; só. 7 - Set; do; má; dá. 8 - Lat; mui; ou. 9 - Ato; faze; ruz. 10 - Mat; mui; ou. 11 - Socor; nou; no; no. 12 - De; lat; mui; mui; pi. 13 - Ato; faze; ruz. 14 - Sorri; apelido; costume. 15 - Ato; faze; ruz. 16 - Imo; tá. 17 - Set; Rê; vilania. 18 - Gostat; soante. 19 - Art; ut; mal; ou. 20 - Tom; andora. 21 - Os; Mo. 22 - Duat; dom; ata. 23 - Rê; Sá; uso. 24 - Imo; tá. 25 - Lat; mui; mui; pi. 26 - De; lat; mui; mui; pi. 27 - De; lat; mui; mui; pi. 28 - De; lat; mui; mui; pi. 29 - De; lat; mui; mui; pi. 30 - De; lat; mui; mui; pi.



Almada

Assembleia da célula do Arsenal: sábado, 23, a partir das 10h, na Quinta da Atalaia.

Amadora

Reunião do OD de Empresas da Amadora: hoje, dia 21, às 18h30, no Centro de Trabalho da Amadora

Estoril

Almoço-convívio, às 12h30, seguido de plenário de militantes da Freguesia do Estoril: domingo, 24, no Clube Desportivo da Costa do Sol, Rua Filipa de Vilhena, Galiza/S. João. (Inscrições até quinta-feira, dia 21, no CT de Cascais - tels. 214866991-967496185).

Golegã

Plenário concelhio de militantes, com a participação do camarada Carlos Humberto: sábado, 23, às 15h, no Centro de Trabalho da Azinhaga.

Lisboa

Plenário de Professores do SI da ORL: quinta-feira, 28, às 21h, no Centro de Trabalho Vitória.

Debate

Os direitos da Mulher no trabalho e na família e as propostas do PCP

Sexta-feira, 22, 21h, Centro Cultural da Damaia com a participação de **Fernanda Mateus**

Encontro de Quadros Técnicos

Contributos para uma política de esquerda

Lisboa - Dia 2 de Março - Hotel Plaza com a participação de **Francisco Lopes**

Iniciativas comemorativas do 81º Aniversário do PCP

• Em Lisboa

Jantar comemorativo do aniversário do Partido, também inserido na Campanha para as Legislativas.

No CT Vitória, dia 28 de Fevereiro, às 20h30,

com a participação de **Bernardino Soares**.

(Inscrições no CT Vitória - Tel. 213307000)

Jantar promovido pelo Sector de Transportes da ORL

No salão do CT Vitória, dia 1 de Março, às 18h30, com a

participação de **Bernardino Soares**

Jantar promovido pela Organização da Função Pública

da ORL. No salão do CT Vitória, dia 5 de Março, às

19h30, com a participação de **Domingos Abrantes**

(Inscrições até 4 de Março - Tels. 213307000-213307011)

• Na Amadora

Almoço promovido pela Comissão Concelhia do PCP

No Casal Popular da Damaia, dia 9, às 13h, com a

participação de **Manuel Pedro**. (Inscrições até 8 de Março

- Tels. 212722747-914784811-934257490)

• Em Alcobaça

Jantar promovido pela Comissão Concelhia do PCP

No restaurante Frei Bernardo, dia 6 de Março.

• No Seixal

Almoço promovido pela Organização Concelhia do PCP

Na Quinta da Valenciana, dia 10 de Março, às 13h, com a

participação de **Jerónimo de Sousa**

(Inscrições - CT do Seixal, Tel. 212216952)

Romagem ao Mausoléu dos Tarrafalistas

Promovida pela União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, realiza-se no próximo sábado, dia 23, às 11 horas, uma romagem ao Mausoléu dos Tarrafalistas, no Cemitério do Alto de São João



Comício-festa da CDU no Porto

Mercado Ferreira Borges

Sábado, 2, às 15h30

LEGISLATIVAS ● 2002

Carlos Carvalhas em iniciativas da CDU



Sexta-feira, dia 22

Algarve

Às 15h • Visita ao CAT de Olhão

Às 17h • Em Faro, contacto com a população na Rua de Santo António

Às 20h • Jantar de apoio à CDU em Faro, com a participação dos candidatos pelo círculo eleitoral de Faro, na COOPPOFA

Sábado, dia 23

Lisboa

Às 15h • Comício-festa da CDU no Coliseu

Domingo, dia 24

Moita

Às 13h • Almoço de apoiantes da CDU, no Salão dos Bombeiros Voluntários da Moita

Segunda-feira, dia 25

Distrito de Beja

Às 14h30 • Visita à Barragem de Alqueva

Às 16h • Em Beja, encontro com Reformados e Idosos, na Casa da Cultura

Às 18h30 • Encontro com a população de Pias, no Pavilhão Polivalente

Às 19h30 • Encontro com o Núcleo Empresarial da Região Baixo Alentejo

Às 20h • Jantar de apoio à candidatura CDU - em Beja, no Pavilhão Municipal, Parque de Feiras e Exposições

Terça-feira, dia 26

Distrito de Aveiro

Às 11h • Visita a Esmoriz e Cortegaça, que sofrem as

consequências do avanço do mar nas respectivas praias

Às 12h30 • Em Esmoriz, almoço oferecido por um grupo de pescadores, seguido de visita à Barrinha de Esmoriz e Lagoa de Paramos

Viseu

Às 17h • Apresentação dos candidatos pelo círculo eleitoral de Viseu e das linhas programáticas da CDU para o Distrito, no Hotel Grão Vasco.

Quarta-feira, dia 27

Distrito de Santarém

Às 15h30 • Em Aferrarede (Abrantes), contacto com os trabalhadores da Robert Bosh

Às 15h30 • Em Tramagal, encontro com representantes de estruturas de trabalhadores, na sede do Sindicato dos

Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica

Às 18h • Em Abrantes, encontro sobre Questões de

Desenvolvimento, com Sérgio Ribeiro e Luísa Mesquita e

Declaração de Carlos Carvalhas, no Auditório do Edifício

Pirâmide, no Centro de Novas Tecnologias

festa comício CDU

23 Fevereiro (sábado)
15.00 horas
Coliseu - Lisboa

Intervenções de: **Carlos Carvalhas** Secretário Geral do PCP
Heloísa Apolónia Partido Ecologista - Os Verdes
Blasco Hugo Fernandes Interventor Democrático

Espectáculo com: **Brigada Vitor Jara e Paulo de Carvalho**

PCP-PEV

Mudar para melhor CDU mais forte

A CDU Sintra organiza o transporte para o comício do Coliseu num comboio que parte de Sintra às 13:38 e pára em Portela-13:40, Algueirão-13:43, Mercês-13:45, R. Mouro-13:47, Cacém-13:53, Barcarena-13:56, Queluz/Massamá-13:59, Queluz/Belas-14:02, com chegada ao Rossio às 14:22

ALMADA - Hoje, dia 21, às 21h: plenário de jovens no CT concelhio; sexta-feira, 22: plenário de reformados na URPICA, às 15h, e sessão de esclarecimento no Laranjeiro, às 21h - ambos com **Odete Santos**; domingo, dia 24: plenário da CDU, às 15h, no CT da Charneca, antecedido de almoço-convívio, no mesmo local, às 13h.

Debates - Sobre Associativismo e Voluntariado, com a participação de **Carlos Rabaçal**, terça-feira, 26, 21h, no CT Concelhio; sobre Transportes e Acessibilidades, com a participação de **Joaquim Matias**, dia 28, 21h, na Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro

BEJA - Dia 21 - Sessões de esclarecimento na Vidigueira: nos Centros de Dia de Alcaria, às 15h, e de Marmelar, às 17h, e no Centro de Convívio de Pedrógão, às 19h - todas com a presença do candidato **Manuel Camacho**.

Dia 22 - Ainda em Vidigueira, sessões de esclarecimentos nos Centros de Dia de Selmes (15h) e Vidigueira (17h) e na JF de Vilar de Frades (19h). Rodeia Machado, cabeça de lista da CDU no distrito, visita durante todo o dia instituições sediadas em Beja.

Dia 23 - Encontro concelhio da CDU: na Casa da Cultura de Beja, a partir das 15h, com a participação de **Rodeia Machado** e de outros candidatos. Sessões de esclarecimento em Ferreira do Alentejo (Canhestros às 17h, Fig. Cavaleiros às 20h30). Em Ourique: almoço-convívio em Panóias (CT do PCP, 13h) e sessão com Reformados na Sociedade Recreativa em Conceição (17h). Em Almodôvar: sessões na Escola Prim. de Porteirinhas e na de Monte dos Mestres (às 17h).

Dia 24 - Sessões em Almodôvar - em Semblana (15h) e Rosário (17h) - em Ferreira do Alentejo (em Perogarda, 17h, e Alfundão, 20h30).

Dia 25 - Sessão de esclarecimento em Sta. Maria do Sado (Ferreira do Alentejo), às 20h30.

Dia 26 - Sessões de esclarecimento na Vidigueira (Pedrógão, às 15h, no Centro de Convívio, e Vila de Frades, 17h, no Centro de Dia) e na Junta de Freguesia de Vidigueira, às 19h. Outras sessões de esclarecimento em Ferreira do Alentejo (15h), Mértola (em Amendoira da Serra e Mosteiros, ambas às 19h) e em Alvito.

Dia 27 - Visita de candidatos à CM de Cuba e encontro com os trabalhadores. Sessões em Odivelas (Ferreira do Alentejo), às 20h30, e em Mértola (Manuel Galo e Góis, ambas às 19h).

Dia 28 - Sessões em Almodôvar (Aldeia Fernandes, 15h e Gomes Aires, 17h), e em Mértola (Corte Pinto, 19h, Santana de Cambas, 19h, e Picoitos, 19h).

BENAVENTE - Encontro CDU do Concelho de Benavente: sábado, 23, às 15h, com a participação de **José Casanova**.

CORUCHE - Sessão de Prestação de Contas do trabalho realizado na AR: sexta-feira, dia 22, às 21h, no Auditório da Biblioteca Municipal, com a participação de **Luísa Mesquita** e **José Casanova**, candidatos pelo círculo de Santarém, que estarão também presentes na visita ao mercado mensal de Coruche que terá lugar no dia 23 de manhã.

Litoral Alentejano - Sexta-feira, 22, visita de **Jerónimo de Sousa** a Alcácer do Sal (almoço às 12h30 na URPICA), a Grândola (encontro com reformados no Centro de Dia do MURPI, às 15h), e a Sines (jantar com eleitos CDU no Refeitório da CM).

SANTIAGO DO CACÉM - Sessão de esclarecimento na Sala de Convívio de S. Bartolomeu da Serra, com a participação de **Margarida Santos** e **José Pereira**: segunda-feira, 25, às 20h30.

LISBOA - Sexta-feira, 22, às 22h - Debate sobre política de juventude, com a deputada **Margarida Botelho**, no Espaço Jovem da JF de S. Vicente de Fora, Quadrado Azul, Campo de Sta. Clara, 60. Segue-se um convívio com animação musical.

LOURES - Distribuição de propaganda eleitoral na Triunfo de Sacavém (dia 22), contactos com as populações de Moscavide, Frielas, Bobadela, Sto. António dos Cavaleiros, Camarate, Loures (dia 23), na IGLO e MEC (dia 25), DIRUP e LEVER (dia 26), Triunfo de Camarate (dia 27).

MATOSINHOS - Encontro Concelhio de apoiantes e activistas da CDU: sábado, 23, a partir das 15h30, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Guifões, com a participação de **Honório Novo**.

OEIRAS - Porto Salvo - Almoço CDU no restaurante da SIMPS (Soc. de Instrução Musical de Porto Salvo), com a presença de **Jorge Cordeiro**: dia 2 de Março às 13h (Inscrições até 28. Fev. - tels. 214420207, 968094592).

PORTO - Encontro-convívio com trabalhadores da Administração Pública do Porto, sob o lema «Garantir as responsabilidades sociais do Estado, valorizar os trabalhadores, lutar por uma política de esquerda»: sexta-feira, 22, às 18h, no auditório do Centro de Trabalho da Boavista, com a participação de **Honório Novo**, **José Calçada**, **Helena Pardo**.

SEIXAL - Encontro de **Jerónimo de Sousa** com trabalhadores do concelho, sobre o programa eleitoral da CDU para a área do trabalho: hoje, dia 21, às 17h30, na Timbre Seixalense.

Contactos dos candidatos com a população: dia 23 nos mercados, dia 24 nas Paivas; visitas a associações de reformados do concelho nos dias 27 e 28.

SINTRA - Debates com a presença de candidatos: em Agualva, no Salão da Junta de Freguesia, sobre segurança das populações, com **António Filipe** (dia 28, 21h30); em Monte Abraão, no Salão da Igreja Paroquial, sobre saúde, com **Nátalia Filipe** (dia 1, às 21h30)

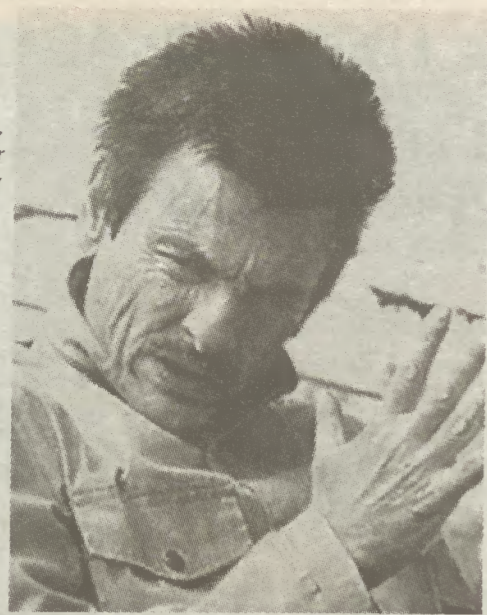
Vila Franca de Xira - Iniciativas de propaganda eleitoral, com a presença de **José Neves** e outros candidatos: na Póvoa dia 22; dia 23 em Alhandra, Vila Franca Vialonga, Alverca; dia 24 no Sobralinho; dia 27 na Cimiantio, em Alhandra.

Noite de Fados no Clube Vilafranquense, em Vila Franca, dia 23 a partir das 21h, com apresentação dos candidatos do concelho. Participação musical de **Luísa Basto** e de fadistas vilafranquenses.

Sessão de esclarecimento na Colectividade de A-dos-Loucos, dia 24, às 15h, com a presença de **José Neves**.

ATVer

Andrei Tarkovsky, o cineasta autor de Andrei Rubliov



Vidas Simples

(Quinta-feira, 21.02.02, TVI)

Paul Newman é a figura central deste filme, onde dá corpo a uma personagem de 60 anos, trabalhador da construção civil numa pequena cidade de norte-americana onde raramente tem emprego certo. O que possui resume-se a uma família estranha, um amigo cretino e um joelho lesionado que teima em não se curar, a par de um corrosivo sentido de humor que durante uns longos 30 anos o fez rir de tudo e todos apesar de uma vida sem horizontes. Todavia alguém confia nele - a sua antiga professora e actual senhoria - e, dando sempre largas ao seu espírito indomável, o nosso herói irá dar um novo rumo às coisas. Contrace-nam com Paul Newman dois nomes de respeito - Melanie Griffith e Jessica Tandy.

Exorcismo

(Sexta-feira, 22.02.02, RTP-1)

O realizador espanhol Jesus Franco - conhecido pela sua prolifera obra geralmente centrada nos géneros fantástico e de terror - surpreende neste Exorcismo (uma co-produção de Espanha/Bélgica/França) com a história tão alucinante como demencial de um padre louco que se lança numa cruzada onde tortura mulheres até à morte



A Boneca Mecânica tem a particularidade de ser interpretado por Melanie Griffith, no papel de uma mulher de carne e osso num mundo de andróides...

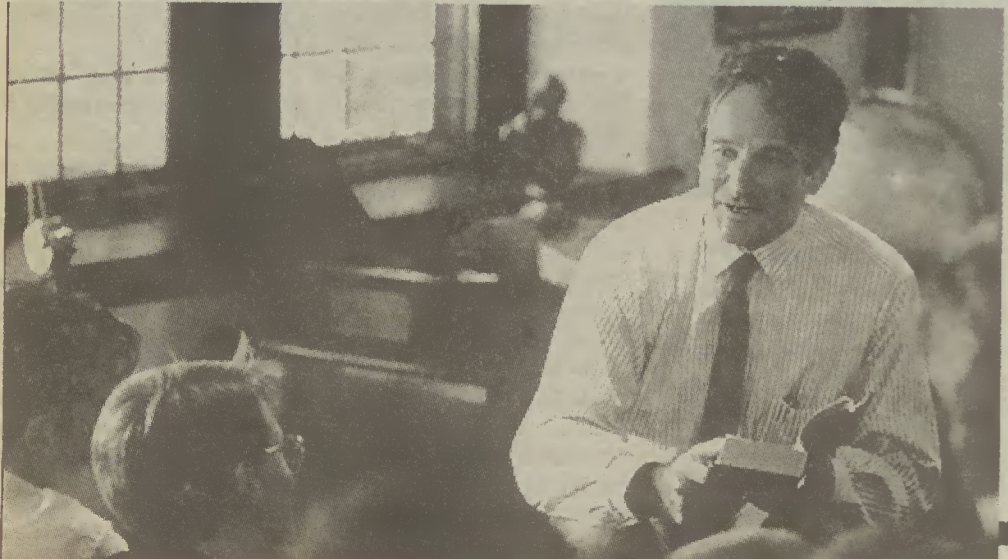
para as «libertar dos seus demónios». É uma invulgar (e original) abordagem dos temas demofacos no cinema. De notar que, neste filme, Jesus Franco não se limita a realizar: também produz e interpreta o papel principal, dando-nos um padre tresloucado com notáveis cambiantes.

O Clube dos Poetas Mortos

(Sábado, 23.02.02, TVI)

Grande sucesso comercial na altura da estreia, O Clube dos Poetas Mortos regressa à televisão com a história de um professor (Robin Williams) que, num colégio interno norte-americano, privado, elitista e para gente rica, inicia um magistério que procura despertar o livre arbítrio do alunos e atraí-los para o livre pensamento. É claro que entra em rota com o culto da tradição ferreamente seguido na instituição e acaba bode expiatório do fim trágico de

Grande sucesso comercial na altura da estreia, O Clube dos Poetas Mortos regressa à televisão



um dos seus alunos, que se suicida por conflito insanável com os pais. Todavia - e como convém à moralidade da história - alguma semente ficou nos seus alunos e, na hora da despedida, lá está a cena fulcral de parte da turma a expressar o seu apoio ao mestre em plena aula e nas barbas da hierarquia, num toque melodramático que fez de delícias do público na altura da estreia.

Olho por Olho

(Domingo, 24.02.02, TVI)

Apesar do elenco de qualidade - nem mais nem menos que Sally Field, Kiefer Sutherland e Ed Harris - Olho por Olho está perigosamente perto de filmes reacionários e fascistas que propõem a justiça pelas próprias mãos, ao mesmo tempo que expõe o iníquo sistema de justiça norte-americano, preparado para livrar os poderosos ou quem domine a máquina da justiça. A história é a de uma mãe (Sally Field) que, após ver a sua casa assaltada e a sua filha violada e assassinada, vê igualmente o assaltante e assassino (Kiefer Sutherland) a ser libertado em nome de uma falha processual, encetando a partir daí uma cruzada de «justiça pelas próprias mãos», procurando «castigar» pessoalmente o criminoso, o que o sistema de justiça tinha libertado...

A Boneca Mecânica

(Terça-feira, 26.02.02, RTP-1)

A Boneca Mecânica é-nos anunciado como um movimentado e divertido filme de acção e aventuras em atmosfera futurista e apocalíptica, que tem a particularidade de ser interpretado por Melanie Griffith, aqui no papel de uma mulher de carne e osso num mundo dominado por andróides e que se vai haver com um homem «viciado» em «mulheres mecânicas». Após muitas aventuras, é claro que o tal apreciador de bonecas mecânicas vai «perceber», através das performances da «mulher real» interpretada por Griffith, que não há comparação possível entre pessoas de carne e osso e bonecos mecânicos...

Andrei Rubliov

(Quarta-feira, 27.02.02, RTP-2)

Andrei Rubliov é um dos mais conhecidos filmes do grande cineasta soviético Andrei Tarkovsky. Trata-se de uma pessoalíssima visão de aspectos da via de um célebre pintor russo de ícones, que viveu entre 1370 e 1430 e Tarkovsky considera um génio. Construído a partir de oito episódios da vida do artista, o filme apresenta-se como um vasto fresco de reflexão histórico-artística e também um exercício de contemplação e observação de uma determinada época da Rússia medieval, impressionando sobretudo pela grande riqueza plástica que, aliás, caracteriza o cinema de Tarkovsky. Quanto à trajectória da vida do artista, propriamente dito, o que Tarkovsky apresenta é mais um pretexto para as suas próprias reflexões do que para dar um retrato verosímil da personagem em que se inspira.

Quinta, 21

VRTP1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Regiões
- 14.30 Operação Triunfo
- 15.00 Vidas de Sal
- 15.30 Picara Sonhadora
- 16.20 A Senhora das Águas
- 17.20 Pedra sobre Pedra
- 17.50 Riscos
- 18.25 Quebra Cabeças
- 19.15 O Preço Certo
- 20.00 Telemundo
- 21.00 Grande Informação
- 22.00 Fábrica das Anedotas
- 22.30 O Jogo da Espera
- 23.20 «O Jogador» (de Robert Altman, EUA/1991, com Tim Robbins, Greta Scacchi, Fred Ward, Peter Gallagher, Comédia)
- 01.30 Operação Triunfo
- 02.00 Serviço de Urgência
- 03.00 24 Horas
- 03.15 Jogos Olímpicos de Inverno

VRTP2

- 07.00 Espaço Infantil
- 10.00 Euronews
- 12.30 Viagem ao Maravilhoso
- 13.00 Sinais do Tempo
- 14.00 Euronews
- 16.00 Jogos Olímpicos de Inverno 2002
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Horizontes da Memória
- 19.50 Clube da Europa
- 20.20 Querido Bêbé
- 20.40 Sete em L.A.
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Roswell
- 24.00 «O Ladrão de Crianças» (de Gianni Amelio, Fr-It/1992, com Enrico Lo Verso, Valentina Scalici, Drama)
- 02.00 Conversa Privada

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.15 Malhação
- 17.30 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Filhas da Mãe
- 19.00 Futebol: Braga-Leixões (Taça de Portugal)
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Fúria de Viver
- 22.30 O Clone
- 23.30 Hora Extra
- 01.00 «Força Policial» (de Marc Rosman, EUA/1994, Policial)

TVI

- 06.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal

Sexta, 22

VRTP1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 15.00 Vidas de Sal
- 15.30 Picara Sonhadora
- 16.20 A Senhora das Águas
- 17.20 Pedra sobre Pedra
- 17.50 Riscos
- 18.25 Quebra Cabeças
- 19.15 O Preço Certo
- 20.00 Telemundo
- 21.00 Fábrica das Anedotas
- 21.30 O Jogo da Espera
- 22.20 «As Virgens Suicidas» (de Sofia Coppola, EUA/1999, com James Woods, Kathleen Turner, Drama)
- 00.15 24 Horas
- 00.30 Jogos Olímpicos de Inverno
- 00.40 «Exorcismo» (de Jesus Franco, 1981, Ver Destaque)

VRTP2

- 07.00 Espaço Infantil
- 10.00 Euronews
- 12.30 Viagem ao Maravilhoso
- 13.00 Retratos - «Rómulo de Carvalho»
- 14.00 Euronews
- 16.00 Jogos Olímpicos de Inverno 2002
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 2010
- 20.20 Querido Bêbé
- 20.40 Sete em L.A.
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Evolução
- 24.00 «Saint Cyr» (de Patricia Mazuy, Fr-Belg/1999, com Isabelle Huppert, Jean-Pierre Kalfon, Drama)
- 02.00 Conversa Privada

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.15 Malhação
- 17.30 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Filhas da Mãe
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 21.30 Fúria de Viver
- 22.30 O Clone
- 23.30 Sai de Baixo
- 00.30 Sexo e a Cidade
- 01.00 Amante Latino
- 02.00 «O Velho Oeste» (Longa-metragem)
- 04.00 Espaço Cinema

TVI

- 08.30 Animação Infantil

Sábado, 23

VRTP1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Milionários à Força
- 15.00 Top +
- 16.15 O Fugitivo
- 17.15 «Bela e Perigosa» (Longa-metragem)
- 20.00 Telemundo
- 21.00 Programa não designado
- 22.45 «Merendário sem Lei» (Can/1995, com Lorenzo Lamas, Acção)
- 00.30 Sociedade Anónima
- 01.30 24 Horas
- 01.45 Jogos Olímpicos de Inverno
- 01.55 «Legião» (de Jon Hess, EUA/1998, Ficção Científica)

VRTP2

- 07.00 Euronews
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Iniciativa
- 14.00 Sobrevivência
- 15.00 Desporto 2
- 19.30 Horizontes da Memória
- 20.00 O Espírito da Democracia
- 20.30 Bombordo
- 21.00 For Outro Lado
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Lugar da História
- 23.30 Britcon
- 00.45 Artes de Palco
- «Mythodea» de Vangelis
- 02.10 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

VRTP2

- 07.00 Euronews
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Iniciativa
- 14.00 Sobrevivência
- 15.00 Desporto 2
- 19.30 Horizontes da Memória
- 20.00 O Espírito da Democracia
- 20.30 Bombordo
- 21.00 For Outro Lado
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Lugar da História
- 23.30 Britcon
- 00.45 Artes de Palco
- «Mythodea» de Vangelis
- 02.10 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

SIC

- 08.00 Sic a Abrir
- 12.00 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 10.30 Missa
- 11.30 Horizontes da Memória
- 12.00 Turma das Ciências
- 12.30 Clube da Europa
- 13.00 Horizonte
- 14.00 Desporto 2
- 18.30 Antes que Seja Tarde
- 20.00 Insólitos
- 19.30 Onda Curta
- 20.00 Futurama
- 20.30 Futurama
- 21.00 Artes e Letras
- «Bing Crosby»
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Os Quatro Elementos
- 24.00 Sinais do Tempo
- 01.00 2010

SIC

- 06.45 Sic a Abrir
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Anliana Jones
- Billy August, 2002, com Max Von Sydow, Aventura)
- 16.00 «Não Mexas no Meu Periscopio» (de David S. Ward, EUA/1996, com Kelsey Grammer, Comédia)
- 18.00 «Sócios à Força» (de John Badham, EUA/1991, com Michael J. Fox, James Woods, Annabella Sciorra, Comédia)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 Fora de Série
- 22.30 Herman SIC
- 00.30 «Mentes Suspeitas» (de Alain Zaloum, 1997, com Patrick Bergin, «Thriller», 1996, com Michael Dudikoff, Acção)
- 02.30 Jerry Springer

VRTP1

- 08.30 Chiquititas
- 10.10 Filha do Mar
- 11.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 «Libertem o Willy» (de Simon Winchester, EUA/1993, com Jason James Ritcher, Lori Petty, Aventura)
- 16.15 Domingo Fantástico
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Anjo Selvagem
- 21.30 Super Pai
- 22.30 Nuneza Diga Adeus
- 23.45 «Max O» (de Michael Shapira, EUA/1998, com Bill Campbell, Ficção Científica)
- 01.45 Ally McBeal

VRTP1

- 09.00 Chiquititas
- 10.15 Survivor
- 12.00 Filha do Mar
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Contra-Ataque
- 15.15 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Filha do Mar
- 22.30 «O Clube dos Poetas Mortos» (de Peter Weir, EUA/1997, com Robin Williams, Ewan Hawks, Lara Flynn Boyle, Ver Destaque)
- 02.00 «O Palco da Vida» (de Jack Bender, EUA/2000, com Andrew Kavovit, Malcolm McDowell, Drama)
- 03.00 Os Homens do Presidente

Domingo, 24

VRTP1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 12.30 Jornal da Tarde
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Operação Triunfo
- 14.30 Made in Portugal
- 15.45 O Fugitivo
- 16.45 «Desaparecido

VRTP2

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Regiões
- 14.30 Operação Triunfo
- 15.00 Vidas de Sal
- 15.30 Picara Sonhadora

VRTP2

- 07.00 Espaço Infantil
- 10.00 Euronews
- 14.10 2010
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Onda Curta
- 19.50 Turma das Ciências
- 20.20 Querido Bêbé
- 20.40 Sete em Hollywood
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Poltegeist: O Legado
- 24.00 «O Livro de Cabeceira» (de Peter Greenaway, 6. Bel-It-It/1995, Drama)
- 01.30 Conversa Privada

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Diliter» (Longa-metragem)
- 16.30 Herman na Míc
- 18.30 New Wave
- 19.00 Filhas da Mãe
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 O Clone
- 22.30 Debate Ferro
- Rodrigues-Durão Barroso
- 24.00 «Vida Nova» (Longa-metragem)
- 02.00 Toda a Verdade

TVI

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Super Pai
- 16.00 Todo o Tempo do Mundo
- 17.00 Animação Infantil
- 18.00 Filha do Mar
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Anjo Selvagem
- 21.30 Filha do Mar
- 22.45 «Marco Paulo
- 35 anos de Canções»
- 01.45 A Juíza

VRTP2

- 07.00 Espaço Infantil
- 10.00 Euronews
- 13.00 O Lugar da História
- 14.00 Euronews
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Planeta Azul
- 19.30 Veterinário de Emergência
- 20.20 Querido Bêbé
- 20.40 Sete em Hollywood
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 A Família Green
- 24.00 «O Sonho da Luz, o Sol do Marmeleiro» (de Victor Erice, Esp/1992, com António Lopez, Maria Moreno, Arte, Espanha)
- 02.00 Conversa Privada

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.15 Malhação
- 17.30 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Filhas da Mãe
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 21.30 Fúria de Viver
- 22.30 O Clone
- 23.30 «As Bruxas de Salem» (de Nicholas Hytner, 1996, com Daniel Day-Lewis, Winona Ryder, Joan Allen, Drama)
- 01.30 Escravos no Paraíso
- 03.00 Jerry Springer

VRTP1

- 08.30 Chiquititas
- 10.10 Filha do Mar
- 11.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 «Libertem o Willy» (de Simon Winchester, EUA/1993, com Jason James Ritcher, Lori Petty, Aventura)
- 16.15 Domingo Fantástico
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Anjo Selvagem
- 21.30 Super Pai
- 22.30 Nuneza Diga Adeus
- 23.45 «Max O» (de Michael Shapira, EUA/1998, com Bill Campbell, Ficção Científica)
- 01.45 Ally McBeal

VRTP1

- 09.00 Chiquititas
- 10.15 Survivor
- 12.00 Filha do Mar
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Contra-Ataque
- 15.15 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Filha do Mar
- 22.30 «O Clube dos Poetas Mortos» (de Peter Weir, EUA/1997, com Robin Williams, Ewan Hawks, Lara Flynn Boyle, Ver Destaque)
- 02.00 «O Palco da Vida» (de Jack Bender, EUA/2000, com Andrew Kavovit, Malcolm McDowell, Drama)
- 03.00 Os Homens do Presidente

Segunda, 25

VRTP1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Regiões
- 14.30 Operação Triunfo
- 15.00 Vidas de Sal
- 15.30 Picara Sonhadora

VRTP2

- 07.00 Espaço Infantil
- 10.00 Euronews
- 14.10 2010
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Onda Curta
- 19.50 Turma das Ciências
- 20.20 Querido Bêbé
- 20.40 Sete em Hollywood
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Poltegeist: O Legado
- 24.00 «O Livro de Cabeceira» (de Peter Greenaway, 6. Bel-It-It/1995, Drama)
- 01.30 Conversa Privada

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Diliter» (Longa-metragem)
- 16.30 Herman na Míc
- 18.30 New Wave
- 19.00 Filhas da Mãe
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 O Clone
- 22.30 Debate Ferro
- Rodrigues-Durão Barroso
- 24.00 «Vida Nova» (Longa-metragem)
- 02.00 Toda a Verdade

TVI

- 08.30 Animação Infantil
- 09.30 As Manhãs de Sofia
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Super Pai
- 16.00 Todo o Tempo do Mundo
- 17.00 Animação Infantil
- 18.00 Filha do Mar
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Anjo Selvagem
- 21.30 Filha do Mar
- 22.45 «Marco Paulo
- 35 anos de Canções»
- 01.45 A Juíza

VRTP2

- 07.00 Espaço Infantil
- 10.00 Euronews
- 13.00 O Lugar da História
- 14.00 Euronews
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Planeta Azul
- 19.30 Veterinário de Emergência
- 20.20 Querido Bêbé
- 20.40 Sete em Hollywood
- 21.05 Dharma e Greg
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 A Família Green
- 24.00 «O Sonho da Luz, o Sol do Marmeleiro» (de Victor Erice, Esp/1992, com António Lopez, Maria Moreno, Arte, Espanha)
- 02.00 Conversa Privada

SIC

- 08.00 Buêré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.15 Malhação
- 17.30 A Padroeira
- 18.30 New Wave
- 19.00 Filhas da Mãe
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 21.30 Fúria de Viver
- 22.30 O Clone
- 23.30 «As Bruxas de Salem» (de Nicholas Hytner, 1996, com Daniel Day-Lewis, Winona Ryder, Joan Allen, Drama)
- 01.30 Escravos no Paraíso
- 03.00 Jerry Springer

VRTP1

- 08.30 Chiquititas
- 10.10 Filha do Mar
- 11.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 «Libertem o Willy» (de Simon Winchester, EUA/1993, com Jason James Ritcher, Lori Petty, Aventura)
- 16.15 Domingo Fantástico
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Anjo Selvagem
- 21.30 Super Pai
- 22.30 Nuneza Diga Adeus
- 23.45 «Max O» (de Michael Shapira, EUA/1998, com Bill Campbell, Ficção Científica)
- 01.45 Ally McBeal

VRTP1

- 09.00 Chiquititas
- 10.15 Survivor
- 12.00 Filha do Mar
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Contra-Ataque
- 15.15 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Filha do Mar
- 22.30 «O Clube dos Poetas Mortos» (de Peter Weir, EUA/1997, com Robin Williams, Ewan Hawks, Lara Flynn Boyle, Ver Destaque)
- 02.00 «O Palco da Vida» (de Jack Bender, EUA/2000, com Andrew Kavovit, Malcolm McDowell, Drama)
- 03.00 Os Homens do Presidente

Terça, 26

VRTP1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Regiões
- 14.30 Operação Triunfo
- 15.00 Vidas de Sal
- 15.30 Picara Sonhadora

VRTP2

- 07

A talhe de foice

• Anabela Fino

A farsa

Em Haia, na Holanda, está a decorrer mais um acto do simulacro da justiça que os EUA e a NATO pretendem impor ao mundo. No banco dos réus de um tribunal criado sem qualquer base legal à luz do direito internacional senta-se o antigo presidente da Jugoslávia, Slobodan Milosevic. Pode-se ou não gostar de Milosevic, apoiar ou condenar a sua política enquanto homem de Estado. Não é isso que está em causa. O que está em causa é que um tribunal, para poder ser reconhecido, para ter legitimidade, não pode fazer tábua rasa dos mais elementares princípios consagrados como válidos pela Humanidade e como tal comumente aceites pela comunidade internacional. O que está em causa é que a justiça, para o ser, não pode estar ao serviço de interesses particulares, e por isso mesmo tem de se reger por normas válidas para todos os que integram o universo a que se aplica.

Ora não é isso que se passa em Haia. Não só o tribunal especificamente criado para a ex-Jugoslávia não emanou das Nações Unidas, como representa de forma despidorada a superpotência que aspira a polícia, juiz e carrasco do mundo.

O réu, Milosevic, foi levado da Jugoslávia para a Holanda à revelia do estabelecido na Constituição do seu país e do parecer expresso do respectivo Tribunal Constitucional, o que configura um rapto e uma afronta grave a um país soberano. É mantido numa cela permanentemente iluminada, vigiado 24 horas sobre 24 horas, não lhe sendo sequer concedido o direito de falar com os seus advogados sem ser sob escuta. Mas não é tudo. O seu direito à defesa, elementar nas sociedades ditas democráticas, está ferido de morte. Basta lembrar a forma insultuosa como o presidente francês, Jacques Chirac, respondeu à possibilidade de vir a ser chamado por Milosevic para explicar a escolha dos alvos dos bombardeamentos da NATO. Uma nota do Eliseu sublinhando o «papel decisivo» da França para «fazer regressar a paz e a democracia aos Balcãs» considera que não há «mais considerações a fazer sobre as intenções de um acusado por genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade». Traduzindo por miúdos, Milosevic já está condenado antes mesmo de ter sido julgado, pelo menos por aqueles que o fizeram sentar no banco dos réus e que por sua vez se recusam a responder a perguntas incómodas. Não terá sido por acaso que a subserviente (aos EUA) procuradora Carla Del Ponte considerou «não haver motivo» para instaurar um processo contra a NATO pela agressão à Jugoslávia. Nesta farsa de justiça os dados estão viciados desde o início. E se dúvidas houvesse disso, uma pequena notícia vinda a pública a semana passada bastava para o provar: o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), em Haia, decidiu que a Bélgica não pode julgar o primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, nem o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros congolês, Yerodia Aboulaye Ndombasi, por crimes de guerra. A explicação do TIJ dispensa comentários: «A iminência que é dada à luz da lei internacional, incluindo a dos ministros dos Negócios Estrangeiros, continua em vigor perante os tribunais de Estados estrangeiros, mesmo que esses tribunais tenham jurisdição alargada em questões criminais à luz de diversas convenções internacionais sobre prevenção e castigo de certos crimes.»

Quanto aos EUA, nem se dão ao trabalho de disfarçar. Não aceitam a jurisdição de nenhum tribunal estrangeiro, internacional que seja, sobre os seus cidadãos.

É esta a «justiça» dos vencedores.

PCP promove, na terça-feira, concentração de protesto junto da SIC contra critérios discriminatórios

Em defesa do pluralismo

Face à noticiada realização na SIC, na próxima terça-feira, de um debate com a exclusiva participação dos líderes do PS e do PSD, a Comissão Política do PCP divulgou um comunicado onde salienta o seguinte:

1. Este debate, a realizar a apenas quatro dias do início do período oficial de campanha, apresenta-se como um passo e um momento particularmente graves no quadro do conjunto de procedimentos e critérios que, no período de pré-campanha, têm procurado descaradamente condicionar a formação da opinião e vontade dos portugueses incutindo sistematicamente a ideia de que as únicas opções de voto seriam ou o PS ou o PSD.

2. Com efeito, a premeditada limitação da participação neste debate aos líderes do PS e do PSD não só desrespeita e rasura o real quadro político-partidário existente em Portugal como visa consagrar e dar ainda maior impacto através do meio de comunicação mais poderoso a uma pretensa «bipolarização» PS-PSD que não tem qualquer correspondência nem com a acção passada destes partidos nem com as suas propostas para o futuro.

3. Este debate apenas com a participação de Ferro

Rodrigues e de Durão Barroso (e feito fora de qualquer quadro de debates sucessivos entre líderes partidários) permitirá sobretudo

aos responsáveis máximos do PSD e do PS encenarem perante um vasto auditório a ficção televisiva e a mentira política de profundas divergências e de um radical antagonismo de orientações e propostas, com a tranquilidade e impunidade que lhes será administrativamente garantida pela exclusão do debate de quem os pudesse confrontar com as convergências passadas entre PS e PSD em matérias fundamentais e com os pontos de contacto que também agora existem nas suas propostas em torno de importantes questões de fundo.

4. O PCP chama ainda a atenção para que um debate com esta composição desrespeita ostensivamente as recomendações emitidas pela Alta Autoridade para a Comunicação Social, em 30

de Janeiro de 2002, na sua declaração sobre «debates eleitorais nos «media»». Na verdade, aquele órgão institucional salientou que «os debates deverão ser abertos, plurais e portanto protagonizados por um número alargado de intervenientes, de molde a darem ao eleito-

orado uma imagem adequadamente multifacetada sobre os diferentes e contrastantes programas políticos apresentados aos portugueses, seja esse pluralismo concretizado em debates abrangentes ou em debates sucessivos». E sublinhou ainda que «destinando-se as eleições à escolha de um novo Parlamento que represente o espectro político, social e cultural do país na sua diversidade, os debates transmitidos pelos «media» deverão exprimir precisamente a variedade e a riqueza das propostas dos candidatos, de maneira a ajudar o eleitorado a formar uma vontade eleitoral esclarecida, evitando-se assim o afunilamento empobrecedor da visibilidade do conjunto do naipe político nacional».

5. Sublinhando que a concordância de Durão Barroso e

de Ferro Rodrigues (que aceitou agora o que António Guterres não aceitou há dois anos) com este tipo de debate redutor e discriminatório não pode deixar de funcionar como um símbolo negativo das suas empobrecidas concepções sobre a vida democrática do país, o PCP ainda apela a que a SIC reconverte o previsto debate de dia 26 num debate com a participação de representantes das forças representadas na AR e concorrentes às eleições legislativas.

6. Ao mesmo tempo, desde já se anuncia que o PCP não assistirá passiva e resignadamente à consumação deste atentado ao pluralismo e desta grave lesão de uma real democraticidade do processo eleitoral.

Neste sentido, o PCP apresentou hoje mesmo a respectiva queixa à Alta Autoridade para a Comunicação Social.

O PCP apela ainda aos seus militantes e simpatizantes, aos apoiantes da CDU e a todos os cidadãos vinculados aos valores do pluralismo e da equidade no tratamento das diversas candidaturas para que participem numa concentração de protesto contra as discriminações a realizar junto à SIC no dia 26, terça-feira, às 21 horas.

Com nova reivindicação Secundário hoje em luta

Os estudantes do secundário saem hoje à rua em todo o País. Está prevista a greve às aulas, concentrações e manifestações como forma de protesto contra a revisão curricular e o actual sistema de acesso ao ensino superior. Os alunos exigem ainda a implementação da lei da educação sexual e melhores condi-

ções materiais e humanas nas escolas. A estas reivindicações - bandeiras de uma luta já de três anos -, junta-se uma quinta exigência: o fim das provas globais e dos exames nacionais.

A Plataforma de Associações de Estudantes do Ensino Secundário, a promotora do protesto, afirma que esta

luta «é reconhecida e respeitada por largos sectores da sociedade, nomeadamente os professores». «O Governo ficou desgastado com uma das maiores movimentações de estudantes da história. Foram centenas de milhares de pessoas», sustenta a plataforma.

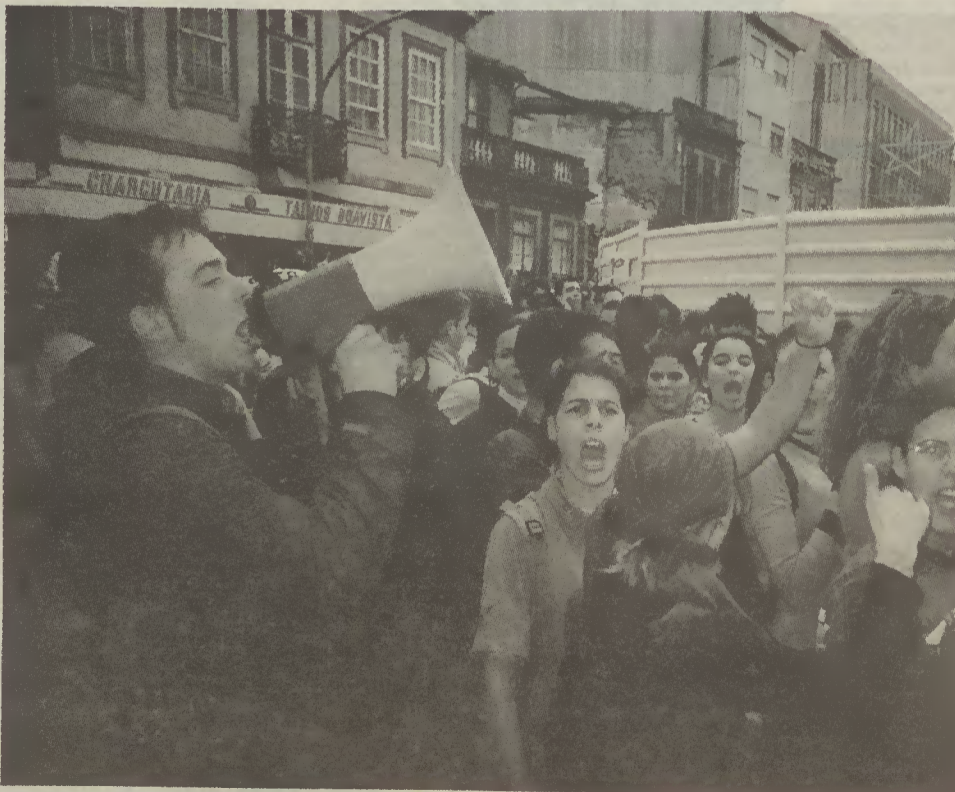
Em Lisboa, os estudantes concentram-se no Marquês

de Pombal, às 11 horas, com destino ao Ministério da Educação, na Avenida 5 de Outubro. No Porto, os estudantes juntam-se às 10 horas em frente à Câmara Municipal e dirigem-se em marcha até ao Governo Civil.

Em Coimbra a concentração está marcada para as 10 horas, na Praça 8 de Maio e está previsto que a manifestação chegue às 12 e 30 à Direcção Regional de Educação de Coimbra, na Avenida Humberto Delgado, em frente à Escola Secundária Avelar Brotero.

Em Almada, os alunos encontram-se também às 10 horas na Praça São João Baptista, e no Seixal na Estrada Nacional 10.

No Litoral Alentejano realizam-se greves e manifestações em inúmeras localidades estando marcados protestos em Sines, Alcácer do Sal, Grândola e Vila Nova de Santo André.



A maioria das concentrações está marcada para as 10 horas

